





Carybé

Canoas, 1966

Óleo sobre tela

33 x 55 cm

Acervo Banco Itaú S.A. (São Paulo, SP)

Reprodução fotográfica João L. Musa/Itaú Cultural

Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 8 (abr./jul. 2009). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009.

Quadrimestral
ISSN 1981-125X

1. Política cultural. 2. Gestão cultural. 3. Economia da cultura. 4. Consumo cultural. 5. Instituições culturais. 6. Diversidade cultural I. Observatório Itaú Cultural.

CDD: 353.7

SUMÁRIO

.10

AOS LEITORES

José Márcio Barros

.15

PARA ENTENDER A CONVENÇÃO

Giselle Dupin

.31

DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA CONVENÇÃO

Jurema Machado

.37

POLÍTICAS E DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL

Antonio Albino Canelas Rubim e Lia Calabre

.43

DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Alfredo Manevy

.51

ENTREVISTA COM AMÉRICO CÓRDULA

O professor José Márcio Barros, do Observatório da Diversidade Cultural (PUC Minas), conversa com o secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do MinC sobre o papel da convenção da Unesco de 2005 no desenvolvimento das políticas públicas, nesse âmbito, no Brasil

.59

OS EDITAIS PÚBLICOS DE PREMIAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA PÚBLICA NO ÂMBITO DA SID/MINC

Equipe SID/MinC



imagem: Luan Barros

.69

O RAP NO BRASIL E NA ALEMANHA

Ulrike Schröder

.75

O RAP E O REPENTE

Bráulio Tavares

.79

TRÂNSITOS INTERMIDIÁTICOS E DIVERSIDADE CULTURAL

Geane Alzamora, Renata Alencar e Tailze Melo

.85

DIVERSIDADE CULTURAL E GESTÃO DA CULTURA

José Márcio Barros



- .94** **OS ARTUROS – A HISTÓRIA NÃO CONTADA**
Luan Barros
- .101** **YUBA – DO SOL NASCENTE AO AMANHÃ**
Rafael Munduruca
- .107** **CAMAÇARI – RAINHAS DO SERTÃO**
Luan Barros
- .113** **COMUNIDADE ÁRABE DE CAMPO GRANDE (MS) – DE VOLTA ÀS RAÍZES, AINDA QUE EM SONHO**
Luan Barros
- .119** **POMERANOS SANTA-MARIENSES – TRADIÇÕES E COSTUMES**
Rafael Munduruca
- .125** **SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM) – AS MARGENS DO ALTO RIO NEGRO**
Luan Barros
- .132** **DI-VERSOS**
Marcelo Yuka
- .134** **INDICAÇÕES DE LEITURA SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL**
Fayga Moreira e Paula Ziviani
- .145** **DIVERSIDADE E DIREITOS NA INTERCULTURALIDADE GLOBAL**
Néstor García Canclini
- .155** **DESAFIOS POLÍTICOS DA DIVERSIDADE**
Jesús Martín-Barbero
- .162** **OS DIREITOS CULTURAIS FINALMENTE NA LINHA DE FRENTE?**
Patrice Meyer-Bisch
- .169** **COOPERAÇÃO CULTURAL PARA A DIVERSIDADE: UM CAMINHO A CONSTRUIR**
Luis A. Albornoz
- .173** **DIVERSIDADE CULTURAL NA UNIÃO EUROPEIA**
José Machado Pais
- .177** **EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE**
Luiz Mott



Revista Observatório Itaú Cultural

Editor

José Márcio Barros

Equipe de edição

Josiane Mozer

Selma Cristina Silva

Produção editorial

Carolina Miranda

Projeto gráfico

Yoshiharu Arakaki

Design

Lu Orvat Design

Revisão de textos

Rachel Reis

Colaboradores desta edição

Alfredo Manevy

Américo Córdula

Antonio Albino Canelas Rubim

Bráulio Tavares

Fayga Moreira

Geane Alzamora

Giselle Dupin

Jesús Martín-Barbero

José Machado Pais

José Márcio Barros

Jurema Machado

Lia Calabre

Luis A. Albornoz

Luiz Mott

Marcelo Yuka

Néstor García Canclini

Patrice Meyer-Bisch

Paula Ziviani

Renata Alencar

Tailze Melo

Ulrike Schröder

Fotografia

Luan Barros

Humberto Pimentel

Reportagens

Luan Barros

Rafael Munduruca

[Esta revista foi organizada e diagramada pela equipe do Instituto Itaú Cultural]

A revista *Observatório Itaú Cultural* n. 8 foi realizada em parceria com o Observatório da Diversidade Cultural (PUC Minas) e com a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID), do Ministério da Cultura (MinC).



imagem: Luan Barros



imagem: stockxchng

AOS LEITORES

José Márcio Barros
Editor

A importância e a atualidade do debate sobre a diversidade cultural são mundialmente reconhecidas e gravitam entre polos distintos. De um lado, uma visão crítica e pessimista, fruto da preocupação com a significativa incidência em inúmeros países de guerras e outras formas de violência, decorrentes de diferenças étnicas, religiosas, de gênero e raciais. Em pleno século XXI, vive-se o paradoxo de um mundo que produz intensamente diferenças, mas que, na mesma intensidade, mantém viva a intolerância com as mesmas. Não são poucas, e marcadamente sutis, as práticas de exclusão e violência inter e intrassociedades a partir da intolerância decorrente da relação entre as diferenças culturais e o poder.

Em outro polo reflexivo, aponta-se para o fato de a cultura estar, gradativamente, sendo alçada ao centro dos debates sobre a construção de modelos alternativos para o desenvolvimento humano. Aqui, as diferenças culturais são tomadas como pré-requisito para regimes de paz social, de garantia da cidadania, de desenvolvimento econômico e de novos modelos de produção, comunicação e compartilhamento das artes e do conhecimento.

Estamos diante de um complexo processo. As diferenças culturais tanto inauguram possibilidades de uma nova ordem social quanto nos remetem aos desumanos processos de exclusão. Quando não acompanhadas do valor da igualdade, as diferenças ameaçam a diversidade e impedem a construção do pluralismo e da interculturalidade.



A reconhecida importância da cultura para a consolidação de uma economia baseada no saber e na criatividade também consolida a expectativa de que a diversidade cultural, entendida como construção, possa assumir o papel de fonte de dinamismo social e econômico, capaz de enriquecer a condição humana no século XXI e suscitar novas relações entre a memória, a criatividade e a inovação.

O enfrentamento crítico da questão sugere que se vá além da postura que confina a diversidade cultural ao passado, às tradições ou às culturas populares. Demanda também a superação de uma curiosa prática, na qual, em nome de sua proteção, se vê reforçada a preservação de fundamentalismos de matizes as mais distintas. Conjuguar a cultura com o direito, a igualdade com a diversidade pode apontar para possibilidades de reflexões e práticas transversais e abertas, que assegurem as identidades referenciais, mas que garantam as possibilidades de trocas e o reconhecimento das formas híbridas.

Por esses e tantos outros motivos, a diversidade cultural constitui, cada vez mais, um tema atual e complexo, a ser abordado nos campos da política, da comunicação, da educação formal e informal, dos projetos culturais e das formas associativas e de sociabilidade por meio da arte e da cultura.

As ideias e as atitudes em torno da diversidade cultural, o reconhecimento da importância de sua preservação e de sua promoção, como afirmada pela convenção da Unesco de 2005, as políticas e as práticas culturais em países como o Brasil e nos continentes sul-americano e europeu revelam como sua natureza é eminentemente dinâmica e histórica.

Este número temático da revista *Observatório Itaú Cultural*, em parceria com o Observatório da Diversidade Cultural e a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura (SID/MinC), busca mapear ideias e atitudes, trazer ao leitor visões e propostas, revelar realidades e sonhos em torno da importância antropológica, política, econômica e estética expressa pela diversidade cultural. Para tanto, parte do princípio de que a melhor forma de tratar a diversidade é praticando-a como linha editorial. Daí a estrutura da revista e seu mosaico de convidados e temáticas; uma tentativa de convocar a diversidade para se pensar a diversidade cultural.

Na primeira seção, publicamos o “Dossiê: convenção da Unesco, o Brasil e as políticas públicas”.

O texto “Para entender a convenção”, de Giselle Dupin, jornalista especializada em relações internacionais e assessora do Ministério da Cultura do Brasil, oferece uma clara e objetiva introdução ao significado e ao percurso histórico desse importante instrumento político e jurídico internacional, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Unesco em 2005.

Na sequência, Jurema Machado, arquiteta e coordenadora do Setor de Cultura da Unesco no Brasil, analisa os desafios para a efetivação da convenção, destacando que a agenda política por ela inaugurada



em 2005 está apenas em seu começo. Os avanços já efetivados são visíveis, mas os desafios são igualmente reconhecíveis.

Albino Rubin, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da instituição, e Lia Calabre, pesquisadora-chefe do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa, afirmam que a sociedade capitalista em que vivemos não constitui um bom ambiente para a diversidade cultural e apresentam um conjunto de características necessárias para uma efetiva política pública para sua proteção e promoção.

Integra o dossiê o texto “Diversidade cultural e sociedade do conhecimento”, escrito por Alfredo Manevy, secretário executivo do MinC e doutor em cinema e vídeo pela Universidade de São Paulo (USP). O autor apresenta alguns exemplos da relação entre a diversidade cultural e a agenda política e institucional do governo federal.

Encerra a seção uma entrevista exclusiva com Américo Córdula, pesquisador das culturas populares, ator e secretário da Identidade e da Diversidade Cultural, do MinC. Em sua conversa, é destacada a importante e decisiva participação do Brasil no processo de construção e efetivação da convenção da Unesco, além das características dos programas desenvolvidos pela secretaria sob seu comando. Como exemplo concreto, é apresentado um balanço dos editais públicos de premiação de iniciativas culturais, analisando-os como ferramenta de política pública da SID/MinC.

Na segunda seção da revista, publicamos um conjunto de textos resultado de estudos e apontamentos realizados por jornalistas e pesquisadores brasileiros a convite do Observatório da Diversidade Cultural.

Ulrike Agathe Schröder, doutora em comunicação social pela Universität Essen-Gesamthochschule e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aponta as singularidades e as semelhanças do rap no Brasil e na Alemanha. O jornalista e poeta Bráulio Tavares aborda a rica e curiosa linha poética e histórica que aproxima e une o rap e o repente, a poesia falada e o verso feito na hora; o Brasil, a África e os Estados Unidos.

Em “Trânsitos intermediários e diversidade cultural”, Tailze Melo, Renata Alencar e Geane Alzamora, professoras e pesquisadoras da área de comunicação e cultura, discutem o espaço relacional da cidade, o tipo de experiência que temos na atual configuração urbana e a mediação tecnológica de que nos valem para singularizar e registrar nosso estar no mundo.

imagem: stockxchng



Por fim, o meu texto procura relacionar o debate sobre a proteção e a promoção da diversidade cultural com a questão da gestão cultural. A pergunta central do texto é: ao definir o pluralismo cultural como a resposta política à realidade da diversidade cultural, como pensar a gestão cultural no singular?

Na seção “Olhares sobre a diversidade cultural”, três jovens e talentosos jornalistas e fotógrafos, Humberto Pimentel, Luan Barros e Rafael Munduruca, procuram desvendar a tênue fronteira que separa e une as práticas de afirmação identitária e a alteridade. Os pomeranos no Espírito Santo, a comunidade Yuba em São Paulo, o movimento de transgêneros na Bahia, a comunidade negra dos Arturos em Minas Gerais, os árabes em Mato Grosso do Sul e os povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, formam um rico painel das possibilidades de convivência e cooperação entre os iguais e os diferentes.

No roteiro de leituras, preparado pelas pesquisadoras Fayga Moreira e Paula Ziviani, o leitor encontrará sugestões de livros e textos capazes de subsidiar buscas para o alargamento e o aprofundamento da compreensão da diversidade cultural e de seus temas conexos.

O músico e compositor Marcelo Yuka, um dos fundadores e ex-integrante da banda O Rappa e atualmente dirigente da ONG F.U.R.T.O., participa da revista com uma inédita letra de sua autoria.

Na última seção, especialistas e pesquisadores de seis diferentes países foram convidados a produzir diferentes abordagens sobre a temática da diversidade cultural.

No primeiro artigo, o argentino Néstor García Canclini, professor da Universidad Autónoma Metropolitana, do México, aborda a relação entre a diversidade e os direitos no contexto dos processos de interculturalidade global. Para o autor, o debate sobre a diversidade cultural deve considerar as conexões entre as tecnologias digitais, a globalização e a informalização da vida social e política, de tal forma a compreender os novos cenários e os novos sujeitos que emergem.

Já para Jesús Martín-Barbero, professor e fundador do Departamento de Ciências da Comunicação na Universidad del Valle, na Colômbia, a questão da diversidade cultural adquiriu novos sentidos, que superam a mera afirmação da “pluralidade” e passam a significar a simultaneidade entre alteridade e interculturalidade. Com um olhar focado na questão da memória coletiva, Martín-Barbero reflete sobre a emergência, em diferentes países sul-americanos, do desafio de pensar o patrimônio cultural como expressão da diversidade cultural.

No artigo “Os direitos culturais finalmente na linha de frente?”, Patrice Meyer-Bisch, membro da Cátedra Unesco para os Direitos do Homem e a Democracia, da Universidade de Fribourg, na Suíça, volta a analisar as relações entre o direito à cultura e a diversidade cultural, estabelecendo uma rica conexão com a problemática do desenvolvimento. A pobreza cultural é debatida como o processo de restrição ao pleno exercício dos direitos culturais, que impede a experiência com e na diversidade.

Para o professor da Universidade Carlos III, de Madri, e coordenador do Observatório de Cultura e Comunicação da Fundação Alternativas, Luis Albornoz, o mundo contemporâneo é fortemente marcado por processos de mediação centrados de forma excessiva em poucos agentes, o que traz uma grande ameaça à diversidade cultural. A convenção da Unesco de 2005 e a Carta Cultural Ibero-Americana, de 2006, são analisadas como importantes instrumentos de enfrentamento aos riscos de empobrecimento cultural.

José Machado Pais, pesquisador e professor da Universidade de Lisboa e presidente do Observatório de Atividades Culturais em Portugal, discute como os processos crescentes de migração transformaram a União Europeia num território da diversidade cultural. Entretanto, os desafios para a superação dos preconceitos e das práticas discriminatórias são pré-requisitos para a construção de uma coesão social por meio da diversidade.

Por fim, o antropólogo e professor da Universidade Federal da Bahia Luiz Mott pergunta: “O que seria educar para a diversidade tanto no contexto formal quanto no informal da educação e da cultura”, especialmente numa cultura ainda marcada pela homofobia e pela discriminação aos segmentos LGBT?

Como afirmado no início, o conjunto de abordagens aqui organizadas expressa a certeza de que somos tanto mais diversos quanto mais plurais e tanto mais plurais quanto mais capazes de estabelecer interações entre nossas diferenças.

Boa leitura.

imagem: stockxchng





imagem: stock.xchng

PARA ENTENDER A CONVENÇÃO

Giselle Dupin

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2005 e ratificada por 98 países (até junho de 2009), deixa claro, já em seu título, que a diversidade cultural no mundo corre perigo. Para entendê-la, faz-se necessário, portanto, esclarecer as ameaças que pesam sobre ela.

Todos reconhecem que a globalização econômica e financeira, e principalmente o progresso das tecnologias de informação e de comunicação, ao facilitar a circulação dos bens e serviços culturais, favorece o contato e o intercâmbio entre as culturas. Isso não representa um problema em si, já que a cultura, assim como a identidade, é construída na interação. O problema é que essa interação tem acontecido de maneira profundamente desigual, com um fluxo de bens e serviços culturais direcionado principalmente dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. O exemplo mais visível desse desequilíbrio é a oferta de filmes no mundo, pois as grandes produtoras cinematográficas são norte-americanas e detêm algo como 90% do mercado mundial do audiovisual (filmes e programas para televisão).

A convenção reconhece a dupla natureza dos bens e serviços culturais – simbólica e econômica –, mas para chegar a isso houve um grande debate internacional sobre a capacidade da indústria cultural de modelar atitudes, forjar convenções de estilos e de comportamentos e, com isso, reafirmar os valores comerciais e desacreditar os valores mais gerais de uma sociedade.

Portanto, a primeira ameaça à diversidade cultural é a subordinação simbólica que afeta grande parte das culturas e reforça a preeminência de uma cultura de massa “globalizante”. Uma das consequências visíveis desse fenômeno pode ser facilmente percebida após uma reflexão sobre de onde vêm os heróis, os modelos, os valores, as referências e os estilos de vida das crianças e dos jovens de hoje: vêm do contexto local, familiar, ou de fora, das telas da televisão e do cinema?

Quanto à dimensão econômica da cultura, pouco percebida há algumas décadas, ela é inegável atualmente: pesquisas comprovam que a área da cultura é a que mais cresce e emprega no mundo, movimentando mais de 1 trilhão de dólares. Mas isso ocorre num contexto de concentração crescente da produção e da comercialização de produtos e serviços culturais (poucas empresas multinacionais dominam o mercado mundial da música, por exemplo), de desequilíbrio do comércio internacional e de defasagem tecnológica entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Políticas públicas x Liberalização das trocas comerciais

Devido a essas ameaças, a maioria dos países tem recorrido à elaboração e à implementação de políticas públicas que visem garantir a manutenção e a criação de diferentes formas de expressão cultural, bem como o acesso a uma oferta cultural variada. Exemplo dessas políticas são as cotas de tela para exibição de conteúdo audiovisual nacional, editais de premiação para segmentos socioculturais específicos, fundos para financiamento de projetos e muitas outras. Mas essas políticas públicas estão em via de ser questionadas por ser consideradas restritivas ao comércio e, portanto, incompatíveis com as regras gerais dos acordos de liberalização do comércio de bens e serviços, negociados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Desde os anos 1980, os países membros da OMC se engajaram num movimento de liberalização crescente das trocas comerciais de toda natureza, com regras que determinam a impossibilidade de exceções e a inclusão de políticas públicas de fomento e financiamento no rol das barreiras ao comércio a ser derrubadas. A constatação de que os bens e serviços culturais poderiam ser incluídos na lista de liberalização, apesar de sua dimensão simbólica, deu origem a um debate internacional em defesa de sua excepcionalidade, bem como da liberdade dos países de definir e implementar ações de preservação e de promoção de sua produção cultural.

Levada no final da década de 1990 à Unesco, essa discussão produziu, em 2001, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e, em 2005, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, o que significou um avanço, já que esta última cria direitos e obrigações para as partes, ou seja, os Estados nacionais que a ratificam.

imagem: stock.xchng

Objetivos, direitos e obrigações

A convenção tem como objetivo principal proteger e promover a diversidade das expressões culturais, materializadas e transmitidas principalmente pelas atividades, bens e serviços culturais, “vetores contemporâneos da cultura”, mas também pelas línguas e pelos costumes de cada comunidade. Ela constitui, assim, um instrumento legal propício para todos quanto à criação, à produção, à distribuição e à difusão, bem como quanto ao acesso e à fruição de uma grande variedade de expressões culturais.

Além de reafirmar o direito soberano dos Estados de formular e implementar suas políticas culturais, a convenção fornece, em seu artigo 6º, uma lista indicativa das medidas que as partes podem adotar para proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território. Ela também prevê que as partes diagnostiquem a existência de situações especiais nas quais expressões culturais corram risco de extinção ou sofram uma grave ameaça, necessitando de uma salvaguarda urgente, e que tomem todas as medidas apropriadas para proteger e preservar essas expressões culturais, inclusive contando com a cooperação internacional.

A convenção dedica muita atenção à cooperação internacional: sua promoção está inscrita entre as obrigações das partes (artigos 12 e 14). Considerando que a solidariedade internacional constitui uma resposta efetiva às desigualdades entre países quanto aos recursos colocados à disposição das expressões culturais, ela convida os Estados partes a cooperar, por meio de parcerias, em ações que visem aumentar as capacidades de criação, produção, difusão e distribuição de suas expressões culturais. Essa cooperação se expressa também por meio do artigo 16, segundo o qual os países desenvolvidos deverão garantir um tratamento preferencial para os países em desenvolvimento, e por meio do artigo 17, que convida as partes a cooperar mutuamente para prestar assistência em situações de grave ameaça contra as expressões culturais.



A interpretação e a implementação da convenção pelos países que a integram deverá ser realizada à luz de seus princípios diretores, apresentados no artigo 2º. Entre esses princípios figuram a igual dignidade de todas as culturas – princípio importantíssimo para promover a elaboração de políticas e medidas que levem em conta as expressões culturais das pessoas que pertencem a minorias – e o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, bem como pela liberdade de expressão, de informação e de comunicação. Por meio do princípio de abertura e de equilíbrio, a convenção lembra que a luta pela diversidade cultural de cada comunidade não significa que esta deva se fechar em si mesma, mas, ao contrário, que os Estados nacionais devem promover a abertura às demais culturas do mundo. O princípio do acesso equitativo garante a cada indivíduo o acesso e a fruição de uma rica e diversificada gama de expressões culturais, o que é essencial para o compartilhamento da diversidade cultural e para sua perenização. Finalmente, o princípio da complementariedade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento e o do desenvolvimento sustentável (compreendido não apenas em termos de crescimento, mas como um meio de acesso a uma existência intelectual, moral e espiritual satisfatória) são tão importantes que mereceram artigos próprios na convenção, os de número 13 e 14.

Outro aspecto a ser destacado na convenção é o papel reservado à sociedade civil, que é vista não apenas como beneficiária desse instrumento, mas como parceira imprescindível em sua implementação. Efetivamente, desde o processo de elaboração da convenção, a sociedade civil se fez presente no debate, por meio de organizações não governamentais representativas de profissionais da cultura. Por esse motivo, a sociedade civil é citada em diversos artigos da convenção, sendo que o artigo 11 reconhece explicitamente o “papel fundamental da sociedade civil na proteção e promoção da diversidade das expressões culturais” e convida as partes a reforçar sua parceria com ela.

A convenção criou uma estrutura operacional (artigos de 22 a 24): uma secretaria, a Conferência das Partes e o Comitê Intergovernamental, formado por 24 países membros eleitos, entre os quais o Brasil, que, após cumprir um mandato excepcional de dois anos, foi reeleito, em junho de 2009, para um mandato regular de quatro anos.

O artigo 18 cria o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, que será colocado à disposição dos países partes, especialmente dos países em desenvolvimento, para ajudá-los a implementar e aplicar a convenção. O Comitê Intergovernamental definiu diretrizes para a implementação desse artigo, segundo as quais o fundo poderá financiar, principalmente, programas e projetos relativos à implementação de políticas culturais e ao reforço das infraestruturas institucionais e das indústrias culturais já existentes.

Esses programas e projetos deverão ter como objetivo, especialmente, “apoiar a cooperação para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza, a fim de favorecer a emergência de um setor cultural dinâmico nos países em desenvolvimento, em con-

formidade com o artigo 14 da convenção”.

Mas, como os recursos do fundo são constituídos por contribuições voluntárias das partes e de outros Estados e organizações, um dos desafios que se apresentam à implementação da convenção é a obtenção de recursos para alimentar o fundo.

Diretrizes operacionais

Em seus dois anos de funcionamento, o Comitê Intergovernamental elaborou diretrizes operacionais para os artigos 7º, 8º, 11 e de 13 a 18 da convenção e decidiu que o artigo 12 já tem um caráter operacional que dispensa a elaboração de diretrizes.

A 2ª Conferência das Partes, realizada em junho de 2009, conferiu novas atribuições ao comitê. A primeira delas é a busca de mecanismos inovadores para a obtenção de recursos para o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural. Outra atribuição é estudar a pertinência e a viabilidade de nomear uma ou várias personalidades públicas para promover internacionalmente a convenção enquanto “embaixador/embaixatriz da diversidade cultural” no mundo, de modo a angariar simpatias que possam ser revertidas em contribuições para o fundo.

Nos próximos dois anos (até a realização da 3ª Conferência das Partes), o Comitê Intergovernamental deverá também elaborar diretrizes operacionais para os artigos 9º, 10º e 19, o que significa que as discussões vão girar em torno da participação da sociedade civil na implementação da convenção e em torno do intercâmbio, da análise e da difusão de informações. Isso inclui especificações sobre o relatório que os países partes deverão apresentar à Unesco a cada quatro anos, informando as medidas adotadas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais existentes em seu território.

Relação com outros instrumentos

É importante chamar a atenção para o fato de que, nos próximos dois anos, o Comitê Intergovernamental da convenção ainda não terá em sua pauta de discussões os artigos 20 e 21, que tratam da relação desta com outros instrumentos internacionais – e que foram objeto de longos debates durante o processo de elaboração do texto. Entretanto, esse é um tema que, além de remeter às origens da própria convenção, é atual e crucial. Como a convenção define, em seu artigo 20, que os países que a integram devem cumprir de boa-fé as obrigações decorrentes de outros tratados dos quais sejam parte, a implementação da convenção deverá revelar interações entre os direitos e as obrigações nela previstos e aqueles que decorrem de outros compromissos internacionais.

Durante o processo de elaboração de diretrizes para o artigo 16, sobre tratamento preferencial, o Comitê Intergovernamental solicitou a seis especialistas da área de cultura do comércio a elaboração de um estudo sobre o tema. Ao apresentar os trabalhos em nome dos especialistas, a conselheira econômica da missão do Brasil em Gene-

bra, Vera Thorstensen, propôs que, ao invés de contrapor a convenção da diversidade cultural aos acordos comerciais, se estabeleça um debate no âmbito da OMC sobre os objetivos da convenção e um diálogo sobre as medidas negociadas com fins culturais. Para ela, é possível explorar as regras de liberalização de comércio para criar os mecanismos necessários aos objetivos da convenção, de modo a fazer com que as duas organizações possam trabalhar juntas, tendo o desenvolvimento como objetivo comum. Para isso, ela lembrou a necessidade de preparar os delegados dos países que assinaram a convenção para que estes defendam na OMC seus interesses em relação aos bens e serviços culturais. Infelizmente, essas propostas não foram aceitas pela maioria dos membros do Comitê Intergovernamental da convenção.

Tendo em vista que a próxima rodada de negociação na OMC (após a atual Rodada de Doha sobre commodities) deverá liberalizar serviços, entre os quais poderão ser incluídos diversos itens culturais, constatamos que um importante desafio que se apresenta para a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, além do fortalecimento do Fundo para a Diversidade Cultural, é ganhar força política suficiente – tanto no cenário internacional quanto no interior dos países que a ratificaram, inclusive em relação a marcos legais – para que as políticas culturais em prol da diversidade cultural, elaboradas e implementadas em cada um desses países, possam ser efetivamente respeitadas pelos acordos de comércio.

imagem: stock.xchng



As cinco grandes conquistas da convenção

- Reconhecimento da dupla natureza dos bens e serviços culturais: uma natureza econômica e comercial acrescida de ideias, sentidos e valores, que ultrapassa o simples valor mercadológico. Os bens e serviços culturais são, assim, subtraídos à pura comercialização.
- Afirmação e reconhecimento da legitimidade das políticas públicas culturais. Outro aspecto da convenção é a abertura de cada cultura às outras culturas (artigo 5º).
- Estabelecimento das medidas regulamentares e de uma base jurídica às quais os Estados podem recorrer em caso de litígio. É a conquista central da convenção.
- Criação de um quadro de cooperação e de solidariedade internacional: favorecer a solidariedade norte-sul e a valorização das redes locais nos projetos de desenvolvimento (artigos de 12 a 14).
- A convenção não está subordinada a nenhum direito: igualdade normativa, direito cultural, direito comercial.



Cronologia de documentos internacionais sobre a diversidade cultural

1945 – Fundação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi fundada em 16 de novembro de 1945 e entrou em vigor em 4 de novembro de 1946. A Unesco funciona como uma agência que promove a cooperação internacional entre seus 193 Estados membros e seis membros associados nas áreas de educação, ciência, cultura e comunicação, e trabalha com o objetivo de criar condições para um genuíno diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, as culturas e as pessoas.

1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos

O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, idealizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A proteção dos direitos do homem por meio de um regime de direito, para que ele não seja compelido à revolta contra a tirania e a opressão, foi proclamada em assembleia geral como ideal comum para atingir todos os povos e todas as nações. A finalidade é que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade se esforcem pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover medidas progressivas de ordem nacional e internacional.

1948 – Acordo para Facilitar a Circulação Internacional do Material Visual e Auditivo de Caráter Educativo, Científico e Cultural

O acordo visa facilitar a circulação internacional de materiais visuais e auditivos de caráter educativo, científico e cultural. Esse livre intercâmbio quer promover a compreensão mútua entre diversos povos.

1950 – Acordo sobre a Importação de Materiais Educacionais, Científicos e Culturais – Acordo de Florença

Elaborado pela Unesco, o Acordo de Florença se destina a favorecer a livre circulação de livros, publicações e objetos com caráter educativo, científico ou cultural, com vistas à não aplicação de direitos aduaneiros na importação desses produtos, para melhorar a circulação do conhecimento.

1952 – Convenção Universal sobre Direitos Autorais – Copyright

Adotada em Genebra em 1952, é uma das principais convenções, junto com a Convenção de Berne, que protegem as obras de propriedade intelectual, científica e literária, filmes e esculturas, com a marca familiar. Foi revista em 24 de julho de 1971, em Paris.

1954 – Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado

Estabelece entre seus contratantes que eles se comprometam a respeitar os bens culturais situados em seus territórios. Não permitir a utilização desses bens, de seus dispositivos de proteção e dos acessos imediatos para fins que poderiam expô-los a uma possível destruição ou deterioração em caso de conflito armado. Compete, ainda, aos países participantes que proíbam e previnam todo ato de roubo, pilhagem ou desvio de bens culturais e vandalismo.

1954 – Protocolo à Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado

O protocolo vem firmar os deveres dos países que adotaram a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.

1954 – Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas

Assinada em Caracas em 28 de março de 1954, a convenção quer que haja maior conhecimento e entendimento dos povos e das instituições dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Busca o maior intercâmbio de professores, mestres e estudantes nos países americanos e o estímulo a relações mais estreitas entre os organismos não oficiais que contribuem para a formação da opinião pública.

1960 – Recomendação a Respeito da Construção de Museus

Essa recomendação visa à aplicabilidade de medidas para a administração de museus pelos participantes considerando as funções de organização e constituição destes, com a intenção de tornar os museus uma forma de educação e divulgação da cultura por meio de exposições culturais, científicas, históricas e tecnológicas abertas ao público.

1966 – Declaração dos Princípios e da Cooperação Internacional

Organizada pela Unesco, a declaração proclama a ampla difusão da cultura e da educação de todos os povos com o objetivo de justiça, liberdade e paz, considerando indispensável à dignidade do homem e dever de todas as nações prestar ajuda mútua em busca de conseguir o livre intercâmbio de ideias e conhecimento. Também busca desenvolver e intensificar as relações entre a população dos países assinantes.

1968 – Recomendação a Respeito da Preservação da Propriedade Cultural Pública ou Privada

Recomendação para planejamento de programas para educação e desenvolvimento de medidas para conservar a propriedade cultural em cada Estado participante.

1970 – Convenção sobre as Medidas que Devem Ser Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas de Bens Culturais

Os países participantes da convenção reconhecem que a importação, a exportação e a transferência ilícitas de bens culturais constituem as causas principais do empobrecimento do patrimônio cultural dos países de origem desses bens. A colaboração internacional constitui um dos meios mais eficazes para protegê-los.

1971 – Convenção Universal sobre Direito de Autor

A convenção designa que os países contratantes devem se comprometer a tomar todas as medidas necessárias para assegurar uma concreta e eficaz proteção dos direitos dos autores e de quaisquer outros titulares desses direitos sobre obras literárias, científicas e artísticas, tais como escritos, obras musicais, dramáticas e cinematográficas e as de pintura, gravura e escultura.

1972 – Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural

A convenção foi aprovada em 1972 pela assembleia geral da Unesco para proteger o patrimônio cultural natural tanto das degradações provocadas pela própria natureza quanto das destruições causadas pelo desenvolvimento social e econômico.

1973 – Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na Ásia

A declaração resguarda que o avanço da ciência e da economia traz, junto com o modelo moderno de vida, problemas que atingem a harmonia tradicional e espiritual do homem.

1975 – Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África

A declaração é representada pelos países africanos membros da Unesco, que relembram os tempos de colônia, e afirma a criação de uma identidade política, econômica, cultural e social.

1976 – Recomendação para Participação e Contribuição das Pessoas na Vida Cultural

Essa recomendação foi fruto da preocupação com a formação cultural dos indivíduos, na prerrogativa de criar acessos a mecanismos de fomento para a produção cultural. Com isso, busca-se a criação de condições econômicas para o livre acesso à informação, à formação, ao conhecimento cultural e ao patrimônio cultural de cada país. Entendendo que é imprescindível a abertura de oportunidades para que grupos culturais se expressem, promovendo o desenvolvimento de uma identidade, a troca de informações, novos conhecimentos e uma cultura de paz.

1978 – Recomendação para a Proteção dos Bens Móveis Culturais

Devido ao crescente interesse na aquisição de produtos culturais, na criação de museus, instituições culturais, exposições de arte, colecionadores particulares de artes e criação de monumentos, foi realizada a Recomendação Internacional para Comércio de Bens Móveis Culturais, adotada pela conferência geral da Unesco em sua 19ª sessão, em 1976.

1980 – Recomendação para Normalização Internacional de Financiamento à Cultura

Essa é uma recomendação para financiamento de atividades culturais (exceto educação). Essas atividades estão definidas como: patrimônio cultural, monumentos históricos e locais, arquivos, museus, escavações arqueológicas, proteção ao patrimônio cultural, atividades de preservação e registro do patrimônio cultural, pesquisa e formação. Além dessas categorias, faz parte da recomendação o financiamento de atividades como: música, rádio, televisão, literatura, teatro, artes plásticas, cinema e fotografia, atividades socioculturais, esportes e ciências naturais.

1980 – Recomendação para a Salvaguarda e Preservação das Imagens Cinematográficas

A conferência geral da Unesco reuniu-se em Belgrado em 1980 e considerou as imagens cinematográficas como expressão da cultura e da identidade das pessoas. A influência que exercem na educação, na cultura, na arte, na ciência e na história é considerada parte integral da herança cultural das nações.

1989 – Convenção para Povos Indígenas e Tribais

A conferência geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

convocada em Genebra no dia 7 de junho de 1989, reconheceu as aspirações dos povos indígenas e tribais para assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida, de seu desenvolvimento econômico e fortalecimento de suas identidades, línguas e religiões dentro do limite dos Estados em que vivem.

1989 – Recomendação para a Salvaguarda das Tradições Culturais e Folclóricas

Considera que o folclore é uma forma de herança universal da humanidade que agrupa diferentes pessoas e classes sociais em torno de uma identidade cultural, econômica e politicamente importante e presente na cultura contemporânea.

1994 – Exceção Cultural

Essa discussão surgiu no âmbito da Rodada do Uruguai sobre Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

1995 – Relatório Nossa Diversidade Criadora

Nossa Diversidade Criadora é o título da obra de Javier Pérez de Cuéllar que trata das novas perspectivas sobre as relações da cultura com o desenvolvimento. Fornece subsídios valiosos para ampliar a noção de desenvolvimento e ajudar os povos do mundo a abrir seus próprios caminhos sem perder a identidade e o sentido de comunidade.

1996 – Mercosul Cultural

Criado em setembro de 2004, é uma experiência brasileira na formulação e na gestão de políticas públicas para as áreas de patrimônio cultural e museologia e será partilhado com o Paraguai por meio de dois projetos de cooperação firmados entre o Brasil e o país vizinho.

1996 – Declaração Universal dos Direitos Linguísticos

Essa declaração parte do pressuposto de que a língua é o resultado da interação de fatores sociais, políticos, territoriais, históricos e ideológicos de determinada região. Sendo considerada como expressão de uma identidade coletiva e distinta de apreender e descrever a realidade.

1999 – Código Internacional de Ética para Comercialização de Bens Culturais

A preocupação desse código é relativa ao tráfego de bens culturais roubados, clandestinos e ilicitamente exportados. Tem como papel principal disponibilizar informações que permitam distinguir bens resultantes do comércio ilegal e procedimentos para a comercialização legal desses bens, baseado no pressuposto de que o mercado de bens culturais tem um papel essencial no desempenho do comércio da difusão da cultura e na distribuição aos museus de obras



de coleções estrangeiras, e é grande fonte de educação e inspiração para os povos.

2000 – Acordo Unesco-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Esse acordo foi realizado entre a CPLP e a Unesco com o intuito de cooperarem em questões relacionadas à educação, às ciências exatas, naturais e sociais, à proteção do meio ambiente, da cultura, da comunicação e demais setores em que as duas organizações tenham tarefas e atividades semelhantes. Conformada dentro de um dos pilares da criação da Unesco, que é atingir gradualmente, pela cooperação das nações do mundo nos domínios da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, os alvos da paz internacional e da prosperidade comum da humanidade.

2001 – Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural

A declaração é o ato inicial de uma nova ética da Unesco para o século XXI, na qual dispôs um instrumento capaz de abranger as questões relacionadas com a diversidade cultural e o diálogo intercultural.

2001 – Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Subaquático

Essa é a primeira convenção a proteger o patrimônio submerso, entendido como todos os vestígios de existência humana que repousam atualmente sob a água e que representam um caráter cultural e/ou histórico. São exemplos de patrimônio subaquático o Farol de Alexandria, no Egito, e os vestígios de naufrágio com mais de um século.

imagem: stockxchng



2002 – Declaração de Salamanca

Declaração final da reunião dos representantes culturais dos territórios do continente europeu para debater os problemas coletivos e individuais do lugar que a cultura ocupa na União Europeia.

2003 – Declaração sobre a Intenção de Destruição do Patrimônio Cultural

Essa declaração expressa a preocupação sobre o crescente número de atos que tentam destruir o patrimônio cultural. A Unesco busca assegurar a conservação e a proteção de livros, obras de arte e monumentos históricos incentivando a realização de congressos internacionais, seminários e outras atividades na busca pela salvaguarda do patrimônio cultural.

2003 – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

Após a adoção da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, alguns Estados membros manifestaram interesse em ver criado um instrumento de proteção do patrimônio imaterial. Esse interesse resultou, em 2003, na elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que entrou em vigor em 20 de abril de 2006. Essa convenção criou o Comitê Intergovernamental, encarregado de promover os objetivos buscados por meio da divulgação de práticas exemplares e de recomendações sobre medidas de salvaguarda do patrimônio imaterial.

2003 – Criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura (MinC)

A diversidade cultural é finalmente implantada no Brasil e ganha atenção, na primeira gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, no âmbito do Ministério da Cultura. Desde sua criação, a secretaria desenvolve o programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural, que tem como objetivo garantir que os grupos e as redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e os grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

2005 – Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

Foi adotada pela conferência geral da Unesco em 2005 e ratificada pelo Brasil em 2007. Essa nova convenção constitui, juntamente com a convenção de 1972, relativa ao patrimônio mundial, cultural e natural, e a de 2003 para a salvaguarda do patrimônio imaterial, um dos três pilares da promoção da diversidade criativa. Juntos, esses três instrumentos reforçam a ideia expressa na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) de que esta última deve ser considerada

um “patrimônio comum da humanidade”, e sua defesa, “um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana”.

2006 – Senado brasileiro aprova a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco

Foi aprovada pelo Senado brasileiro, no dia 19 de dezembro de 2006, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. A proposta fora aprovada havia menos de um mês na Câmara Federal. A convenção foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007.

2007 – Conferência das Partes

A Conferência das Partes é um órgão plenário e supremo da convenção da diversidade cultural. Essa conferência se reúne a cada dois anos com o intuito de aprovar as diretrizes operacionais preparadas a pedido do Comitê Intergovernamental, adotar medidas e eleger membros do Comitê Intergovernamental, além de adotar quaisquer outras medidas que considere necessárias para promover os objetivos da presente convenção. Na primeira Conferência das Partes da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, em 2007, estavam presentes as delegações dos 57 países partes da convenção até então. Em junho de 2009, a Conferência das Partes reuniu representantes dos 98 países que já tinham ratificado a convenção até aquela data.

imagem: stock.xchng

2007 – Comitê Intergovernamental da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

O Comitê Intergovernamental da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é integrado por um total de 24 países. O Brasil foi eleito membro desse comitê, inicialmente para um mandato especial de dois anos (12 países foram sorteados para cumprir um mandato mais curto, de modo a permitir a renovação da metade dos membros a cada dois anos). Expirado esse primeiro mandato, em junho de 2009, o Brasil foi reeleito por mais quatro anos.

2008 – Novo Plano Nacional de Cultura

O Plano Nacional de Cultura (PNC) tem por finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas para a proteção e a promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do país.

2009 – Proposta de reforma da Lei Rouanet

A proposta de reforma da Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, inclui a criação de cinco novos fundos setoriais além do Fundo do Audiovisual, já existente: Fundo Setorial das Artes, para apoiar, entre outras áreas, o teatro, o circo, a dança, as artes visuais e a música; Fundo Setorial do Livro e Leitura; Fundo Setorial da Diversidade, Cidadania e Acesso; Fundo Setorial da Memória e Patrimônio Cultural Brasileiro; e Fundo Global de Equalização, para financiar ações transversais.

Giselle Dupin (MinC)

Jornalista especializada em relações internacionais. Formada em gestão das instituições culturais pela Universidade de Paris IX Dauphine. Atualmente ligada ao Ministério da Cultura (MinC), onde desenvolve ações ligadas às áreas de gestão cultural e de relações internacionais.



imagem: stock.xchng

DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA CONVENÇÃO

Jurema Machado

No final de 2009, vão se completar cinco anos da aprovação, pela Conferência Geral da Unesco, da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. O que teria levado à construção desse instrumento, que colocou lado a lado um vasto espectro de países díspares não apenas culturalmente, como também econômica e politicamente, parece ter sido a compreensão de que o respeito e a promoção da diversidade se apresentam como a única agenda possível para os Estados-nação, cada vez mais colocados em xeque por sociedades multiétnicas e multiculturais.

Esse documento normativo de caráter vinculante, que cria compromissos para os países signatários, entrou rapidamente em vigor, menos de um ano depois de sua aprovação no plenário da Unesco. A convenção parte do princípio de que a diversidade é um patrimônio comum da humanidade; defende que bens e serviços culturais são portadores de valor e sentido, portanto merecem tratamento diferenciado, e que os países são soberanos para definir mecanismos para protegê-los e promovê-los. A tais direitos devem corresponder obrigações de igual calibre, que significam não apenas respeitar os mesmos direitos dos demais países, mas também reproduzir políticas coerentes com os princípios da diversidade internamente a seus territórios.

Proteger e promover a diversidade, sob a ótica da busca de redução de assimetrias na circulação e no acesso aos bens e serviços culturais, traduz-se na legitimação de políticas como o apoio

financeiro estatal à produção e à circulação desses bens; a geração e a difusão de conteúdo local; e, se necessário, restrições ao capital estrangeiro em setores tidos como estratégicos. Sob a ótica da diversidade como um direito, inalienável e inseparável dos direitos humanos fundamentais, abre-se um leque de políticas sociais que vão muito além do campo da cultura e mesclam-se sobretudo com as políticas para a educação e para o desenvolvimento humano e social.

Como a convenção criou um conjunto de mecanismos por meio dos quais se pretende promover e aferir sua efetividade – participação da sociedade civil, apresentação de relatórios quadrienais por país, Comitê Intergovernamental e Conferência das Partes, mecanismos de solução de controvérsias, além de um fundo de financiamento de programas e projetos –, a implantação desses foi a primeira tarefa da Unesco após a entrada em vigor do instrumento. Todos transcorrem dentro do previsto, mas o tempo ainda é curto para medir efeitos que possam ser creditados à convenção.

A complexidade e as incessantes transformações do mercado internacional de bens e serviços culturais, associadas à ausência de indicadores precisos, especialmente quanto aos serviços, não permitem ainda formular nenhuma hipótese sobre os impactos da convenção nesse campo. Mesmo que tenham existido, sua interdependência de um conjunto complexo de variáveis dificilmente autorizará estabelecer relação direta de causa e efeito com a vigência do instrumento. Mais provável é que ele continue sendo uma referência ética que inspira e dá suporte aos países para fortalecer sua produção cultural e adotar medidas compatíveis nas relações comerciais que envolvam esses bens. No entanto, a diversidade assumida como direito e sua relação com os demais campos do desenvolvimento humano e social vêm sendo objeto de uma produção crescente de novas políticas, programas e ações, tanto na própria Unesco quanto nos países.

A Unesco tem na convenção de 2005 uma espécie de documento-síntese de sua política cultural. Trata-se de uma consolidação de princípios gerais, que não invalidam, ao contrário, reforçam e dão um sentido comum aos demais instrumentos, em especial à Convenção do Patrimônio Mundial (1972) e à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003). Mas é nos programas interssetoriais que o tema da diversidade se faz representar de forma mais palpável. Alguns exemplos da ação da Unesco no Brasil serão úteis para a compreensão das vastas possibilidades desse campo.

O primeiro deles é o Diálogo Intercultural e a Cultura de Paz, um conjunto de programas que permeiam o mandato da Unesco nas áreas de educação, cultura, comunicação, ciências e desenvolvimento social. Componente-chave da construção de civilizações e culturas, as religiões têm papel destacado nesse contexto. A convenção de 2005 reconhece o direito à diversidade cultural como sendo também “o direito de indivíduos e comunidades à adoção de valores espirituais”. Exemplo claro da relação entre diversidade e va-

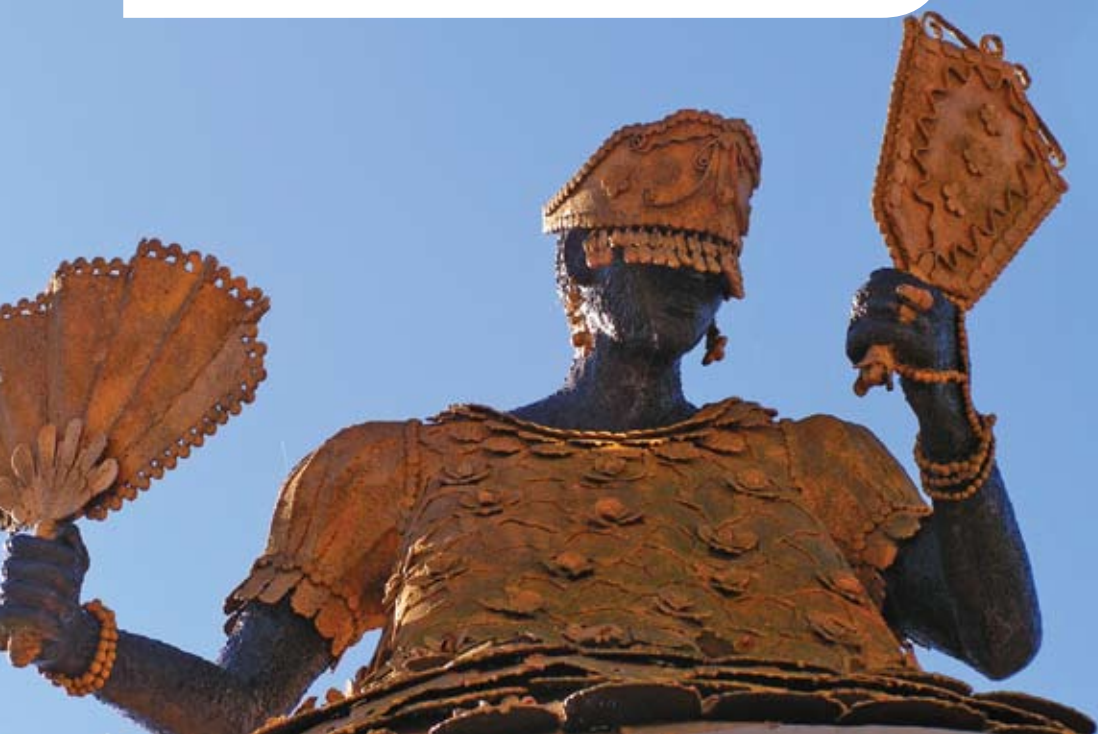


lores espirituais são as frequentes situações em que comunidades tradicionais interagem com a fluidez e a volatilidade dos padrões urbanos. Nessas situações, a religiosidade frequentemente figura como um elemento identitário expressivo e contribui para a preservação de outras expressões que constituem o patrimônio imaterial desses grupos, como os saberes, as práticas, os ritos, as celebrações e até mesmo a diversidade linguística.

Em um país de grande diversidade de sistemas religiosos e míticos, o ensino religioso é um tema complexo e cada vez mais presente na agenda da cultura e da educação. Debatê-lo sob a perspectiva do estímulo ao diálogo inter-religioso para a cultura de paz se justifica tanto pelo crescente movimento de reivindicação dos direitos humanos e culturais quanto pela gradual expansão de credos de orientação fundamentalista no país. Como tem sido constatado por pesquisadores e até pela mídia, alguns desses credos tendem a estigmatizar e marginalizar manifestações espirituais tradicionais (de matriz africana e indígena, sobretudo) e muitas vezes o fazem por meio de aparatos tecnológicos e institucionais bastante sofisticados.

O ensino religioso no Brasil é previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Ainda que facultativo, pode, segundo esses instrumentos, ser integrado ao horário normal das escolas públicas, desde que regulamentado pelos órgãos competentes do Poder Executivo na esfera estadual. Embora o artigo 33 da Lei nº 9.394/1996 mencione o “respeito à diversidade cultural religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo”, presume-se que não seja tão simples pensar em religião dissociada de alguma forma de proselitismo. De modo geral, as noções presentes na condição da profissão de fé e da conversão são de ordem subjetiva e acabam resvalando no “proselitismo”. Um caso de interpretação da lei fundada na eliminação do proselitismo é a regulamentação do ensino religioso no estado de São Paulo,

imagem: stockxchng



instituída em 2002. A linha adotada identifica a disciplina com conteúdos de “história das religiões”, o que leva, entre outras questões, à consideração de que educadores aptos a ministrar tais conteúdos seriam oriundos das áreas de ciências sociais, história e filosofia. Em sentido diametralmente oposto, a legislação que regulamenta o ensino religioso no estado do Rio de Janeiro implicou a adoção de um modelo de caráter confessional. A despeito de questionamentos frequentes por setores da sociedade descontentes com a instituição da difusão do criacionismo nas escolas públicas daquele estado, a lei se mantém desde 2001.

Está sendo levantado pela Unesco no Brasil um quadro geral sobre o tratamento do ensino religioso no país, incluindo a regulamentação criada pelos estados e o conteúdo dos livros didáticos produzidos pelas maiores editoras do setor. Ao analisar esse material à luz da convenção da diversidade cultural (2005), da convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino (1960) e da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos (2005), espera-se oferecer insumos relevantes para que o ensino religioso seja tratado de forma mais compatível com os valores da diversidade.

Outro largo caminho a ser explorado é o da implementação da Lei nº 10.639/2003, um relevante instrumento disponível para a promoção da diversidade étnico-racial na educação. A lei torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, tanto nas escolas oficiais quanto nas particulares. Esclarece que os conteúdos ministrados devem resgatar “a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil” e estar presentes em todo o currículo, com ênfase nas áreas de educação artística, literatura e história. Em que pese a

imagem: stockxchng



vasta produção acadêmica acerca dos conteúdos focalizados pela lei, a tradução dessa produção em materiais que possam chegar à escola está longe de ser uma realidade e não é tarefa simples. Antes mesmo do conteúdo, será preciso definir critérios que favoreçam sua inserção de forma transversal às diversas disciplinas e ambientes formadores e, sobretudo, eleger uma abordagem que não contribua para engrossar o desgastado caldo das visões que remetem a contribuição dos povos africanos ao exótico, ao folclórico e, quando muito, ao romântico. Naturalmente que o maior peso desse desafio estará na preparação dos professores, não só para a assimilação de novas informações e métodos, mas também para a desconstrução, em muitos casos, de visões social e culturalmente adquiridas sobre o tema. Não se pode esperar que esse seja um tema neutro nas escolas, como seria um conteúdo tradicional de história ou cultura, pelas fortes associações que serão facilmente estabelecidas com um presente marcado por um formato de desigualdade social da qual o componente racial é indissociável.

Outra frente de trabalho fortemente valorizada pela Unesco nos últimos anos e que, mais uma vez, aproxima as políticas da promoção da diversidade cultural das políticas de educação é a valorização da diversidade linguística. Em um país educado para acreditar-se monolíngue, multilinguismo pode soar estranho como política pública. Ocorre que a ideia de que aqui se fala apenas uma língua – o português – é mais uma construção histórica, fortemente contestada pelos linguistas, que afirmam que

no Brasil de hoje são falados por volta de 210 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 170 línguas (chamadas de autóctones), as comunidades de descendentes de imigrantes outras 30 línguas (chamadas de línguas alóctones), e as comunidades surdas do Brasil ainda duas línguas, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua de sinais Urubu-Kaapor. Somos, portanto, um país de muitas línguas – plurilíngue –, como a maioria dos países do mundo. Em 94% dos países do mundo são faladas mais de uma língua.¹

¹ OLIVEIRA, Gilvan Muller. *Plurilinguismo no Brasil*. Brasília: Unesco, 2008.

A política linguística do Estado brasileiro voltou-se não apenas contra as línguas indígenas, mas também contra as línguas dos imigrantes, que sofreram repressão especialmente do regime do Estado Novo (1937-1945), por meio do processo que ficou conhecido como “nacionalização do ensino”. Nesse período, o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas. Segundo dados do censo do IBGE de 1940, quando o Brasil tinha 50 milhões de habitantes, 644.458 pessoas, em sua maioria cidadãos brasileiros, falavam alemão cotidianamente em casa e 458.054 falavam italiano. Essas línguas perderam sua forma escrita e se afastaram das cidades, passando a ser usadas apenas oralmente e cada vez mais na zona rural, em âmbitos comunicacionais cada vez mais restritos.²

² Op. cit.

Além da lacuna de conhecimentos e visões de mundo que a perda de uma língua representa, os efeitos de práticas repressoras são certamente devastadores sobre os indivíduos, interferindo na forma como reconhecem sua identidade, se relacionam e se integram socialmente e desenvolvem sua capacidade de aprendizado.

São muitos os avanços no que diz respeito à educação bilíngue indígena no Brasil, instituída desde a Constituição Federal de 1988 e contando hoje com uma rede de cerca de 2.500 escolas indígenas. Segundo Freire, o estágio atual requer sobretudo que se passe a ensinar “na” língua, e não apenas a ensinar “a” língua. Isso significa produzir materiais de leitura na língua, aprimorar os cursos de formação de professores, fazer com que a língua saia das aldeias e ganhe lugar nos livros, nas bibliotecas, nos museus e em programas bilíngues no rádio e na TV. Ainda segundo Freire, os indígenas,

³ FREIRE, Jose Ribamar Bessa. Se eu fosse os índios: as línguas. In: *Diário do Amazonas*. Maio 2009.

que sempre foram os sem-língua, agora ambicionam ter as duas línguas: [...] uma carregada de saberes tradicionais, a outra com os novos saberes, ambos necessários para a [sua] sobrevivência e para a afirmação da [sua] nossa identidade.³

Exemplos como os citados são suficientes para demonstrar que práticas educacionais que incorporem a diversidade cultural como um valor mal começam a ser exploradas e já demonstram um infinito de possibilidades. Ou seja, a agenda sugerida pela convenção de 2005 está apenas em seu começo. Precisamos, além da capacidade de implementá-la, desenvolver habilidades e mecanismos de crítica e avaliação que nos previnam da dispersão de esforços e dos riscos de uma fragmentação excessiva. Esse, no entanto, é apenas o registro de um alerta que deve permanecer entre nós. Tema, certamente, para debates futuros.

Jurema de Sousa Machado

Formada em arquitetura, coordena o Setor de Cultura da Unesco no Brasil e atua em programas de reabilitação de centros históricos. Presidiu o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG).

Contato: jurema.machado@unesco.org.br.



Imagem: Carlos Taparelli

POLÍTICAS E DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL

Antonio Albino Canelas Rubim e Lia Calabre

Para iniciar, devemos entender o ressurgimento contemporâneo do tema das políticas culturais. Nos anos 1980 e 1990, acontece um grande silêncio sobre políticas culturais em todo o mundo. Isso decorre, por óbvio, da hegemonia neoliberal naqueles anos. O tema da diversidade emerge nesse contexto. Ele aparece na contramão, desafia os potentes atores da globalização neoliberal e confronta seus interesses. Eles pretendiam tornar a cultura uma mercadoria como outra qualquer. Logo, a diversidade cultural surge como conflito. Não cabe pensar a diversidade como algo harmônico, amorfo, gelatinoso. Não se deve nunca esquecer que o tema nasce e ganha sentido como contraposição. Por conseguinte, diversidade cultural é equacionar diferenças e tensões. Com ela, o tema das políticas culturais volta a ser agendado, como nos anos 1970, quando a Unesco patrocinou debates em todo o mundo.



imagem: Carlos Taparelli

Existem muitos obstáculos à diversidade cultural, a exemplo de todas as concentrações de poder: conglomerados econômicos, típicos da globalização neoliberal; mídia orientada pela lógica do mercado; Estados poderosos; ideários machistas, racistas, homofóbicos; e religiões intolerantes; além das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais, principalmente entre cidade e campo. Em suma, a sociedade capitalista em que nós vivemos não é propriamente um bom ambiente para a diversidade cultural.

A primeira exigência para uma política de diversidade cultural é que ela seja pública. Portanto, política que derive não só do debate e do crivo, mas de alguma deliberação pública. Nesse sentido, as leis de incentivo, ao retirar o poder de decisão do Estado e da sociedade e concentrá-lo no mercado, colocam em cheque a possibilidade de algum caráter público e, por conseguinte, de promoção e preservação efetivas da diversidade cultural.

Uma segunda exigência é que as políticas culturais estejam associadas à questão da democratização da sociedade. Democratizar significa incorporar novos atores; superar desigualdades sociais e regionais; ampliar a pluralidade de interesses e visões na sociedade. Em suma, significa aumentar a cidadania, inclusive cultural. Nessa perspectiva, o Estado não pode ser apenas um propiciador de meios e suportes à atividade cultural, mas deve ter atuação política associada a valores. O Estado tem de assumir valores e deve interferir nos valores da sociedade. É claro que o Estado não pode incorrer no erro de interferir nas opções estéticas. Mas ele pode e deve se colocar decisivamente a favor de determinados valores, tais como a própria diversidade cultural.

Outro tema fundamental é a relação entre identidade e diversidade. As políticas culturais passadas voltavam-se hegemonicamente para o fortalecimento das identidades, fossem elas nacionais ou de classe. Com a possibilidade de identidades múltiplas inerentes ao mundo contemporâneo e com a diversidade concebida como um valor, como combinar hoje rigorosamente identidades e diversidade?

O intercâmbio aparece como outro dado a ser assumido em uma política de diversidade. A cultura não pode estar isolada e ser apenas preservada, como muitas vezes enfatiza uma tradição bem instalada nos discursos acerca da cultura no país, devido à força das políticas de patrimônio material. Antes disso, a cultura deve ser assumida em sua dinâmica como troca e colaboração, como mestiçagem. A cultura, para ser dinâmica, tem de manter relações com outras culturas, mas nunca em relação de desigualdade, e sim de colaboração. Uma política para a diversidade cultural tem de ser necessariamente uma política que incentive a troca em condições de equidade muito próprias. Condições que permitam o intercâmbio, e não a imposição de uma cultura sobre a outra. Tais condições são exigências mínimas para uma efetiva política a favor da diversidade cultural.

Em 2005, na 33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, foi aprovada a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Texto do qual o Brasil é signatário e que foi ratificado por meio do Decreto Legislativo nº 485/2006. Entre os compromissos assumidos pelos países signatários da convenção estão “proteger e promover a diversidade das expressões culturais”; “criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo”; e “encorajar o diálogo entre culturas”. Tais compromissos colocam em pauta uma questão fundamental: a do conhecimento das práticas culturais do país por parte dos governantes. O desconhecimento por parte dos gestores públicos da realidade cultural sobre a qual atuam ainda é, em geral, grande, principalmente quando nos referimos às expressões culturais não consagradas – utilizando aqui a definição de expressões culturais presente no texto da convenção, ou seja, estabelecidas como aquelas que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural.

Até pouco tempo atrás, não existiam disponíveis no Brasil bases de informações culturais, principalmente de extensão nacional ou macrorregional. Em 1999, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), com o objetivo de suprir a crescente demanda por informações municipais. Nos anos de 1999, 2001 e 2005, integrou a pesquisa um bloco de informações sobre esporte, cultura e lazer. Já em 2006, por meio de um convênio com o Ministério da Cultura (MinC), foi a campo junto com a Munic o Suplemento de Cultura, uma pesquisa detalhada sobre a gestão municipal da cultura.

Os resultados apresentados pela Munic nos fornecem uma pequena amostra da dimensão do campo das manifestações culturais brasileiras, ainda que seja um instrumento destinado a investigar, prioritariamente, questões relativas à gestão municipal. Logo, é previsível que um conjunto maior de informações, de práticas e de atividades culturais que ocorrem fora da esfera pública termine ficando excluído dos resultados da pesquisa.

Na Munic, três grupos de informações podem ser destacados como fundamentais para o conhecimento da diversidade brasileira: o da exis-



imagem: Humberto Pimentel

tência de grupos artísticos, o do detalhamento do desenvolvimento de atividades artesanais e o da realização de atividades culturais.

Como exemplo de possibilidades, serão abordados alguns dos resultados que dizem respeito aos grupos artísticos. Segundo o questionário, deveriam ser considerados os grupos artísticos existentes no município com ou sem caráter comercial, juridicamente constituídos ou que tivessem no mínimo dois anos de atuação. Além de declarar a existência dos grupos, o gestor deveria informar se tal atividade era mantida ou não pelo poder público.

O conceito de grupos artísticos utilizado pela pesquisa é bastante abrangente, não restrito às áreas das artes consagradas. Constavam como opções no questionário: teatro, manifestação tradicional popular, cineclube, dança, musical, orquestra, banda, coral, associação literária, capoeira, circo, escola de samba, bloco carnavalesco, desenho e pintura, artes plásticas e visuais, artesanato e outros.

O resultado da presença de grupos artísticos por município foi o seguinte: 64,3% de municípios com artesanato; 56,1% com dança; 53,2% com banda; 48,8% com capoeira; 47,2% com manifestações tradicionais populares; 47,2% com música; 44,9% com coral; 39,9% com teatro; 34,2% com bloco carnavalesco; 23,5% com desenho e pintura; 22,2% com artes plásticas e visuais; 11,5% com orquestras; 11,4% com escola de samba; 9,4% com associação literária; 4,2% com cineclube; 2,9% com circo; e 7,5% com outras atividades.

Uma importante observação é que o artesanato, que é o penúltimo item no formulário, aparece em primeiro lugar. Essa observação é importante porque, nesse caso, como se tratava de um item longo, poderíamos ser induzidos a pensar que a ordem das alternativas teria, de alguma maneira, influenciado os resultados.

Os índices apontam para a presença de uma diversidade artística significativa, chamando a atenção para a presença das manifestações tradicionais populares. Estas, junto com o artesanato, costumam se situar no campo da informalidade e, se por um lado normalmente não são constituídas juridicamente, por outro têm forte presença nacional. O índice apresenta uma variação muito pequena, pouco significativa entre as diferentes regiões do país. Outra observação é que, tendo em vista que muitas atividades tradicionais culturais não são praticadas na sede do município, e sim nos pequenos distritos, na área rural ou na periférica, é provável que tenha ocorrido uma subestimação do resultado.

As áreas nas quais o poder público municipal está mais presente, fazendo o maior investimento, são o teatro (80,5%); as bandas (72,9%); as orquestras (68%); as manifestações populares (63%); a dança (57,2%); os corais (52,2%); e o artesanato (53,3%). Ou seja, temos um quadro de apoio governamental distinto do da existência de grupos artísticos, no qual teatros e orquestras tinham apresentado um menor índice de presença.



Questões finais

A Munic está disponível no site do IBGE e necessita ser apropriada pelos diversos níveis de governo como uma importante contribuição. É notória a ausência de informações organizadas acerca das práticas e das manifestações culturais no país. Encontra-se, frequentemente, por um lado, um processo de enaltecimento constante da riqueza da diversidade cultural do país e, por outro, a carência de informações minimamente indispensáveis que denotem um conhecimento básico necessário para a valorização e a elaboração de políticas culturais que garantam a existência dessa mesma riqueza.

Os primeiros passos no caminho do reconhecimento da importância da diversidade foram dados com a assinatura da convenção. Porém, a implementação prática do que foi acordado requer a implantação efetiva de políticas públicas, nas quais o Estado é um ator fundamental, mas não único. É a busca do equilíbrio difícil entre diferenças e diferentes, mas fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática também no campo da cultura.

Albino Rubim

Professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA); docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Programa de Artes Cênicas, ambos da UFBA. Dedica-se a pesquisas nas áreas de políticas culturais, cultura e política, comunicação e política, cultura, comunicação e sociedade.

Contato: rubim@ufba.br

Lia Calabre

Doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora-chefe do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa. Suas pesquisas têm se orientado em temáticas que abordam política cultural, cultura, meios de comunicação de massa e rádio nacional.

Contato: secgab@funceb.ba.gov.br

Referências bibliográficas

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados*: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros*: cultura/2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MACHADO, Jurema. In: PUC Minas. Diretoria de Artes. *Diversidade cultural*: o debate internacional para a sua preservação. Belo Horizonte: Fumarc, 2006.

MOREIRA, Altair José; FARIA, Hamilton. Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município. In: FARIA, Hamilton et al (Org.). *Você quer um bom conselho?* Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Polis, 2005.



DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Alfredo Manevy

A diversidade cultural é um assunto que vem ganhando a pauta do Brasil e do mundo. Há um passado da discussão que remonta, se quisermos, aos primeiros debates dos colonizadores sobre os direitos dos povos indígenas. E há um futuro. Seu destino na pauta política interessa não apenas à política cultural estrito senso (ainda que tenhamos diluído o que havia de estrito na política cultural brasileira), mas às regras de convivência que poderemos inventar na nova ordem global que nasce e renasce a cada dia, de modo a construir e garantir os avanços da economia da cultura. Bons motivos concorrem para ver nesse tema um enorme potencial de revitalização da política no século XXI. Se a política tradicional estiver aberta a ela, será um desafio para nossa imaginação institucional levar até o fim as consequências dessa agenda. Pois apenas começamos a metabolizar o encontro entre essa ideia vigorosa e os processos políticos mais amplos. Embora o conceito isolado pareça atrair uma simpatia quase consensual, passamos ao terreno da forte negociação política quando tratamos, na prática, de diversidade cultural – quando entendida como valor, e não como ameaça. Um valor que será um ativo imprescindível na nova economia e na emergente sociedade do conhecimento.



Logo, esse ativo tem de se desembaraçar de velhas práticas e anacronismos de ordem cultural e política. A adoção da agenda sempre trará modificações profundas e concretas para a forma de organizar as cidades, os direitos, a reprodução do saber, as perspectivas sobre o território e nossas formas de organização como sociedade. Essa pauta deve interessar porque traz consigo uma agenda que pode tornar as sociedades do novo século mais ricas e abertas.

Há boas razões para que o Brasil seja um protagonista na discussão e na negociação política do assunto. Temos causas históricas, a começar por nossa singular formação, que permite valorizar a diversidade fora da compartimentação do multiculturalismo norteamericano e sem o resquício xenófobo de alguns países europeus. A experiência brasileira dissolve barreiras que em outros lugares do mundo são ainda hoje erguidas, como a atual crise revela. Vejamos de modo geral o baixo sentimento de vínculo de uma terceira geração de emigrados na Europa Ocidental, seu sentimento de alienação, ao não se considerarem até hoje genuínos europeus, mesmo quando compartilham de acesso às mesmas instituições. Na globalização, a diversidade brasileira é um rico patrimônio na constituição de laços, sem que isso signifique diluir o reconhecimento das imensas desigualdades sociais, apagar a violência ou esquecer muros e redomas de condomínios fechados que se erguem não pela cultura, mas pela exclusão social. Mas os problemas de exclusão não se confundem com os problemas de coesão social percebidos em diversas sociedades avançadas.

A cultura brasileira é um grande ativo, e em poucos anos a política cultural brasileira passou a outro patamar. Temos hoje um Ministério da Cultura (MinC) reconhecido em todo o mundo como um diferencial institucional e político do Brasil. Ao adotar políticas públicas para o setor artístico e, de forma inovadora, para o conjunto dos brasileiros, ao propor marcos legais atualizados e contemporâneos, o MinC de nossos dias tem outra presença política e simbólica no país. Um ministério que, no governo do presidente Lula, ganhou carta branca para avançar nesses debates com consequências importantes.

Nossa história recente de autoritarismo e nossa inconclusa realização como República fazem, vez ou outra, nossa imaginação ceder e negociar esse extraordinário valor, recuando posições no plano político. A diversidade cultural já foi vista como ameaça por mais de algum governo passado, por medo de desagregação identitária e territorial. Nada mais autoritário. Devemos seguir o caminho oposto: fortalecer nossos potenciais, e não temê-los. A diversidade cultural deve ser afirmada, justamente num país como o Brasil, onde não temos, como aponta Antonio Risério, "conjuntos culturais fechados, ensimesmados, confinados em miniplanetas irreduzíveis".¹ Onde a experiência da diversidade pode ser ainda mais surpreendente, vital e enriquecedora.

¹ RISÉRIO, Antonio. *A utopia brasileira e os movimentos negros*, p. 210.

Mas temos de discutir alguns importantes pontos para avançar a discussão e nossa ação coletiva. A implantação internacional da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, no âmbito da Unesco, foi uma enorme vitória em plano mundial. O ex-ministro Gilberto Gil foi um líder decisivo na negociação e na produção de consenso, e pode-se dizer que sua aprovação foi possível, à época, tanto pela nova presença simbólica e política do Brasil no mundo, liderança norteadada pelo diálogo, pela não subordinação e pela capacidade política de agregar, quanto pelo autoisolamento das posturas radicais antidiversidade dos Estados Unidos na Unesco (no período liderado por George W. Bush), que permitiu o suprimento da lacuna com lideranças como a canadense, a francesa e a brasileira. A convenção, já aprovada no Parlamento brasileiro, começa a ser posta em prática pela gestão do ministro Juca Ferreira. A aprovação da convenção em cada um dos 98 países significa muito; porém, o que o ministro Juca vem assinalando é que precisamos passar aos desafios de sua implementação.

A questão que se coloca então é a forma como traduzimos a convenção em nossa política interna e externa. A recente aprovação no Supremo Tribunal Federal da demarcação integral da Raposa Serra do Sol é um bom exemplo do amadurecimento político do país no reconhecimento da diversidade cultural. Um bom exemplo da complexidade da discussão. A aprovação da reserva baseou-se na tradição do direito (desde o período régio colonial) que trata os índios como os habitantes originais de suas terras e percebe a forma diferenciada como a propriedade é vivenciada. Mais do que possuir a terra, os índios pertencem à terra, tal como a Constituição de 1988 soube definir. É a diferença entre terra e território, na medida em que as terras continuam sendo da União e de todos os brasileiros, porém

reconhecido o direito de um usufruto diferenciado dessas comunidades. Os argumentos contrários à demarcação giraram em falso em torno da suposta não brasilidade dos índios (argumento que nada diz às nossas Forças Armadas, que na Amazônia são formadas por índios e descendentes, nem à maneira como os índios se relacionam com a nação) ou do suposto afrouxamento da segurança na fronteira, o que vai na contramão do histórico papel dos índios na garantia do território e na atenção peculiar que sempre oferecem na proteção da floresta contra madeireiros e outras práticas daninhas.

O Supremo, seguindo orientação da Carta Magna, e consagrando o amadurecimento da democracia brasileira, julgou compatível uma sociedade majoritariamente urbana, falante do português, em que um conjunto de brasileiros descendentes de antigas etnias pode viver com liberdade seu modo de vida, como brasileiros índios, experimentando um grau importante de liberdade. Liberdade que nos afeta a todos, porque, afinal, esse tradicional modo de vida diz respeito, em última instância, a uma dimensão da existência de todo e cada brasileiro. Liberdade de uma geração de descendentes indígenas ser índios ou de, se desejarem, se aculturar. Mas uma liberdade que poucas sociedades ocidentais permitem ou tiveram condições de debater, porque a maior parte não manteve traços originais de línguas indígenas ou de suas cosmovisões. Não se trata obviamente de obrigar ninguém ao isolamento do mundo ou da alta tecnologia, mas de superar uma visão ultrapassada de progresso técnico-científico e reconhecer também como tecnologia a capacidade de compartilhar – sem compartimentar – um mundo plural em meio à diversidade cultural, tecnologia que poucos países têm, como já dissemos. Trata-se, assim, de permitir a coabitação num mesmo território de cosmovisões, conhecimentos e saberes que nos enriquecem a todos. A demarcação não cria bolhas artificiais; apenas níveis de interação, autonomia e liberdade que permitam condições mínimas de fluxo cultural diante da acelerada expansão econômica do agronegócio e do modo de vida urbano ocidental. É, em suma, garantir um pé de igualdade entre modos de imaginar o mundo, algo que nossa sociedade do conhecimento contemporânea transforma cada dia mais em valor, até mesmo em ativo econômico, como atestam as indústrias do design e de cosméticos.

As defesas da advogada indígena Joênia Batista de Carvalho e do relator ministro Carlos Ayres Britto, afirmando que os índios “são coautores da ideologia nacional”, podem ser consideradas históricos depoimentos sobre a cultura brasileira, tão importantes como as declarações de Joaquim Nabuco sobre a abolição. Como afirmou o ministro:

Aqui se infere o despropósito da afirmação de que “índio só atrapalha o desenvolvimento”, pois o desenvolvimento como categoria humanista e em bases tão ecologicamente equilibradas quanto sustentadas bem pode ter na cosmovisão dos indígenas um dos seus elementos de propulsão.²

² BRITTO, Carlos Ayres. Relatório disponível em <http://www.conjur.com.br/dl/Voto_Britto_Pet3388.pdf>.



A questão parece ilustrar a força da agenda, mas passemos a outro terreno da política cultural. A diversidade cultural é também um argumento que desloca as relações entre cultura e economia para terrenos que interessam a países como o Brasil. Os países com padrões mais consolidados de exportação querem livre comércio e ponto. Países em posições menos favoráveis querem livre comércio, vírgula, articulado com a pauta do comércio justo. Uma agenda que ganha nossos dias e que volta e meia ganha os jornais. Ouvimos comentários sobre os “fracassos” de rodadas de negociação, mas isso não significa que perdemos. O que está em jogo é o desenvolvimento ou o atrofiamiento de setores inteiros da economia. Significa abrir mão de protecionismos na medida adequada, e não dissolver setores que não têm capacidade financeira de competir na globalização. A economia da cultura é um dos setores em que há maior dessemelhança global. Sim, somos ricos culturalmente, mas nossa economia da cultura é frágil e dependente. Nossa balança em propriedade intelectual é amplamente desfavorável, vide dados do Banco Central, o oposto do que vivemos em commodities. Um verdadeiro escândalo se percebermos a força e a magnetização que a música ou a

imagem: Luciana Orvat

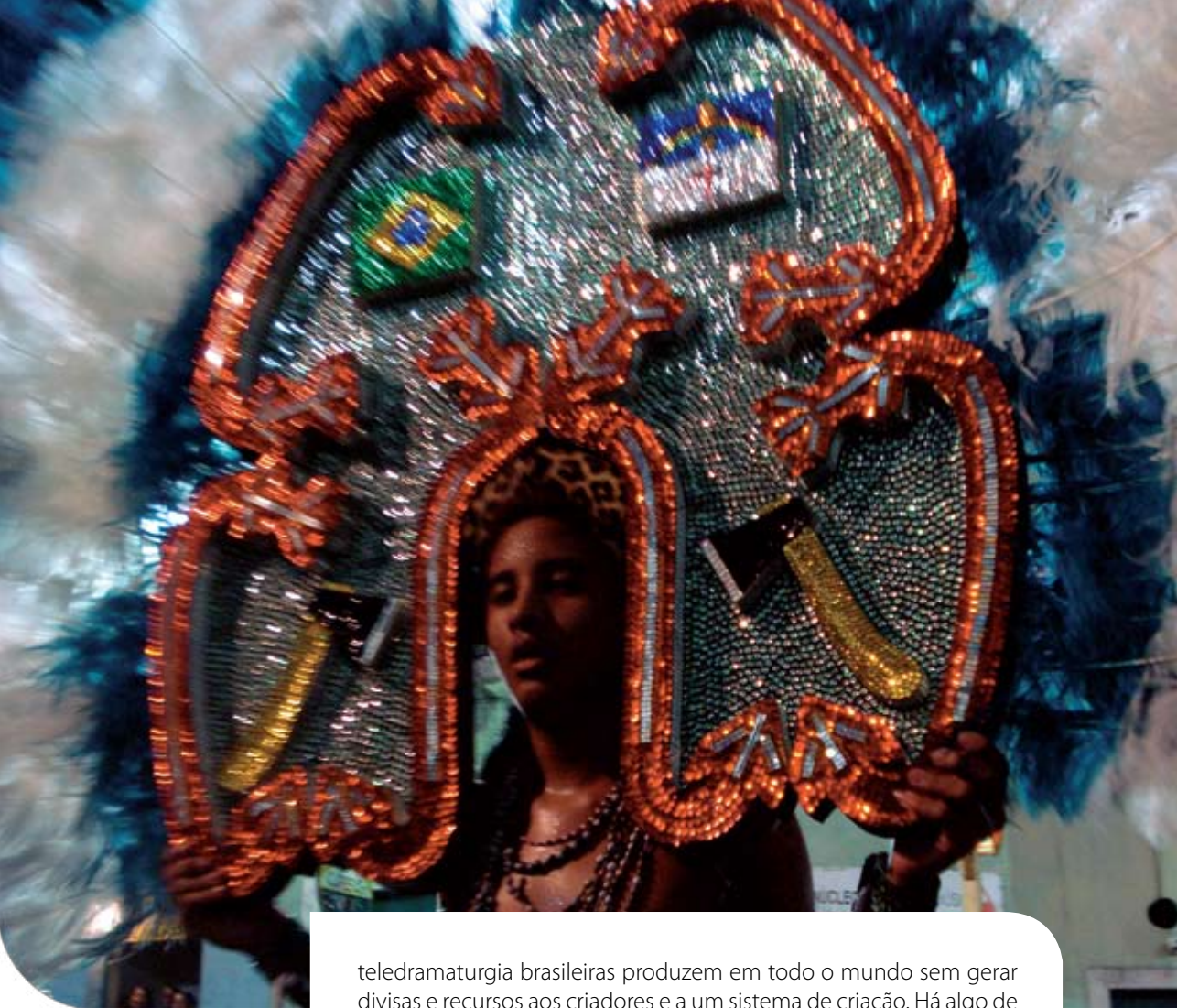


imagem: Luciana Orvat

teledramaturgia brasileiras produzem em todo o mundo sem gerar divisas e recursos aos criadores e a um sistema de criação. Há algo de profundamente assimétrico nos bastidores desse jogo.

Mas essa situação não é peculiar a nós. Em todo o mundo, e inclusive no Brasil, surgem movimentos que nutrem simpatia ou organizações que militam arduamente para promover a diversidade cultural como forma de qualificar a globalização econômica. Aqui não se trata apenas de um vago discurso humanista, mas novamente de garantir condições de viabilidade, políticas públicas para processos e fluxos culturais significativos em comunidades, sociedade, nações, multidões humanas no século XXI. O pressuposto de que bens simbólicos têm enorme importância para além de seu valor de troca. A produção do cinema em cada país vive muitas vezes entrenchada em seu próprio território, vivendo o sentimento de se ver excluída em meio a uma população falante de sua língua. É um problema que sempre atingiu os países do sul, a Europa Ocidental, a Ásia e as Américas, exceção feita aos Estados Unidos. No Brasil, a Agência Nacional do Cinema (Ancine), por exemplo, tem adotado cota de tela para o filme brasileiro nos últimos anos. Embora não seja a forma de resolver o problema por inteiro, é a garantia legal de um mínimo de filmes brasileiros por ano. É, no jargão internacional, uma medida protecionista. Assim como investimentos orçamentários de ministérios da Cultura ou congêneres em distribuição também em tese geram ruído ao livre mercado, na medida em que se argumenta

que o filme americano e seus custos de distribuição são viabilizados apenas com dinheiro privado. A convenção da Unesco nos ajudará a evitar no futuro uma provável comparação entre os subsídios agrícolas, que desejamos ver suprimidos em outros países, e os subsídios culturais, que precisamos acentuar no Brasil.

Circula – e mais do que imaginamos – o argumento que vem demandar recorrentemente que o Estado deixe de subsidiar a produção da cultura. Um argumento que retorna, às vezes, estrelando capas como a da revista *Time Magazine*. Em edição recente, a revista americana ironizou a política cultural francesa, acusando-a de ter fracassado no estímulo à criatividade e à capacidade de gerar best-sellers como em Hollywood. A revista solicitava ao então recém-empossado presidente Nicolas Sarkozy o fim do “protecionismo” francês no país que criou o primeiro Ministério da Cultura do planeta. Nada mais simbólico, uma verdadeira intervenção editorial global.

Mas o Brasil está nesse processo global. Com o aumento do orçamento público e a adoção de editais públicos desde a posse do ex-ministro Gil, a produção brasileira deu um enorme salto em quantidade e qualidade, superando o que havia de randômico nas leis de incentivo originais. Com a adoção de mecanismos automáticos de mercado, como a cota de tela e o adicional de renda, uma política tem permitido quebrar ano a ano o nicho do cinema brasileiro em seu próprio mercado. A cota de tela é vez ou outra questionada como barreira ao livre comércio; porém, o Brasil tem mantido o mecanismo. Vale reafirmar que o cinema só terá mais espaço quando outro item da agenda da República for alcançado: a incorporação de milhões de brasileiros ao direito de ir ao cinema, a um espetáculo, a um teatro. Ou seja, a universalização do acesso aos bens que o país produz no plano da cultura. Essa é a orientação da atual política cultural.

Neste exato momento, outro exemplo prático da aplicação da convenção pode ser visto nas negociações pelo direito de acesso de deficientes visuais na Organização Mundial de Propriedade Intelectual. Esse órgão do sistema ONU tem também como pauta assuntos de ordem cultural, em especial os direitos autorais. A diferença é que, enquanto a pauta dos países desenvolvidos é basicamente limitar o acesso a bens protegidos, o Brasil e outros países buscam aumentar o alcance da pauta, garantindo que a discussão sobre o acesso ao conhecimento seja incorporada junto com a defesa do direito de autor. Há poucas semanas, o Brasil encampou uma demanda da associação internacional de deficientes visuais por uma política específica de acesso a bens culturais, mas a tramitação dessa agenda tem sido duramente obstruída por países que só querem discutir controles mais rígidos à liberdade na internet e na TV digital. Uma tendência preocupante que busca limitar a diversidade cultural da internet e aumentar o controle dos velhos monopólios da comunicação de massa tradicional. Um esforço que busca transformar a internet em um lugar hostil à troca, ao download, a tudo que a internet trouxe de novidade como tecnologia. De fato, algo muito preocupante. Navegando contra tendências assim, o Ministério da Cultura do Brasil vem se destacando com formulação e articulação nesses fóruns.

São alguns exemplos práticos da relação entre diversidade cultural e agenda política e institucional. Por fim, levando em conta esse notável impacto da diversidade na sociedade do conhecimento, é importante lembrar a relação produtiva entre diversidade cultural e produção artística. A “semiodiversidade” brasileira, ou seja, nossa diversidade de formas simbólicas e comportamento, é um diferencial da produção estética brasileira. Diversidade cultural e produção artística se relacionam desde sempre, pelo menos mais explicitamente desde o modernismo e o manifesto antropofágico. Mas, de lá para cá, só se diversificaram suas formas de expressão e apropriação. A produção cinematográfica, musical, fotográfica, arquitetônica revela como muitos artistas articularam sua elaboração e pesquisa intelectual e estética com uma curiosidade antropológica, gerando sempre verdadeiras redescobertas do Brasil. É um caso de amor sem fim que revela um pouco de nós mesmos a cada experiência estética.

Alfredo Manevy (MinC)

Doutor em cinema e vídeo (área de montagem) e em audiovisual pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou como crítico de cinema, colaborando em diversos periódicos nacionais. É um dos fundadores da revista *Sinopse*, da USP, especializada em cinema e políticas públicas. Atualmente é secretário executivo do Ministério da Cultura (MinC).

Contato: alfredo.manevy@cultura.gov.br

ENTREVISTA COM AMÉRICO CÓRDULA

José Márcio Barros

Américo Córdula, paraibano de João Pessoa, criado em São Paulo. Desde dezembro de 2008, é o secretário da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura (MinC), em substituição a Sérgio Mamberti, que assumiu a presidência da Fundação Nacional de Artes (Funarte).

Américo, fale um pouco de sua formação.

Sou formado em ciências da computação, ator e pesquisador na área de cultura popular. Fui um dos fundadores do Fórum Permanente das Culturas Populares, em 2002, em São Paulo. Esse grupo pensou na realização de um seminário para as culturas populares que apontasse diretrizes e ações para o desenvolvimento de uma política pública específica. Após uma consulta a outros grupos e instituições, a proposta foi aceita pelo MinC e fizemos um grande encontro, em fevereiro de 2005. Posteriormente, eu fui convidado para integrar a equipe da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural [SID] como gerente e, em dezembro de 2008, a convite do ministro, assumi o cargo de secretário.

Como gestor da política pública da diversidade cultural, como você vê a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais hoje, quase cinco anos depois de ela ser promulgada?

Com a minha chegada ao ministério, percebi que a convenção seria uma importante ferramenta para o desenvolvimento das culturas tradicionais. Depois veio o entendimento da dimensão do que é a convenção e dessa política inclusiva dos segmentos da diversidade cultural, que até então ficavam invisíveis para as políticas públicas de cultura. Esse instrumento é fruto da discussão sobre a forma como a globalização estava tomando conta do planeta e sobre como os acordos de comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio [OMC] não levam em conta todas as dimensões da cultura. No âmbito da Unesco, a discussão foi ampliada, e isso se deu num momento em que o governo brasileiro, com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro Gilberto Gil, trouxe uma ampliação do conceito de cultura. A SID foi criada para promover a inclusão de segmentos ainda não contemplados pelo MinC. A convenção torna-se importante porque estabelece um marco legal que constitui uma grande ferramenta de proteção e promoção da nossa diversidade.

Você acha que a convenção vai ser aplicada? Quer dizer, já há uma adesão, com um número significativo de ratificações, mas você acredita que ela produzirá os efeitos que se esperam dela?

Vai depender muito de cada governo. Acho que para os países em desenvolvimento vai ser muito bom, principalmente na inclusão da diversidade no âmbito das políticas. Já nos países desenvolvidos, o foco está nas indústrias criativas e no acesso a bens de consumo, que deixa essa diversidade velada. Mas, em geral, os países em desenvolvimento ficam sobrepajados pela economia e por valores do sistema capitalista e acabam não dando a mesma importância à diversidade cultural. Por exemplo, na América Latina temos uma diversidade cultural enorme, mas que está invisível para uma sociedade de consumo. O governo brasileiro, na atual gestão, tem essa preocupação. Estamos desenvolvendo todas as nossas ações dentro de uma política de governo, mas é preciso que essa convenção seja assimilada e que constitua uma política de Estado, aplicada em todas as instâncias (federal, estadual e municipal).

Você diria que a convenção, como instrumento internacional, se fortalece quanto mais ela estiver implantada no interior de cada Estado nacional?

Eu diria que o Brasil tem uma vanguarda e que estamos pondo em prática o que a convenção preconiza, incluindo a estratégia do desenvolvimento. Temos a questão dos indígenas, das culturas tradicionais, dos ciganos, dos quilombolas, para a qual já existe um processo de reparação histórica que está afinado com a convenção. Nossas leis começam a criar o ensino obrigatório da história dos afrodescendentes e dos indígenas. Hoje temos um processo de demarcação e reconhecimento de terras dos quilombolas e dos povos indígenas, que faz parte da luta pela proteção e pela promoção da nossa diversidade cultural. Quando defendemos reservas indígenas, estamos aplicando a convenção que o Congresso ratificou. Mundialmente, também vamos ter a convenção a nosso favor na hora de defender interesses econômicos. O exercício é maior, mas, se estivermos preparados internamente, fica mais fácil. É um processo longo, mas, se cada um desses Estados parte da convenção se fortalecer, exercitando a promoção da diversidade internamente, irá facilitar o desenvolvimento da questão no mundo.

Você acha que a sociedade civil está sendo devidamente incentivada a participar da implementação da convenção? Como ela participa das reuniões?

A participação da sociedade civil é importantíssima. Inclusive, na minha visão, um dos méritos da convenção é permitir que a sociedade civil participe não apenas de uma maneira passiva, mas com verdadeiro protagonismo. Existe, sim, uma participação forte, mas é claro que há cobranças, levantamento de problemas que os governos não conseguem resolver individualmente... A sociedade civil, hoje, tem esse papel importante de alertar, de participar da construção, inclusive em relação ao trabalho de elaboração das diretrizes para a aplicação dos artigos da convenção. Nas reuniões do Comitê Intergovernamental, as relações são muito diplomáticas, no sentido de que se trata de uma reunião de representantes eleitos de 24 países. Nelas, os representantes da sociedade civil têm uma participação indireta, enquanto observadores, embora possam se manifestar no final das deliberações.

Quem participa pela sociedade civil?

Várias organizações não governamentais que solicitam à Unesco um credenciamento, que é livre – basta pedir. Elas não têm direito a voto, apenas os 24 Estados membros. Os representantes da sociedade civil distribuem contribuições por escrito. Por outro lado, posso dizer que muitas posições da delegação brasileira, nessas reuniões, são fruto de processos participativos internos aqui no Brasil, como as conferências nacionais, por meio das quais podemos perceber as necessidades e os interesses da sociedade civil. Podemos dizer que, no caso do Brasil, apesar de a sociedade civil não estar lá diretamente, existe uma participação indireta dela.

Imagem: Arquivo do Ministério da Cultura



Mas não há nenhuma participação de entidades da sociedade civil brasileira?

Há, sim. A Coalizão da Diversidade Cultural, por exemplo, é uma das organizações que têm atuado desde o começo dos debates para a elaboração e a redação do texto inicial da convenção e envia representantes às reuniões do comitê.

Voltando à questão da OMC, você acha que as dificuldades na rodada atual, associadas à crise econômica e à eleição de Barack Obama, alteraram o quadro ou que os acordos comerciais continuam sendo um "obstáculo" a ser transposto?

Acho que ainda não se vê nenhum reflexo da eleição, até porque os Estados Unidos não fazem parte da convenção. Sabemos que o presidente Obama, além de ser afrodescendente, está querendo mudar a imagem do país. Seria maravilhoso que eles pudessem ratificar a convenção, mas sabemos que existem pressões contrárias. Por outro lado, a OMC ainda está na rodada das commodities, e só na rodada de serviços é que poderá haver uma forte interlocução com a convenção. Precisamos entender os mecanismos de liberalização do comércio de bens e serviços culturais, a questão das indústrias criativas, a convergência digital, enfim, uma série de elementos que estão mudando a relação entre cultura e economia. Uma das propostas surgidas numa das reuniões do Comitê Intergovernamental é sugerir a criação, na OMC, de um comitê para a cultura, nos moldes do comitê já existente para o meio ambiente. Seria uma boa iniciativa para o diálogo entre a diversidade cultural e os acordos de comércio.

Isso foi proposto pelo comitê?

A proposta foi feita por uma especialista brasileira, a Vera Thorstensen, que foi convidada pela Unesco, juntamente com outros quatro especialistas, a fazer um estudo sobre o artigo 16, que aborda o tratamento preferencial para os países em desenvolvimento. Ela é conselheira econômica da missão do Brasil em Genebra e acha que, ao invés de temermos a OMC, deveríamos estabelecer um diálogo, proposta com a qual o Brasil concorda. Mas, percebemos que, para os membros do comitê, a OMC ainda assusta e eles preferiram não discutir sobre comércio, pelo menos não por enquanto.

Dos 145 países que aprovaram a convenção, apenas 98 já a ratificaram. Até um tempo atrás, havia uma discussão sobre sua representatividade em termos de distribuição geográfica, poder político, tamanho, localização...

Fizemos um mapa com os países que já ratificaram e com ele dá para ter uma boa ideia da distribuição geográfica: quase toda a América do Sul, faltando apenas a Colômbia e a Venezuela, toda a Europa, vários países da África e do Oriente Médio. Na América do Norte, faltam os Estados Unidos e na Europa do leste falta a Rússia. Na Ásia, também já temos uma representação forte. Acho que a questão que se coloca é: como é a participação desses países nas discussões e na

implementação da convenção? Nas reuniões do comitê, é possível perceber uma divergência de interesses entre os países do hemisfério norte e os do sul. No hemisfério sul, estão concentrados países que têm uma situação de desvantagem econômica. Com isso, existem questões importantes para uns que não são importantes para os outros. Há temas sobre os quais o Brasil se relaciona bem com a África e com a Índia, e outros em que nós, da América do Sul, estamos sozinhos, quase que isolados. O Brasil é o país que representa a América do Sul, mas não temos um consenso entre nós nem uma aplicação equivalente da convenção nos países. Precisamos construir isso dentro de outros fóruns, como o Mercosul Cultural, o Fórum de Ministros da Cultura da América Latina e Caribe. Não basta apenas ratificar a convenção, é preciso conhecer bem seu conteúdo e seus objetivos e em seguida aplicar os artigos.

O Brasil está terminando agora de cumprir seu mandato de dois anos no Comitê Intergovernamental. Como foi o trabalho? Que questões o Brasil propôs e conseguiu aprovar? Enfim, qual a avaliação que se faz do comitê e da participação do Brasil?

Durante esses dois anos, o comitê trabalhou basicamente na regulamentação de alguns artigos. Algumas sugestões do Brasil foram acatadas, outras não. Por exemplo: a maioria dos países que estão no comitê acha que a questão indígena é específica da América Latina, porque eles consideram que não existe na África... Quando começamos a falar de proteção dos saberes tradicionais, os outros delegados no comitê dizem que esse tema deve ser tratado na Convenção do Patrimônio Imaterial. Esse é um problema, porque você acaba segmentando muito as coisas. No artigo 13, sobre desenvolvimento sustentável, fala-se que a "integração da cultura nas políticas de desenvolvimento, em todos os níveis, local, nacional, regional, internacional, permite: [...]". Nós fizemos uma série de proposições para a sequência: manter a coesão social; combater a violência por meio das atividades culturais que valorizem os direitos humanos e a cultura da paz; ampliar a perspectiva econômica da juventude; melhorar o nível do sistema educativo; melhorar e integrar as crianças e os jogos na escola; promover os direitos humanos e o respeito pelo meio ambiente; valorizar as minorias religiosas, étnicas e linguísticas; melhorar a qualidade de vida na periferia das grandes cidades e nas zonas rurais; promover um sistema de saúde pública mais humano.

Como se pode ver, na nossa ótica não adianta você preservar a diversidade se os problemas sociais não estiverem juntos. Um exemplo simbólico disso é: de que adianta eu preservar a cultura de um mestre da cultura tradicional se ele não consegue mais tocar porque tem um problema de saúde, tem uma artrite, e fica doente? Mas isso não encontrou aceitação no comitê e eles cortaram o texto. Outro exemplo é o artigo 16, que fala do tratamento preferencial. Pedimos para colocar uma emenda, propondo a inclusão da expressão "culturas tradicionais", que também não foi aceita, porque essa expressão não está definida na convenção. Optaram por "todas as expressões culturais", o que é muito mais genérico. Para nós, a questão é que as políticas culturais sempre cuidaram mais das expressões artísti-

cas, como música, teatro, dança, ópera, artes plásticas. Com isso, as culturas indígenas, ciganas, tradicionais não têm acesso, democraticamente, aos mecanismos de fomento e incentivo, como os Fundos de Cultura ou a Lei de Incentivo. Para atender a esses segmentos, tivemos de criar editais específicos.

Você acha que, com essas divergências, o comitê fez um bom trabalho? Ou ainda tem muita coisa não regulamentada, ainda por fazer?

O comitê cumpriu a pauta que a Conferência das Partes determinou. Foram regulamentados os artigos 7º, 8º, 11, 13, 14, 16, 17 e 18. Ainda existem artigos que precisam ser trabalhados, mas a maior parte já foi feita. Esse trabalho do comitê deve ser analisado e aprovado na Conferência das Partes, que depois determina uma nova pauta para o comitê trabalhar nos próximos dois anos.

E o Brasil continua participando?

Sim. A Assembleia das Partes se reuniu em junho para, entre outras coisas, renovar a metade dos membros do comitê. A eleição acontece por grupos geográficos de países. O Brasil concorreu no grupo da América Latina e do Caribe e foi reeleito, juntamente com Cuba, para um mandato de quatro anos. Somos os únicos representantes da América do Sul e tivemos uma atuação muito boa no comitê, o que garantiu a reeleição do Brasil.

Você citou proposições do Brasil que não foram aprovadas. Mas o que o Brasil defendeu e teve aceita a proposta? A mesma importância que o Brasil teve no processo da convenção, ele continua tendo, agora, na regulamentação?

A delegação brasileira – e aqui vale a pena citar o trabalho do Marcelo Dantas [diretor de Relações Internacionais do MinC] e do conselheiro Antonio Ricarte, diplomatas que estão acompanhando a convenção desde o começo – é extremamente respeitada. Existe, hoje, um espaço que nós ocupamos; não vamos lá para ficar ouvindo, somos propositivos. Além disso, sempre temos a presença de representantes do MinC na reunião, seja de secretários, seja do próprio ministro, o que demonstra nosso interesse. O próprio Gilberto Gil esteve presente em algumas reuniões, participando ativamente, como foi o caso da primeira reunião do comitê, realizada no Canadá, onde ele passou cinco dias. Nossas experiências, o que nós apresentamos, em termos de políticas, tudo isso nos coloca na vanguarda, porque o MinC, hoje, adota todos os preceitos da convenção. A própria reforma da Lei de Incentivo à Cultura, agora, já cita a convenção no caput e já usamos a convenção em nossos editais e portarias. O ministério já se apropriou do conteúdo da convenção. Então, nas reuniões do comitê, quando falamos que temos editais para indígenas, editais para ciganos e para as culturas tradicionais, eles ficam admirados. Quando fazemos propostas no comitê, sempre damos exemplos concretos, tirados da nossa realidade, e muitas delegações são representadas na Unesco por diplomatas que não trabalham com a cultura no dia a dia e que não conseguem fazer esse tipo de citação. Então, estamos sempre fazendo avançar a discussão.

Você diria que a política do MinC, como um todo e especialmente aquela que diz respeito à SID, está sintonizada, absolutamente, com a convenção?

Sim. Inclusive, é importante salientar que a SID preconiza, justamente, a convenção – ela é o cerne da secretaria, dentro de uma ótica principal de promoção da cidadania cultural, ou seja, de promoção de acesso às políticas culturais, a determinados segmentos que até então não tinham acesso. É importante lembrar que a secretaria constrói essas políticas em parceria com a sociedade civil por meio de reuniões com grupos de trabalho, oficinas de escuta, fóruns, seminários e análise das necessidades e das demandas apresentadas pelos segmentos.

E a questão do Fundo da Diversidade Cultural, previsto na convenção?

Na verdade, não estamos muito preocupados com esse fundo internacional. Primeiro, porque ele ainda tem muito pouco recurso e são muitos os países a ser beneficiados por esse dinheiro. No Brasil, o MinC está propondo a criação do Fundo Setorial da Diversidade, dentro da política nacional, por meio da reforma da Lei de Incentivo à Cultura. Para nós, é muito mais importante garantir a criação de fundos internos do que ficar disputando com outros 97 países um fundo que precisa de uma grande captação de recursos... Não é nossa preocupação neste momento, mas é importante que ele exista, principalmente para ajudar países que ainda não tenham recursos em suas políticas, além de admitir em suas diretrizes que a sociedade civil também submeta projetos. O Brasil já deu sua colaboração com uma proposta de um modelo de arrecadação para o fundo, além de contribuir voluntariamente.

Pode-se dizer que a questão da diversidade cultural, dentro do Ministério da Cultura, já é uma postura que tem a SID como propulsora, mas que contamina toda a forma de pensar da política cultural pública federal?

Sim. Na verdade, não diria que é só a SID a propulsora. Todas as secretarias, hoje, já estão extremamente vinculadas à convenção. A SID colabora muito, construindo políticas com e para os segmentos da diversidade. Acredito que seu grande mérito, nesse processo, é poder contemplar esses segmentos nas políticas que permeiam todo o ministério. O audiovisual tem uma colaboração enorme dentro dos projetos da diversidade cultural, bem como a Secretaria de Cidadania Cultural, por meio do Programa Cultura Viva, e também o Programa Mais Cultura, que hoje é coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional, que faz parte da agenda social do governo Lula, e permeia toda a diversidade cultural brasileira.

E nos estados também?

Ah, sim. O ministério precisa fortalecer a compreensão da convenção dentro dos estados e dos municípios, seja por meio de seus editais, seja por meio de seminários de divulgação e reflexão. Outro grande

desafio para nós é a capacitação, para que os gestores culturais, públicos e privados, possam ter clareza da importância da convenção e apliquem seu conteúdo. O Plano Nacional de Cultura está voltado para a diversidade e dará perenidade a essa política pública de cultura. Estamos construindo também o Sistema Nacional de Cultura, que é composto de todos os estados e preconiza não apenas a criação de conselhos municipais e estaduais de cultura, mas que essa diversidade seja representada nos conselhos; do contrário, não vai haver política para os segmentos.

José Márcio Barros

Professor doutor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e coordenador do Observatório da Diversidade Cultural. Atua na área da antropologia urbana e da comunicação, com ênfase nas temáticas de identidade cultural, política cultural, cidade e cultura, gestão cultural, diversidade cultural, comunicação e cultura.

Contato: josemarciobarros@gmail.com



imagem: stockxchng

OS EDITAIS PÚBLICOS DE PREMIAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA PÚBLICA NO ÂMBITO DA SID/MINC

Equipe da SID/MinC¹

O Ministério da Cultura (MinC) vem desenvolvendo, desde 2003, um processo de construção de políticas abrangentes que tomam a cultura em seu sentido mais amplo, superando enfoques exclusivos em algumas expressões artísticas. No âmbito desse processo, a criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) e do programa finalístico Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural foi um reflexo do reconhecimento, pelo governo brasileiro, da necessidade de criar e aperfeiçoar mecanismos de promoção e proteção da pluralidade característica da identidade cultural brasileira. Neste artigo apresentamos uma reflexão acerca do mecanismo de premiação de iniciativas e atividades culturais já realizadas ou em andamento por meio de editais públicos, principal ferramenta adotada pela SID – e também utilizada por outras unidades do Ministério da Cultura – para a democratização do acesso a recursos públicos.

¹ Este texto foi escrito com a colaboração substancial de vários profissionais da SID/MinC: a redação final ficou a cargo do antropólogo Daniel Castro Dória de Menezes, que teve a cooperação do Secretário Américo Córdula e de Giselle Dupin, Marcelo Manzatti, Adriana Cabral, Angélica Salazar e Pedro Pessoa (SPC/MinC).

Fruto de diálogo e parceria

A construção de políticas públicas de qualidade depende inexoravelmente de um diálogo sistemático com os cidadãos que serão beneficiados por elas. A adoção definitiva de editais públicos de premiação pela SID é prova disso. Não é apenas fruto de uma boa ideia de um gestor em um gabinete do Ministério da Cultura. Por um lado, é fato, trata-se de um mecanismo alinhado às linhas conceituais implantadas pela gestão de Gilberto Gil e continuadas pela atual gestão, do ministro Juca Ferreira, gestões que têm propiciado diversos momentos de escuta e participação social (vale lembrar que se aproxima um momento crucial, a II Conferência Nacional de Cultura, prevista para o início de 2010 – <http://blogs.cultura.gov.br/cnc>). Por outro lado, é imprescindível ressaltar que esse avanço é fruto da mobilização de segmentos da sociedade civil, especialmente, no caso dos editais da SID, de povos indígenas e protagonistas de culturas populares, somados a parceiros desses segmentos (intelectuais, artistas e produtores culturais, entre outros), que ressaltaram as grandes dificuldades enfrentadas para acessar os recursos públicos do MinC, dado que as formas tradicionais de acesso – o incentivo fiscal via Lei Rouanet e o apoio direto por meio de conveniamento – apresentam ainda obstáculos árduos, especialmente para populações de baixa renda e com baixos índices de escolaridade formal.

Já é de amplo conhecimento, mas vale ressaltar, que o Ministério da Cultura está promovendo, em diálogo com diversos setores da sociedade, um processo de reformulação da Lei Rouanet e do funcionamento do Fundo Nacional da Cultura (FNC), visando justamente diminuir as reconhecidas distorções e injustiças do atual modelo (blog da reforma: <http://blogs.cultura.gov.br/blogdarouanet>). Vale ressaltar também que já transcorre o processo de criação, com o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), de Colegiados Setoriais (evolução das antigas Câmaras Setoriais) específicos para povos indígenas e para as culturas populares. Espera-se que em um futuro breve essas instâncias, compostas de protagonistas desses segmentos, tenham um papel fundamental na criação e na readequação das políticas públicas culturais.

A SID/MinC e o programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural

Para a identificação dos grupos e dos segmentos socioculturais que serão beneficiados em seus projetos e iniciativas culturais, a SID/MinC, por meio das ações do programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural, tem levado em consideração várias características identitárias, tais como: a) marcas étnicas, marcas raciais, de classe social, marcas do universo laboral (identidades de trabalhadores do campo ou da cidade, estudantes etc.); marcas de grupo etário (idosos, crianças e jovens); marcas de gênero ou orientação sexual, como o feminismo e os movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT); marcas de pessoas em sofrimento psíquico e de pessoas com deficiência.

Passados mais de seis anos do início das ações do programa, muitos avanços foram conquistados e se tornaram realidade concreta para os segmentos atendidos. As modalidades de políticas públicas adotadas, mais transparentes e menos burocráticas, mostraram-se mais adequadas à realidade das populações atendidas, que, apesar de sua enorme relevância sociocultural, foram quase sempre esquecidas pelas políticas culturais ao longo da história do país e pouco se organizaram formalmente. Quando o fizeram, foram conduzidas por entidades e instituições que apresentam muitas deficiências em termos de gestão, o que compromete, por óbvio, o acesso a recursos por meio de mecanismos tradicionais, como o conveniamento. Muitas entidades dessa natureza conseguem ter seu projeto aprovado no mecanismo de incentivos fiscais, via Lei Rouanet, mas poucas alcançam efetivamente a captação de recursos ou buscam conveniamento direto com o MinC via Fundo Nacional da Cultura. Muitas vezes, no entanto, por dificuldades em cumprir as exigências formais das etapas de execução e prestação de contas, acabam ficando inadimplentes.

Conhecendo essa realidade, desde sua criação a SID vem desenvolvendo oficinas de capacitação, criando grupos de trabalho e realizando encontros e seminários a fim de desenvolver nesses segmentos as competências necessárias à boa gestão de convênios. Como exemplo, alguns povos indígenas foram capacitados para criar “projetos culturais” da mesma forma como tantas vezes agem em suas aldeias, identificando necessidades e objetivos coletivos. Paralelamente, os editais da secretaria confirmaram, a cada ano, a modalidade de premiação de iniciativas como uma alternativa efetiva para a promoção do acesso dos segmentos atendidos.

Balanco dos editais da SID

Recentemente a SID publicou, na área Observatório dos Editais, no site do MinC, um balanço dos editais de seleção pública realizados pela secretaria de 2005 a 2008. Com a publicação desses dados, a SID/MinC busca dar visibilidade e transparência à aplicação dos recursos públicos, além de facilitar o acompanhamento dos governos estaduais e municipais sobre os recursos recebidos em seus municípios. Essa sistematização permite a criação de uma série histórica para as políticas da diversidade, que poderá colaborar para a construção de indicadores culturais. O balanço permite a visualização da distribuição dos recursos por segmento, por região, por estado e por município, o que possibilita uma avaliação para a atuação futura em áreas que não forem atendidas. As tabelas e os gráficos divulgados permitem uma visão detalhada dos recursos recebidos por cada um dos municípios contemplados, além de possibilitar a análise comparativa por edital e por região, entre outros recortes.

Ao todo foram 12 editais realizados entre 2005 e 2008, sendo três para as culturas populares; dois para as culturas indígenas; cinco para o segmento LGBT; um para as culturas ciganas; e um para a inclusão cultural da pessoa idosa. Em 2009 serão mais seis editais, todos eles de premiação de iniciativas culturais. O quadro abaixo apresenta uma síntese dos dados acerca desses editais.

Edital	Ano	Tipo	Inscritos	Contemplados	Recurso repassado* (em R\$)
CULTURAS POPULARES		Subtotal*	2.260	738	8.765.483,00
1. Fomento às Expressões das Culturas Populares	2005	Convênio	643	43	1.815.483,00
2. Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Duda – 100 Anos de Frevo	2007	Prêmio	791	260	2.600.000,00
3. Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Humberto de Maracanã	2008	Prêmio	826	239	2.390.000,00
4. Prêmio Culturas Populares – Edição Mestra Dona Isabel*	2009	Prêmio	*	196	1.960.000,00
CULTURAS INDÍGENAS		Subtotal*	1.248	264	4.878.000,00
5. Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã	2007	Prêmio	519	82	1.230.000,00
6. Prêmio Culturas Indígenas – Edição Xicão Xukuru	2008	Prêmio	729	102	2.448.000,00
7. Prêmio Culturas Indígenas*	2009	Prêmio	*	80	1.200.000,00
LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais)			382	163	4.201.557,00
8. Parada do Orgulho LGBT	2005	Convênio	52	23	535.448,00
9. Concurso Cultural LGBT	2006	Convênio	94	43	1.126.673,00
10. Concurso Cultural LGBT	2007	Convênio	185	24	1.037.162,00
11. Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho LGBT	2008	Convênio	25	13	164.274,00
12. Prêmio Cultural LGBT	2008	Prêmio	26	6	96.000,00
13. Prêmio Cultural LGBT*	2009	Prêmio	*	54	1.242.000,00
CULTURAS CIGANAS			118	50	500.000,00
14. Prêmio Culturas Ciganas – Edição João Torres	2007	Prêmio	118	20	200.000,00
15. Prêmio Culturas Ciganas*	2009	Prêmio	*	30	300.000,00
IDOSOS		Subtotal*	265	20	400.000,00
16. Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa	2007	Prêmio	265	20	400.000,00

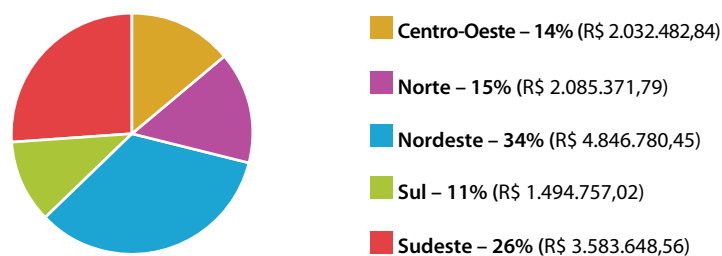
PESSOA EM SOFRIMENTO PSÍQUICO		Subtotal*	*	55	675.000,00
17. Prêmio Loucos pela Diversidade – Edição Austregésilo Carrano	2009	Prêmio	*	55	675.000,00
JUVENTUDE		Subtotal*	*	128	2.200.000,00
18. Prêmio Cultura Hip Hop – Edição Preto Ghóez	2009	Prêmio	*	128	2.200.000,00
TOTAL de 2005 a 2008			4.273	875	14.043.040,00
TOTAL de 2009 (em andamento)			*	543	6.902.000,00
TOTAL de 2005 a 2009			4.273*	1.418	20.945.040,00
Prêmio: editais de premiação de iniciativas culturais. Convênio: editais de apoio a projetos culturais por meio de conveniamento.					
*Os editais de 2009 estão ainda em fase de execução; portanto, o número de inscritos não foi contabilizado neste quadro.					
Observação: todos os editais listados operam com recursos do orçamento da SID/MinC, oriundos do Fundo Nacional da Cultura, com exceção dos editais para povos indígenas, que também contam com recursos oriundos de patrocínio da Petrobras, via incentivo fiscal; do edital para a pessoa idosa, que contou com recursos da Caixa Econômica Federal, via incentivo fiscal; do edital para culturas ciganas 2009, que está sendo realizado em parceria com a Seppir/PR e com o Ministério da Saúde; do edital Loucos pela Diversidade, em parceria com a Fiocruz/MS, que contou com recursos da Caixa Econômica Federal, via incentivo fiscal; e do edital Prêmio Cultura Hip Hop 2009, que está sendo realizado em parceria com a Secretaria Executiva/MinC e com a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC), do MinC.					

De 2005 a 2008, os editais da SID receberam um total de 4.273 inscrições, das quais 875 (20%) foram contempladas. Considerando a grande quantidade de boas iniciativas que não são premiadas a cada ano por limitação de recursos, a SID está buscando viabilizar juridicamente a possibilidade de premiar candidatos de anos anteriores que obtiveram boa classificação, evitando, assim, a necessidade de essas pessoas, grupos e entidades terem de se inscrever novamente a cada ano. Os dados consolidados consideraram apenas os recursos destinados diretamente para os segmentos atendidos, ou seja, o recurso que foi efetivamente pago por meio de prêmios de mérito cultural ou por meio do conveniamento de projetos. A distribuição de recursos – pouco mais de R\$ 14 milhões – obedeceu a critérios públicos previamente definidos nos respectivos editais. A distribuição nas grandes regiões do país reflete a demanda: a Região Nordeste, origem de 38% das inscrições, ficou com 34% dos recursos, enquanto a Região Norte, com 15% dos inscritos, ficou com 15% dos recursos (veja gráficos a seguir).

Gráfico 1 – Editais SID/MinC 2005-2008 – Distribuição de inscritos por grandes regiões



Gráfico 2 – Editais SID/MinC 2005-2008 – Distribuição do recurso por grandes regiões



O critério de distribuição conforme a demanda foi aplicado pela SID tendo em vista a inexistência de um mapeamento adequado dos segmentos atendidos, lacuna histórica das políticas culturais no país. Muitas vezes, é preciso reconhecer, algumas iniciativas de grande relevância não foram premiadas porque o número de inscritos de sua região de origem foi menor em relação ao de outras regiões. O horizonte almejado é a possibilidade de pensar essa distribuição com base em dados da distribuição de cada segmento por grande região, por unidade da federação (UF), por município e inclusive por outras formas de recorte territorial, tais como as microrregiões, os distritos, os Territórios da Cidadania (importante programa do governo federal) ou outro recorte julgado relevante. Mapeamentos desse porte são uma missão que necessariamente precisaria envolver diversos órgãos para que sistematizassem conjuntamente as partes desses dados de que dispõem. No entanto, visto que ainda em 2009 esse mapeamento não é uma realidade concreta (fato preocupante), nos editais de 2009 o critério de distribuição conforme a demanda está sendo substituído por outros critérios ainda auxiliares, como o Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDH-M), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

No caso dos editais para as culturas indígenas, graças ao estado mais avançado de mapeamento dessa população, é possível trabalhar com dados mais claros. Sabemos, por exemplo, que, além do maior número de propostas inscritas, houve o aumento da participação dos povos indígenas, que de 111, em 2006, passaram para 192, na edição de 2007, o que representa uma relevante parcela de 85% de um total estimado de 225 povos existentes no Brasil.

Voltamos aos dados gerais dos editais de 2005 a 2008. Quanto à distribuição dos recursos por unidade da federação, Minas Gerais e São Paulo se destacam em valores absolutos, mas em valores per capita as UF que mais receberam recursos foram Roraima e Acre. O mesmo cenário fica explícito na distribuição dos recursos por município, em que se destacam Rio de Janeiro e São Paulo (nessa ordem) nas duas primeiras posições quanto ao valor absoluto recebido. No entanto, juntos esses municípios somam menos de 8% do total dos recursos. Já no que tange à distribuição de recursos per capita, destacam-se municípios menores, como Figueirão (MS), Itacajá (TO) e Itaguari (GO), estando os municípios de Rio de Janeiro e São Paulo próximos das últimas posições: 327^a e 366^a, respectivamente, em um universo de 385 municípios. Pode-se inferir, numa análise simplista, que esse cenário justificaria a priorização do investimento em capitais muito populosos; porém, há que se considerar que o investimento em municípios menores movimentaria significativamente a economia local, causando efeitos positivos que impactam na geração de renda, contribuindo, mesmo que em pequena escala, para o fortalecimento de municípios e regiões menores. Entre outros benefícios, esse fortalecimento pode favorecer a diminuição da imigração para as grandes cidades por falta de oportunidades de trabalho e geração de renda em cidades menores.

Dos 385 municípios brasileiros alcançados pelos editais da SID, 115 (30%) integram Territórios da Cidadania, locais que dificilmente recebiam recursos do Ministério da Cultura. Os municípios de Cavalcante (GO) e Atalaia do Norte (AM) são exemplos de cidades pequenas que receberam, cada uma, cerca de R\$ 50 mil.

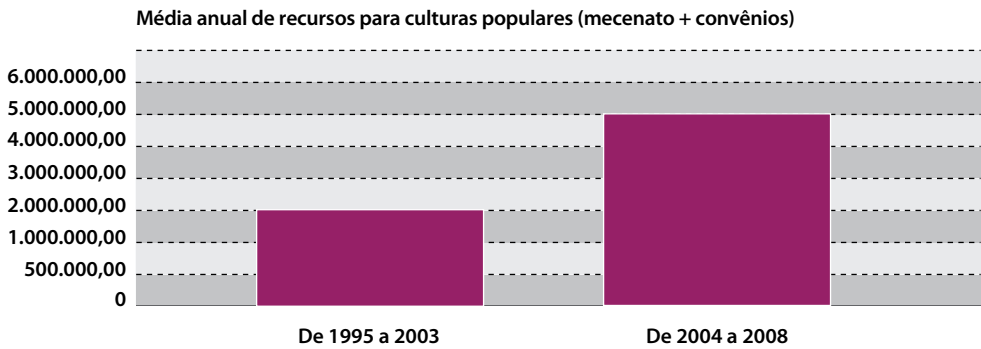
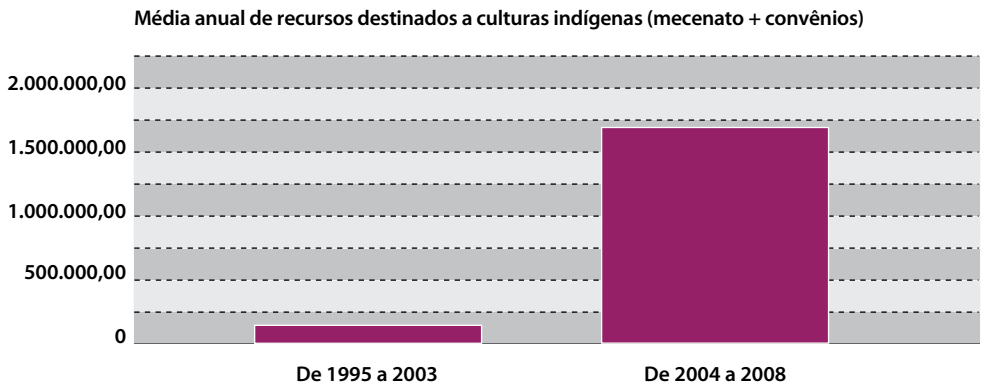
As mudanças promovidas pelos editais da SID podem ser lidas também nos dados gerais acerca do mecenato (incentivo fiscal) e de convênios do MinC, que foram disponibilizados recentemente no portal do ministério, em uma área denominada Salicnet. Isso porque: os editais para culturas indígenas foram realizados via mecenato, com patrocínio da Petrobras; o edital para culturas populares em 2005 e os editais para LGBT de 2005 a 2008 resultaram em convênios para a realização dos projetos selecionados.

O quadro e os gráficos a seguir mostram a evolução da média anual de recursos captados via Lei Rouanet (incentivo fiscal), somados aos recursos do Fundo Nacional da Cultura, repassados via convênios para projetos dos segmentos culturais indígenas; artesanato/folclore e cultura popular (agregados como culturas populares).

Mecenato (captação de recursos) + FNC (convênios) – de 1995 a 2008 (em R\$)						
Período	Culturas populares*	Média anual	Cultura indígena	Média anual	Total geral	Média anual
De 1995 a 2003	17.428.862,00	1.936.540,00	908.503,00	100.944,00	18.337.365,00	2.037.485,00
De 2004 a 2008	24.664.957,00	4.932.991,00	8.312.836,00	1.662.567,00	32.977.794,00	6.595.558,00
TOTAL	42.093.819,00	3.006.701,00	9.221.340,00	658.667,00	51.315.159,00	3.665.368,00

*Categoria criada para agregar os segmentos artesanato/folclore e cultura popular.

Fonte: Salicnet (<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>).



Fatores determinantes

Alguns fatores têm sido determinantes para o bom resultado obtido por esses editais, a saber:

1. Diálogo com a sociedade civil e constante aperfeiçoamento – A SID tem buscado construir suas políticas em diálogo permanente com os segmentos envolvidos, mantendo um constante processo de aperfeiçoamento. Um

exemplo recente disso ocorreu com o edital para LGBT, edição 2008: de acordo com uma sugestão apresentada pelo Grupo de Trabalho (GT), composto de protagonistas do movimento e de especialistas na temática, apenas instituições que atuam comprovadamente com o segmento LGBT (conforme registro no estatuto da entidade) poderiam participar do edital. Esse critério continuou sendo adotado na edição de 2009; porém, diante do número reduzido de inscrições, a SID, em comum acordo com o GT, alterou esse critério, que se mostrou restritivo demais, abrindo o edital a outras instituições que desenvolveram ações de promoção do respeito à população LGBT e de combate à homofobia, à transfobia e à lesbofobia, mesmo que não trabalhem exclusivamente com esse segmento.

2. Definição do público-alvo de cada edital – No caso de editais calçados em termos muito genéricos, como “culturas populares”, tem sido aplicada uma restrição a grupos e segmentos já atendidos por outros editais ou outro mecanismo de apoio pelo Ministério da Cultura, como a capoeira ou o hip hop. Além de evitar o sombreamento com outros editais e ações do MinC, essa decisão permite a composição de comissões de seleção com especialistas de maior conhecimento sobre os segmentos específicos atendidos por cada edital.

3. Possibilidade de premiação de pessoa física e, especialmente, de grupo ou comunidade representada por pessoa física – Essa possibilidade tem permitido que os recursos sejam revertidos diretamente às comunidades e quase sempre utilizados para a preservação, a manutenção e o desenvolvimento criativo e dinâmico de suas expressões culturais.

4. Inscrição oral – Os editais lançados para as culturas indígenas trouxeram como inovação a possibilidade de inscrição por meio oral, com a gravação em fitas ou vídeos, além de manuscrita ou pela internet. Sem dúvida, além de respeitar a oralidade das culturas indígenas, essa decisão facilitou muito a participação desses povos nos editais, que tiveram um número expressivo de inscrições desde a primeira edição. Em 2009, esse mecanismo está sendo estendido para o edital de culturas populares (contemplando diversas tradições de matriz afro-brasileira, entre outras) e dos povos ciganos.

5. Regionalização – A SID tem buscado realizar oficinas de capacitação em diversas unidades da federação, principalmente naquelas que têm apresentado um menor número de inscritos nos editais. Apesar de ser um mecanismo válido, como já explicitamos anteriormente, a definição de critérios justos de regionalização demanda necessariamente um mapeamento das expressões culturais que serão be-

neficiadas pelo edital. Outro item fundamental que está na perspectiva de ação do MinC é a federalização dos editais e das políticas públicas culturais em geral, ou seja, a efetivação de parcerias do governo federal com os governos estaduais e especialmente com os governos municipais, como atualmente já vem sendo feito com os Pontos de Cultura e várias ações do programa Mais Cultura.

6. Prestação de contas simplificada – Um dos maiores benefícios dos editais de premiação é a possibilidade de uma prestação de contas menos burocrática, por meio de relatório em que o premiado conta como investiu o recurso, seguindo um roteiro de perguntas elaboradas por técnicos da SID. Esse é ao mesmo tempo um ponto muito delicado e muito promissor dessa forma de edital público. Como está recebendo um prêmio por atividade já realizada, é facultado ao premiado maior liberdade na aplicação do recurso, desde que esse uso beneficie a comunidade e a iniciativa cultural premiada. O relatório precisa comprovar muito claramente esse benefício. O ideal é que se chegue a uma avaliação sistemática da política e a uma maior publicidade dos dados contidos nos relatórios dos premiados, para que as comunidades possam saber o que foi feito com o recurso recebido por um grupo, um mestre, uma ONG ou um órgão público. Seja pela internet, seja na publicação de catálogos de iniciativas premiadas (como já tem sido feito com os editais para culturas indígenas) ou em quaisquer outros meios (rádio, programas televisivos etc.), a oferta dessa informação será a garantia de que a comunidade possa atuar como um “órgão de controle”, primordial e insubstituível.

Por fim, ressaltamos que a política de uso de premiações para fins de fomento, promoção e proteção de expressões culturais vem sendo estruturada ano a ano e, em grande parte impulsionada pela SID, vem sendo incorporada na política de seleção pública do MinC, como atestam uma cartilha e uma portaria recentemente publicadas para regulamentar essa prática. Trata-se da Portaria nº 29, de 21 de maio de 2009, no *Diário Oficial da União* nº 96 (22 de maio de 2009, seção 1, p. 10-12), que dispõe sobre a elaboração e a gestão de editais de seleção pública para o apoio a projetos culturais e para a concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Políticas Culturais (SPC), por meio do Observatório de Editais do MinC (www.cultura.gov.br/observatorio), lançou uma publicação de grande relevância: o *Guia de Políticas Culturais para Órgãos Públicos, Empresas e Instituições – Como Fazer uma Seleção Pública de Projetos e Iniciativas Culturais*, cujo título dispensa explicações sobre seu conteúdo.



imagem: Carlos Taparelli

O RAP NO BRASIL E NA ALEMANHA

Ulrike Schröder

O nascimento do rap

Em Nova York, no sul do Bronx, ao final dos anos 1970, o hip hop¹ forma-se como uma cultura que sintetiza língua, música, dança e imagem nos quatro elementos rap, DJing, breakdance e graffiti. Como resultado dos guetos urbanos dominados pela presença de negros, o novo estilo, inicialmente, desdobra-se como uma cultura da rua, na qual batalhas (*battles*) de dança entre diferentes grupos de *b-boys* (*crews*), acompanhados por música de *boom box*, compõem o quadro. A esse conceito junta-se o rap, que é realizado por MCs (*master of ceremony*).

Esse canto rítmico e rimado enraíza na tradição de duelos verbais ritualizados, como ocorre em culturas marcadas por oralidade, e desenvolve-se dentro de *peer groups* dos guetos negros dos Estados Unidos. Forma uma variante desse jogo de linguagem, denominado *sounding*, respectivamente, *dozens*, uma luta na qual as mudanças do falante-ouvinte ocorrem por meio de ofensas estilizadas que devem ser revidadas pelo outro: a uma ofensa, um *rap*, segue uma resposta, um *cap* etc. (Abrahams, 1962; Kochman, 1969). Ademais, encontram-se também no rap outras influências: uma poesia voltada para a performance do *black art movement* dos anos 1960; a tradição do *boasting song*, que já se encontra em algumas canções de blues dos anos 1950; o *jive talk* como elemento da linguagem negra; e, enfim, o *toasting*, que recorre à fala ritmada dos vendedores de rua jamaicanos que apregoam seus discos de reggae (Dufresne, 1997, p. 19).

¹ O neologismo compõe-se dos constituintes *hip* (estar louco por algo) e *hop* (dança). O nome também se encaixa na tradição do estilo negro doo wop (TOOP, 1991, p. 22-23).

Em uma primeira fase, surge a assim chamada *old school*, que produz música para dançar. Durante os anos 1980, pouco a pouco, forma-se o rap político com grupos que integram mensagens críticas em seus textos. Estes apresentam, muitas vezes, uma interligação com o movimento black power ou a Nation of Islam. A despeito disso, no final dos anos 1980, nos guetos negros de Los Angeles Compton e South Central, nasce o gangsta-rap, que polemiza e romantiza o cotidiano do gângster, estilizando excessos de droga, sexo e violência. Ao final dos anos 1980, a cena começa a se fragmentar e a se globalizar.



imagem: Carlos Taparelli

As características do hip hop nas culturas alemã e brasileira

Diferentemente dos Estados Unidos ou do Brasil, na Alemanha os centros locais de hip hop formam-se perante o pano de fundo das antigas potências de ocupação depois da Segunda Guerra, isto é, onde os soldados norte-americanos estavam estacionados, em cidades como Heidelberg, Frankfurt, Stuttgart ou Mannheim, e não nas grandes metrópoles. Por meio desse *input* imediato dos Estados Unidos, o contato com a cultura hip hop já está presente desde muito cedo em programas originais da MTV e na recepção da revista norte-americana *Source* e da britânica *Hip Hop Connection*; somente nos anos 1990 são lançadas as revistas alemãs *Mzee*, *MK Zwo* (hoje *MIK'x News*) e *Juice*. Os grupos e o público-alvo do rap alemão compreendem todas as classes e etnias, cujas realidades raramente são marcadas por exclusão. No primeiro momento, um rap mais poético e dançante domina e enraíza na classe média alemã. A partir dos anos 1990, a música rap divide-se em um "oriental hip hop", agressivo e confrontativo, apresentado por jovens de origem turca, e em um hip hop que agora perde sua face por ser chamado de "hip hop estudantil". Frente a esse pano de fundo, no final dos anos 1990, desdobra-se outra variante do gangsta-rap, que, agora, por sua vez é desqualificada por ser chamada de "rap da classe baixa" (Hawkeye, 2005, p. 162).



No Brasil, as condições iniciais são diferentes: em meados dos anos 1970, o funk & soul norte-americano entra nas discotecas dos bairros pobres, sobretudo no Rio de Janeiro, onde se formam também os primeiros grupos de funk nacional, como Banda Black Rio, Tim Maia e Tony Tornado. Quando o canto falado se torna popular, inicialmente, mistura-se com a música funk e é chamado de funk balanço, ou então funk pesado (Herschmann, 2005, p. 22-29), recebendo, dessa forma, um carimbo nacional, também porque o acesso à cultura de origem é mais difícil. Enquanto na cultura alemã o estacionamento de soldados norte-americanos, o alto nível da educação dos recipientes e a densidade medial dos produtos importados em inglês favorecem o acesso direto, sua divulgação no Brasil tem de superar mais obstáculos: a falta de condições materiais e técnicas, barreiras de língua, as consequências da ditadura militar e o mero fato de que o público-alvo potencial representa a sociedade marginalizada. Por conseguinte, esse público também é excluído em relação aos meios de comunicação de massa. Esse déficit causa uma recontextualização da cultura hip hop mais local do que na Alemanha, o que já se torna visível no nível musical: são absorvidos elementos autóctones, como ritmos de samba, fragmentos de som da religião candomblé e o Ilê Aiê. Com essa mistura dos modos de expressão e com sua orientação aos precursores do funk, o rap no Rio de Janeiro começa a se diferenciar daquele de São Paulo, que recorre cada vez mais ao mito de origem do hip hop como um movimento político e engajado. Isso resulta em dois desenvolvimentos opostos, nos quais a variante do Rio estabelece um novo estilo musical, que se chama Rio funk, semelhante ao estilo norte-americano Miami bass.

Exemplos dos raps brasileiro e alemão

Nas duas correntes alemãs atuais, os pontos de referência mais frequentes do rap são o próprio hip hop e a discussão autorreferencial com a cultura de hip hop. Um exemplo é uma paródia aos códigos de comportamento que, por sua vez, aplica os mesmos meios estilísticos que são ironizados:

(1) O que amo, sapatear em microfones e desrespeitar *fake* MCs com *punchlines*.²

O que odeio, frases de *battle* estandardizadas e anglicismos.

O que amo, quando alguns choram de rir.

O que odeio, e isso nas minhas coisas mais sérias.

O que amo, num evento, minha mão no saco em frente de 1.000 *kids*.

O que odeio, com tempo, posar também não adianta.

O que amo, não pagar pelas minhas *Baggy Pants*.

O que odeio, que tudo meu grupo tem o mesmo.

O que amo, receber *props* para meu estilo e meu *flow*.

O que odeio, ele pensou que sou o cara do grupo Eins Zwo.

(Blumentopf, Liebe & Hass)

² Pela influência norte-americana descrita acima, o uso de anglicismos é bastante alto, o que também serve a uma diferenciação interna do discurso da comunidade hip hop. Esses termos específicos são colocados em *italico* e não foram traduzidos.

Além de sua autorreferencialidade, os textos orientam-se também para o prazer de rimar em si, no qual rimas originais e complexas sobrepõem-se à mediação referencial. Sua única mensagem é a au-

toapresentação, ou seja, o *boasting*, o elogio das próprias habilidades (*skills*). Em oposição a tais autorrepresentações "intelectualizadas", o *Pimp-, Showbiz- e Gangsta-Rap*, produzido no selo Aggro-Berlin, tem em vista especialmente o sucesso comercial por romper com tabus. No primeiro plano, encontram-se textos glorificando a violência e o sexismo transmitido por uma linguagem extremamente vulgar, combinados com uma atitude autoglorificante e direcionada pejorativamente a outros MCs:

(2) Eu atiro em qualquer merda. Faço dinheiro.
E tenho apoio da minha arma. As balas caem no seu pulmão.
E encurtam sua soma.
Seus cretinos lá fora.
Então, vêm, cai fora.
Vai se foder.
(Kalusha, *Wie ein Blizzard*)

No Brasil, a situação é inversa: especialmente como delimitação ao estilo do Rio funk, que, por parte, inclui alusões sexuais e elementos irônicos, o estilo de rap dominante tem sua origem em São Paulo. Ele é impregnado por uma linguagem e uma mensagem claras, um engajamento e um protesto sociocrítico, no qual, também em oposição ao contexto norte-americano original, na maioria das faixas, os MCs desistem de jogos de palavra, de acrobacias de língua, da autorreferencialidade e de autorrepresentações. O tema central é o cotidiano na periferia. Em oposição às descrições fatalistas e glorificantes do gangsta-rap, o alvo é a conscientização das desigualdades sociais e a ilustração do dilema da exclusão que implica uma chamada para atuar. Dentro desse espectro do rap político, domina um estilo mais pedagógico, impregnado por imperativos para se dirigir diretamente ao ouvinte subprejudicado, diferentemente do rival alemão:

(3) O sistema dá as armas para nossa destruição.
Não faça o jogo deles.
Não seja bobão.
Pare de brigar com seu irmão.
Brigar não vale a pena.
Seja qual for o motivo.
Inveja, mulher, valentia...
(MV Bill & DJ TR, *Atitude Errada*)

Com relação a esse foco diferente, pode-se observar um estilo divergente também. O uso de linguagem competitivo-dialógica do rap norte-americano, que recorre a uma ritualização de confronto e que pode ser categorizado como tipo discursivo verbal *dueling* (Sokol, 2004, p. 117), forma, na Alemanha, o impulso maior para o conteúdo dos textos, enquanto no rap brasileiro, em comparação com o nível referencial, passa para o segundo plano. O *boasting*, a ostentação direta ou irônica, no rap alemão, representa um dos meios mais importantes para "eliminar" o adversário. Sendo assim, o que está no centro é uma autorrepresentação positiva de modo exagerado e, com isso, automaticamente, uma desvalorização do outro com base nos atos de fala ofensa, insulto, ostentação e autoelogio.

Diferentemente, no Brasil, em primeiro lugar, encontram-se atos de fala como comentar, relatar, condenar e avisar, encaixados no discurso sociocrítico e impregnado pelo imperativo metódico. De acordo com isso, no rap brasileiro dominam outras funções comunicativas do que no rap alemão, no qual as funções poéticas e metacomunicativas passam para o primeiro plano. Os MCs querem mudar a situação e chamam o ouvinte para uma participação ativa, o que implica um efeito apelativo. Dessa forma, os Racionais MC's exortam: "Leia, ouça, escute, ache certo ou errado, mas, meu amigo, não fique parado" (do rap *Beco sem Saída*).

imagem: stockxchng



Conclusão

A comparação entre as reterritorializações da música rap nas culturas alemã e brasileira com base em seu original norte-americano revela que o encontro de culturas globalmente circulantes e de culturas-alvo regionais não produz simplesmente adaptações unidirecionais, mas sim recontextualiza o novo de forma que se possa falar de um processo da "globalização".³ No contexto da cultura brasileira, o hip hop, sendo um movimento coletivo, é entendido como meio de uma mensagem política, perseguindo o objetivo educativo de atingir a classe excluída, convencendo-a e mobilizando-a. Por isso, os meios de expressão escolhidos são coletivos e relacionados ao ouvinte, as funções comunicativas, em primeiro lugar, são referenciais e apelativas. Em contraposição, a música de rap da cultura alemã baseia-se mais no individualismo, promovido por uma autodiferenciação dos próprios códigos da cultura hip hop. A função autorreferencial da comunicação e as relações intertextuais predominam. Em lugar de uma representação de um mundo externo, observa-se a autorrepresentação como característica do rap como estilo, no qual o "eu" está no centro.

³ Termo, introduzido por Ronald Robertson (1992, p. 173-174), que se refere à hipótese de que é certo que as culturas locais dependem dos estilos culturais mediados pelos meios de comunicação de massa; não obstante, ao fim e ao cabo, é o próprio local que decide como o produto global é recontextualizado no novo meio.

Ulrike Schröder

Doutora em comunicação social pela Universität Essen-Gesamthochschule (2003) e mestre em comunicação social, germanística e psicologia pela mesma universidade (1999). Atua como professora adjunta II na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Áreas de atuação: comunicação e linguística, com ênfase em linguística cognitiva, linguística antropológica, semântica e pragmática, língua alemã, teoria da comunicação e estudos interculturais.

Contato: schroederulrike@gmx.com

Referências bibliográficas

ABRAHAMSON, Roger D. Playing the dozens. In: *Journal of American Folklore*, n. 75, 1962, p. 209-220.

DUFRESNE, David. *Rap revolution*. Geschichte, Gruppen, Bewegung. Zürich/Mainz: Atlantis Musikbuch-Verlag, 1997.

HAWKEYE, Falk. Das letzte Wort: Unterschichten-Rap. In: *Juice*, n. 8, 2005, p. 162.

HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

KOCHMAN, Thomas. Rapping in the black ghetto. In: *Trans-Action*, fev. 1969, p. 26-34.

ROBERTSON, Roland. *Globalization: social theory and global culture*. Londres: Savage Publications, 1992.

SOKOL, Monika. Verbal duelling: ein universeller Sprachspieltypus und seine Metamorphosen im US-amerikanischen, französischen und deutschen rap. In: KIMMINICH, Eva (Ed.). *Rap: more than words*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2004, p. 113-160.

TOOP, David. *Rap attack 2*. African rap to global hip hop. Nova York – Londres: Serpent's Tail, 1991.



imagem: stock.xchng

O RAP E O REPENTE¹

Bráulio Tavares

Eu sou de Campina Grande, na Paraíba, e minha cidade é um centro de poesia popular no Nordeste. É uma cidade do interior, no alto da Serra da Borborema, e é uma espécie de entrecruzamento de rotas comerciais e de viagens, de modo que é uma cidade de imigrantes, uma cidade cheia de forasteiros, desde o século XVIII, século XIX. Era um ponto de passagem obrigatório. Isso fez com que Campina Grande se tornasse uma cidade de poetas populares. Grandes cantadores de viola, repentistas e poetas de cordel nasceram ou viveram em Campina Grande. Ali eles trabalharam, tiveram lá suas gráficas, tiveram lá suas atividades poéticas.

Eu sempre me interessei por esse processo chamado repente. Todo mundo que escreve poesia sabe o quanto é difícil improvisar um verso, principalmente com uma plateia olhando, esperando que saia um verso genial. Improvisar em prosa já é difícil, avalie você improvisar em verso seguindo todas aquelas regras de métrica, de rima, de organização do discurso.

O repente nordestino tem coisas parecidas e coisas diferentes do hip hop americano. Eu diria, para resumir uma situação extremamente complexa, que existem duas escolas principais do repente no Nordeste, que são a Cantoria de Viola e o Coco de Embolada.

¹ Adaptação do debate ocorrido no 3º Seminário Diversidade Cultural, realizado pelo Observatório da Diversidade Cultural, em maio de 2008, em Belo Horizonte.



imagem: stockxchng

São duas coisas diferentes. Dois universos de poetas repentistas, improvisadores, que convivem, que organizam juntos os seus festivais, mas que têm perfis diferenciados. Eu trabalhei alguns anos na organização do Congresso Nacional de Violeiros de Campina Grande, na década de 1970. Chamava-se congresso, mas era um festival competitivo em que as duplas de violeiros subiam ao palco, vinha um locutor, sorteava um envelope e dizia: “Vocês agora vão cantar 7 minutos sobre uma viagem pelo sistema solar”. E os caras tinham de começar a improvisar, na hora, versos cantando uma viagem pelo sistema solar. Ou então ele sorteava e dizia: “O jogo Alemanha 3 x Portugal 2, hoje à tarde” – e eles tinham de ter visto o jogo, saber que havia sido o último jogo do Felipão como técnico de Portugal, fazer um comentário e assim por diante. Isso é a vida do repentista.

O repentista enfrenta esse desafio difícilíssimo de começar a cantar praticamente sem saber o que vai dizer em seguida. Um cantador me disse uma vez: “Eu só sei o verso que eu fiz quando eu escuto minha boca dizendo”. É um processo de dissociação psíquica. Tem uma parte do cérebro que está improvisando os versos e outra parte está assim, de espectador, dizendo: “Eu não acredito, eu não acredito que eu estou dizendo isso, eu não acredito que eu acertei”.

Dentro daquelas duas escolas, o ato do repente, da criação poética instantânea, tem perfis diferenciados. A Cantoria de Viola tem uma origem letrada, branca, ibérica, que vem mais ou menos de meados do século XIX. Os primeiros grandes cantadores nordestinos surgiram na chamada Escola do Teixeira, na Serra do Teixeira, num interior que separa Paraíba e Pernambuco. A Escola do Teixeira, que teve Francisco Romano de Teixeira, que teve Silvino Pirauá, Germano da Lagoa, Ugolino Nunes da Costa, Nicandro Nunes da Costa e muitos outros poetas, grandes poetas, por volta de 1850.

Então nós já temos um século e meio de prática dessa escola, que é uma escola da tradição ibérica, uma escola que improvisa versos ao som da viola usando formas da poesia barroca portuguesa e espanhola do século XVI. A décima que os cantadores nordestinos cantam ainda hoje é a estrofe que a gente chama de “a décima do Século de Ouro da poesia ibérica”. Uma estrofe que tem dez versos, o primeiro rima com o quarto e com o quinto; o segundo com o terceiro; o sexto e o sétimo rimam com o décimo; e o oitavo rima com o nono. Em Gregório de Matos é assim. Em toda a poesia ibérica do tempo de Camões, a décima utilizada tem esse sistema de rimas. Eles escreviam; e o cantador nordestino faz isso de repente, ele improvisa versos em uma estrofe barroca difícilíssima. A Cantoria de Viola é a cultura de uma elite intelectual, que cultivava com muito rigor a prática da métrica – porque o verso não pode “desmetrificar”, tem de seguir aquela cadência – e da rima.

A rima utilizada pelos cantadores repentistas é a rima exata. Você não pode rimar, por exemplo, “Mônica” com “anônima”. Mônica só rima com “tônica”, “harmônica” e assim por diante. Você não rima com “anônima”: tem um som diferente aí no meio.

Uma vez eu recitei um poema de João Cabral de Melo Neto a dois can-

tadores de viola e, quando terminei, eu falei: “E aí, o cara não é bom?”. E um deles disse: “É bom, mas ele rima qualquer coisa com qualquer coisa”. Aos olhos do cantador, falta rigor a João Cabral de Melo Neto, que é o nosso grande exemplo do rigor. Isso mostra o quanto são restritivas as regras que esses poetas usam. Isso não significa que eles não errem a rima de vez em quando, mas, na hora em que ele erra, na hora em que ele falseia uma rima, ele sabe que todo mundo percebeu, porque o público que assiste a essas cantorias é tão entendedor das regras quanto os próprios poetas. Numa plateia desse tamanho aqui, no mínimo metade sabe essas regras de cor e salteado, desde a infância.

O cantador de viola, o repentista que se acompanha ao som da viola, é muito cioso de sua imagem. Ele se considera uma elite, ele se considera um privilegiado. Muito diferente é o perfil do embolador de coco, que geralmente é um sujeito mais humilde, de presença racial maciçamente negra, mulata e cabocla. Em vez de cantar em recinto fechado, como os cantadores de viola preferem, canta no meio da rua, na calçada, na praça, acompanhando-se com pandeiro ou ganzá. Não tem o mesmo rigor de métrica e de rima que tem o cantador de viola. Usa formas de estrofe parecidas, mas que ele pode alterar a seu bel-prazer no momento em que está cantando, ao sabor de sua inspiração. As formas são fixas, mas não são obrigatórias. Então, é uma poesia mais solta, uma poesia mais livre, mais oral do que literária, uma poesia muito calcada no diálogo com aquela roda de pessoas que se forma na praça ou na calçada para ver o poeta improvisar.

Nos muitos anos de convivência que eu tive com esse dois grupos de repentistas, era muito claro para mim o fato de que aos olhos deles a Cantoria de Viola era como a Série A de um campeonato, e o Coco de Embolada era como a Série B. Era uma coisa mais humilde, mais livre, no sentido de que era mais frouxa, mais descuidada, não exigia tanto do poeta. Os emboladores de coco eram uma espécie de crianças grandes, cantando no meio da rua com seu pandeiro, com seu ganzá, para se divertir, para fazer o povo rir, cantar versos maliciosos, que eles adoram fazer isso. Cantar verso de duplo sentido, fazer brincadeiras com as moças e assim por diante. Havia esse perfil mais contido, mais rigoroso e mais compenetrado da Cantoria de Viola, e esse perfil solto, brincalhão, anárquico e irreverente que predominava no Coco de Embolada.

Quando a gente diz que existe um espírito semelhante entre o rap e o repente, entre a cultura do hip hop norte-americano e nossos repentistas, eu vejo essa semelhança muito mais com o Coco de Embolada. Com a informalidade, com a maneira solta de cantar, a maneira até indisciplinada, mas criativamente indisciplinada de cantar que os “coquistas”, os emboladores de coco têm. Eles partilham isso com o pessoal do hip hop: é uma cultura muito mais negra do que branca, é uma cultura muita mais africana do que ibérica. É engraçado dizer isso, porque lá no Nordeste a gente vê cantadores de viola e emboladores de coco como primos, como irmãos, como pessoas que foram criadas juntas e que trabalham juntas. Mas eu vejo os emboladores de coco muito mais próximos do pessoal do hip hop dos Estados Unidos pela origem negra, africana, e pela maneira solta, livre e basicamente oral com que eles improvisam do que com essa elite branca ibérica, refi-

imagem: stockxchng



nada, intelectualizada que cultiva a Cantoria de Viola.

Quero deixar claro que eu estou usando todos esses adjetivos no sentido mais elogioso possível, porque eu sou um grande admirador de todos eles, cada cultura tem o seu perfil, respeito todos esses perfis.

Muitas vezes a imprensa questiona essa presença maciça do hip hop na cultura brasileira. Eu lamento que no Nordeste tenha existido um coco de embolada por mais de 200 anos e o resto do Brasil não tenha tomado conhecimento disso. Já o hip hop, por ser norte-americano, entrou com muita facilidade na nossa mídia e na nossa classe média branca, mulata, urbana. O lado positivo disso é que as periferias e os morros brasileiros encontraram nesse pessoal uma voz da qual eles precisavam para se exprimir. Eles nunca teriam se exprimido com tanta riqueza no Coco de Embolada, porque o Coco de Embolada era tão marginalizado quanto eles próprios.

Então, de certa forma o hip hop veio para fazer uma redenção desse pessoal. E, quando vários amigos meus, que são mais nacionalistas do que eu, dizem: “Mas isso é música americana”, eu digo: “Eu vou mais longe, isso é música africana. Isso é música que veio da África para os campos de algodão do Mississippi e de lá subiu para Chicago e Nova York. Isso é música que veio da África, de Angola, Moçambique, aqui para o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, três grandes capitais negras do Brasil, que eu considero os três grandes portos que receberam os navios negreiros – e hoje esse pessoal está se reencontrando”.

Existe um DNA em comum entre o pessoal que faz hip hop na periferia de São Paulo, no morro carioca, no Harlem, de Nova York, em qualquer outro lugar do mundo. É uma poesia que precisa ser levada em conta, uma poesia que precisa ser respeitada. Ela tem uma linguagem própria e uma realidade própria. Assim como a Cantoria de Viola daqueles brancos letrados da Serra do Teixeira de 1850 também exprime uma realidade cultural própria daquela comunidade.

Existem muitos caminhos para a gente estudar essas pessoas que trabalham com o rap e o repente, com a poesia falada e com o verso feito na hora. O melhor caminho para mim é saber que a raiz mais remota que nós encontramos nisso são os cantos africanos que vieram para o Brasil. Passaram por Portugal e ali receberam uma formatação; nos Estados Unidos, receberam uma formatação diferente, e hoje todos esses grupos estão se reencontrando. E isso para mim é uma coisa extremamente positiva para a poesia que começa a se fazer no século XXI.

Bráulio Tavares

Escritor e compositor, residente no Rio de Janeiro. Publicou, entre outros livros, *Contando Histórias em Versos – Poesia e Romanceiro Popular no Brasil* (São Paulo: Ed. 34, 2005).

Contato: btavares13@terra.com.br.



imagem: Carlos Taparelli

TRÂNSITOS INTERMIDIÁTICOS E DIVERSIDADE CULTURAL

Geane Alzamora, Renata Alencar e Tailze Melo

Pensar a cultura

“Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair.” Essa frase marca o processo de desfecho de “Funes, o memorioso”, conto de Jorge Luis Borges. Nesse conto, o narrador participa de um projeto de reconstituição da memória de vida de Funes, um sujeito cuja memória prodigiosa registrava o mundo em detalhes, categorizando-os, criando fabulações sobre eles, transcodificando-os. O personagem era incapaz dos desvios e das rupturas que fazem parte da memória humana, construída, essencialmente, entre o lembrar e o esquecer. Preso apenas aos detalhes, Funes era incapaz da atividade de generalização que pede o pensamento – aqui entendido como modo de organização das experiências do mundo.

A incapacidade de Funes parece adquirir relevância significativa no contexto das experiências contemporâneas, cada vez mais desterritorializadas e midiaticizadas.¹ Simultaneamente efêmera, dada a possibilidade de atualização constante, e perenizada pelos bancos de dados, a experiência cotidiana se registra no detalhe (Twitter: *What are you doing?*) e adquire sentidos no deslizamento intermidiático das redes sociais. É o que se observa, por exemplo, nos relatos midiaticiza-

¹ De acordo com Sodré (2002, p. 21), “midiaticização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido de comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais [...]”. Sodré chama a atenção para o fato de que, hoje, os processos de midiaticização tendem à “interatividade absoluta ou conectividade permanente” (p. 24).

dos de episódios relacionados aos conflitos pós-eleições no Irã em 2009, que se tornaram mundialmente acessíveis por intermédio de vídeos postados em redes sociais, como YouTube. Após circularem livremente nas redes sociais, esses vídeos foram exibidos em telejornais de todo o mundo, numa espécie de inversão da lógica de apropriação social da informação.

Ressalta-se: não fosse pelo acervo cada vez mais abrangente dos detalhes midiáticos do cotidiano, não seríamos capazes dos desvios e das rupturas que constituem a experiência coletiva contemporânea, a qual permanece disponível, passível de ser atualizada e socialmente alterada a qualquer instante, pela memória prodigiosa dos bancos de dados. A exemplo de Funes, construímos coletivamente uma memória do detalhe, das fabulações, das transcodificações.

Ressignificando as palavras de Borges e transferindo-as para o atual contexto sociocultural, seria oportuno dizer, então, que pensar é esquecer e lembrar diferenças. As instâncias do esquecer e do lembrar, no contexto midiático das experiências cotidianas, não podem ser tomadas como ações antagônicas, mas como o núcleo de um paradoxo que constitui a memória coletiva contemporânea. Esta, cada vez mais, integra desvios e rupturas, o que torna a diferença aspecto marcante não apenas da experiência contemporânea, como também da memória que se constrói coletivamente. As noções do esquecer e do lembrar se conectam com a abordagem que pretendemos realizar acerca da diversidade cultural atrelada ao espaço citadino e, especificamente, da possibilidade de construção de uma memória coletiva das experiências cotidianas no espaço urbano por meio dos registros midiáticos dessas experiências. Nessa perspectiva, os esforços das reflexões aqui esboçadas se orientam fundamentalmente por uma questão: como a construção das redes dialoga com as noções de memória, cidade e diversidade cultural?

Para começar nossa reflexão, vamos propor conectar três situações indissociáveis do cotidiano: o espaço relacional da cidade, o tipo de experiência que temos nessa atual configuração urbana e a mediação tecnológica de que nos valem para singularizar e registrar nosso estar no mundo.

Nesse sentido, é oportuno e necessário discutir aspectos da diversidade cultural no atual contexto sociotécnico, organizador de um cotidiano em que as experiências não se apresentam de modo dicotômico, mas em constante deslocamento, em constante diálogo. Assim, quando pensamos a cultura como o modo pelo qual determinada sociedade constrói seus códigos simbólicos e padrões sociais, não temos como ignorar o intercâmbio da produção de tais códigos e padrões com a cidade, pois o espaço urbano talvez seja o mais importante operador de leitura de determinado ambiente histórico-cultural. A oportuna metáfora da fluidez ou liquidez, exaustivamente usada pelo sociólogo Zygmunt Bauman para se referir ao que denomina de modernidade líquida, parece também funcionar como um operador de leitura quando a tarefa é pensar nas mais variadas facetas da contemporaneidade. Mobilidade e inconstância seriam as

imagem: stock.xchng

principais características ligadas à metáfora da fluidez, qualidade de líquidos e gases. Nas palavras de Bauman:

O que todas essas características dos fluidos mostram, em linguagem simples, é que os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento”. (Bauman, 2001, p. 8)

Nessa perspectiva, marcada pela liquidez, a cidade contemporânea se revela nas fissuras, nas contaminações, formando uma trama que pode ser tomada como um novelo sem ponto de origem e sem ponto de chegada. É importante, neste momento, problematizar um aspecto. Reconhecer a diversidade pode, para alguns olhares, ser um exercício de localização das delimitações geográficas que marcam as desigualdades sociais. É o caso da ideia de “cidade partida”. No entanto, a despeito de reconhecermos a desigualdade social, a injustiça social e as variâncias de oportunidades, a cidade contemporânea subverte a organização dos muros e tem sua diversidade revelada não geograficamente, mas nas malhas, nos poros em funcionamento da cidade.

Faz-se importante, então, pensar em como reconhecer a diversidade em um contexto em que ela se apresenta diluída na cidade, e não demarcada em guetos?

É nesse momento que vale retomar as ideias do lembrar e do esquecer, ambos como instâncias que compõem um paradoxo, aqui proposto como operador de leitura da questão da diversidade cultural. Lembrar as diferenças, nessa proposta, significa destacá-las, individualizá-las, mapeá-las. Já esquecer significa assumir riscos: generalizar. Se na atividade do esquecimento algo se perde, na atividade da lembrança algo se isola.

Ou seja, se apenas lembramos a diferença, abrimos espaço para o preconceito, a discriminação ou mesmo para demarcar a diferença como o exótico. Por outro lado, se apenas nos esquecemos da diferença, anulamos qualquer possibilidade de acesso à diversidade. Nenhuma dessas atitudes separadas, portanto, dá conta da diversidade cultural que se engendra nas malhas urbanas. Como apreendê-la?

De acordo com Canclini (2007), as condições atuais de produção, circulação e consumo da cultura ocorrem em circuitos globais que reelaboram interculturalmente os sentidos. “Nesta época, nosso bairro, nossa cidade, nossa nação são cenários de identificação, de produção e reprodução cultural. A partir deles, no entanto, apropriamo-nos de outros repertórios disponíveis no mundo [...]” (Canclini,

2007, p. 43). Nesse cenário surgem diversas e inusitadas formas de interação social tecnologicamente medidas que, de certo modo, ressignificam as experiências citadinas. Tais experiências urbanas, quando pensadas no contexto da contemporaneidade conduzido por conexões e deslocamentos nos mais variados domínios, devem ser problematizadas na esfera da diversidade cultural.

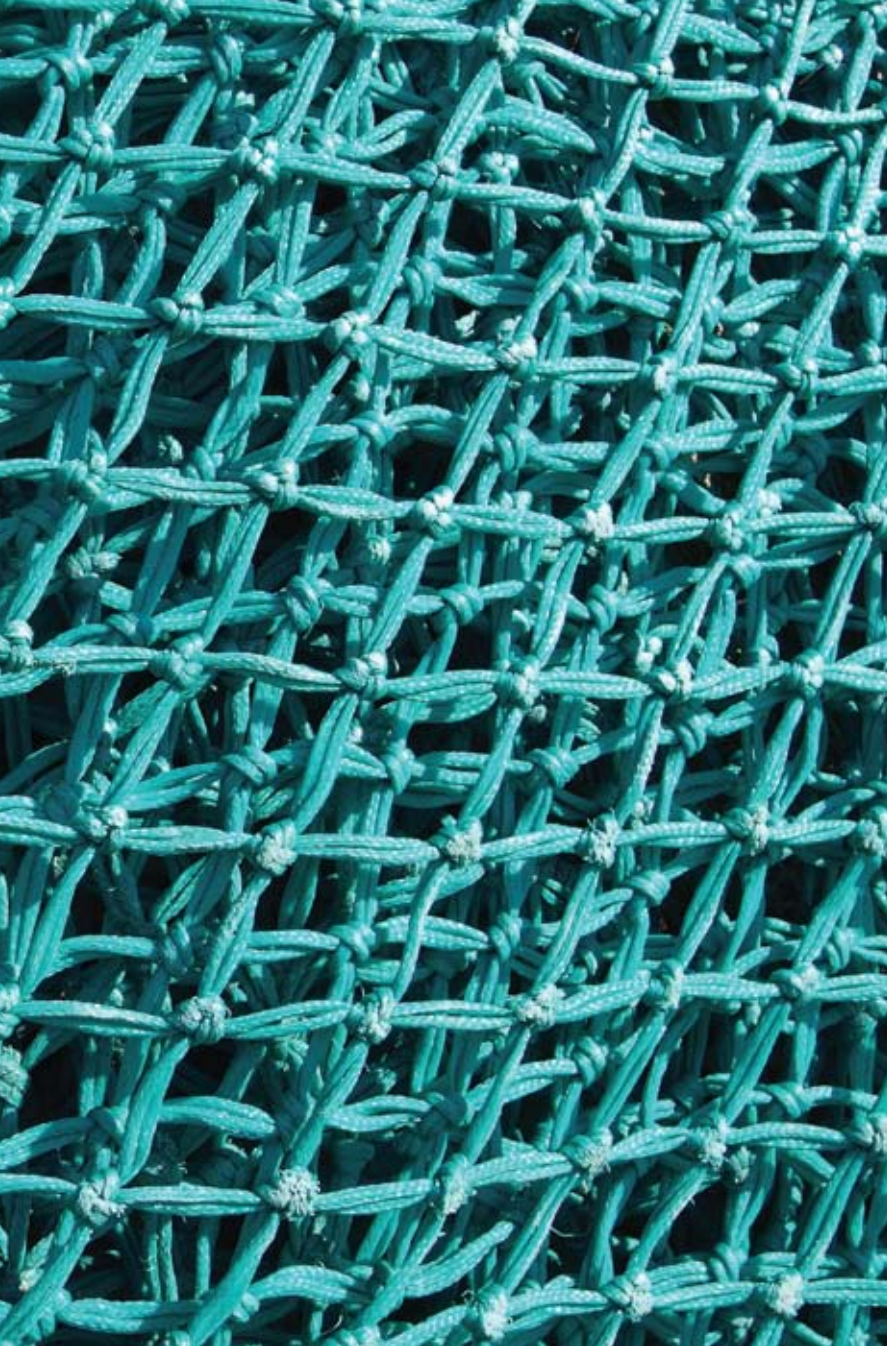
Para José Márcio Barros (2009), a diversidade cultural, recuperada nas escolas pós-evolucionistas como realidade positiva, indica que a diferença e o pluralismo cultural podem ser pensados como o que há de mais original e rico na condição humana. Reconhecer a diversidade cultural seria, pois, marcar a diferença e ainda criar possibilidades de protegê-la:

[...] as diferenças deixam de ser tratadas como imperfeições e incompletudes, como propunha o pensamento evolucionista, e passam a designar oportunidades e contingências, resultado das trocas históricas. As diferenças deixam de ser pensadas como realidades que justificam e, em certos casos, legitimam as desigualdades e passam a revelar o que de mais surpreendente e original a condição humana realizou. Daí a possibilidade e a necessidade de protegê-las e promovê-las. A diversidade cultural, tanto no interior de cada sociedade quanto nas diferenças e distantes realidades, configura-se como a mais radical expressão da singularidade humana. (Barros, 2009, p. 34)

Nesse sentido, seria interessante remeter ao trabalho do artista catalão Antoni Abad com grupos sociais cujo ponto em comum parece ser o cotidiano vivenciado, de modo significativo, no espaço público da cidade. O projeto desenvolvido em vários países mostra fragmentos do cotidiano de taxistas, ciganos, prostitutas, motoboys e outros se valendo de aparatos tecnológicos, como potentes celulares, como no caso do projeto Canal Motoboy, desenvolvido em São Paulo no ano de 2007. Nesse projeto, motoboys circulam freneticamente pela cidade de São Paulo capturando em seus celulares com câmera integrada cenas do espaço público, que, por sua vez, deslocam-se nas mais variadas enunciações textuais: fotografia, produções audiovisuais, mensagens de texto e gravações sonoras. O registro é exibido, instantaneamente, em um site.²

² Disponível em: <www.zexe.net/saopaulo>.

Para além das questões estéticas e pensando na valorização da diversidade cultural, no trabalho de Abad pode-se notar uma conotação de ordem política, uma vez que esses atores sociais não possuem muitas oportunidades de autoria em produções discursivas midiáticas e artísticas. Trata-se, pois, de uma iniciativa importante também do ponto de vista político, já que algumas produções artísticas propiciam visibilidade a manifestações culturais construídas por realidades outras e, por consequência, podem fomentar o debate público acerca das tensões que envolvem o cotidiano de certos grupos sociais.



No âmbito estético, as cartografias construídas pelos protagonistas do trabalho de Abad trazem à tona construções simbólicas emergentes de territórios estéticos pautados por circuitos nômades e pela ubiquidade das trocas. Nesse contexto, pode-se mencionar o projeto Canal Motoboy como expressão tradutora de um tipo de memória coletiva que, por sua vez, remete à memória prodigiosa dos bancos de dados. Tal memória, composta de signos fugazes e heteróclitos, capturada nos dispositivos de telefones celulares, anuncia, para além de uma inflação simbólica, uma cidade que se revela em camadas e a possibilidade de apresentá-la em variadas poéticas da observação. Escrituras do ordinário, poéticas fugazes, detalhes de um olhar singular: no palimpsesto da cidade, apresenta-se a diversidade, ou seja, a diferença.

Geane Alzamora

Doutora em comunicação e semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação e Redes Hipermediáticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contato: geanealzamora@uol.com.br

Renata Alencar

Mestre em comunicação social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu de processos criativos em palavra e imagem, do Instituto de Educação Continuada, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (IEC/PUC Minas), integrante do grupo de pesquisa Cultura, Cidade e Comunicação na mesma instituição.

Contato: alencar.re@gmail.com

Tailze Melo

Mestre em literaturas de língua portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e coordena, juntamente com Renata Alencar, o curso de pós-graduação lato sensu de processos criativos em palavra e imagem, no Instituto de Educação Continuada (IEC), da PUC Minas.

Contato: tailzemelo@yahoo.com.br

Referências bibliográficas

BARROS, José Márcio. A diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão: por uma cultura da mudança. In: BARROS, José Márcio. *As mediações da cultura: arte, processo e cidadania*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANAL Motoboy. Projeto desenvolvido por Antoni Abad, 2007. Disponível em: <<http://www.zexe.net/saopaulo>>. Acesso em: jun. 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Trad. Luís Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho – Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.



imagem: Luciana Orvat

DIVERSIDADE CULTURAL E GESTÃO DA CULTURA

José Márcio Barros

Resumo

O que o debate sobre a proteção e a promoção da diversidade cultural tem a ver com a questão da gestão cultural? Se o pluralismo cultural é definido como a resposta política à realidade da diversidade cultural, como pensar a gestão cultural no singular? Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública. Em que medida pode-se falar de um pluralismo gerencial? Deve-se buscar uma gestão da diversidade cultural ou a pluralização dos modelos de gestão?

I

Diversidade cultural e gestão são expressões que, longe de revelar consenso e homogeneidade, nos remetem ao campo das ambiguidades e contradições com que pensamos e nomeamos nossas diferenças e nossos modos de geri-las. Há, portanto, a necessidade de, ao relacionar os dois termos, submetê-los a uma espécie de filtro do pensamento complexo, inaugurando a

¹ Voltaremos à questão mais à frente.

possibilidade efetiva de superação de abordagens normativas e disciplinares. A articulação aqui proposta, mais do que nos convocar a uma perspectiva interdisciplinar que festeja a possibilidade de comunicação e consenso entre aquilo que restava compartimentalizado, sugere um passo à frente no sentido de produzir uma tensão crítica entre modelos culturais e gerenciais. Não se trata de pensar apenas o que a cultura, em suas múltiplas formas de expressão, tem a contribuir para os modelos normativos de gestão e tampouco como tais modelos podem nos ajudar a compreender e domesticar a cultura.¹

Trata-se de pensar na imbricação entre os termos, ou seja, ao falar de diversidade cultural, nos referimos a modelos normativos diversos que não apenas ordenam a produção e as trocas simbólicas nos campos estético, religioso e lúdico, mas que se referem também às maneiras como se definem as formas de aprendizagem, circulação, apropriação, distribuição, mercantilização de bens e processos culturais. A diversidade cultural é, forçosamente, mais que um conjunto de diferenças de expressão, um campo de diferentes e, por vezes, divergentes modos de instituição. Chamo isso, modos de instituir, de modelos de gestão. Para além de reconhecer a necessidade de construir competências gerenciais nos diferentes campos culturais, o desafio parece ser o de estar atento para os modos de gestão que se fazem presentes nos diferentes padrões culturais. Reconhecer na diversidade cultural apenas a presença de diferenças estéticas é simplificar a questão. Há sempre, e é isso que torna a questão complexa, a tensão política e cognitiva de diferentes modelos de ordenamento e gestão. Diversidade cultural é a diversidade de modos de instituir e gerir a relação com a realidade.

II

Passamos a uma segunda questão. Segundo Mattelart, “o apelo à diversidade cultural é uma interpelação genérica, uma armadilha que abarca realidades e posições contraditórias, suscetível a todos os comprometimentos contextuais” (Mattelart, 2005, p. 13). Os deslocamentos conjunturais e contextuais dos sentidos a que a expressão se refere, as contradições no interior e entre as práticas abrigadas sob essa expressão, mais que visíveis, são constitutivas de sua realidade e, portanto, não podem ser desconsideradas. Como afirma François de Bernard (2007), a diversidade cultural é diversa, dinâmica e não é em nada natural. Novamente com Mattelart, isso nos remete à necessidade de sempre “escavar o subsolo das palavras instáveis” que compõem o campo polissêmico da diversidade cultural e procurar compreender, nas práticas assimétricas que inauguram, os enfrentamentos e as lutas pela hegemonia. Dessa forma, poder-se-ia desvelar como e em que medida, ao falar da gestão da diversidade cultural, estaríamos nos referindo à constituição de uma possível rede solidária de articulação de diferentes modelos culturais ou se estaríamos, mesmo que afirmando o contrário, recolonizando nossos “bons selvagens”. Identificar o campo da cultura popular e as práticas culturais periféricas como portadores de uma incapacidade gerencial, normalmente traduzida como incompetência em transformar contingências em oportunidades, parece ser o bordão que



alimenta a cadeia produtiva das consultorias culturais hoje no Brasil. A redução da construção de competências gerenciais à adoção de princípios do planejamento estratégico e definir a prática do empreendedorismo à recorrência contínua aos editais de financiamento público e privado são a face mais visível dos novos colonizadores da gestão cultural. Tal e qual o campo das políticas sociais e das práticas assistencialistas, a cultura traduzida em oportunidade parece movimentar um significativo nicho de mercado. O trabalho com a pobreza, seja ela definida como material ou simbólica, movimenta um significativo mercado de trabalho, na maioria das vezes para segmentos de classe média escolarizada e lideranças populares que assumem profissionalmente a função de mediadores de inovações. A despeito das críticas às metodologias de extensionismo e desenvolvimentismo típicas dos anos 1960 e 1970, assiste-se hoje a um processo de reiteração do provisório como modelo de permanência, ou seja, uma complexa rede de projetos, editais e organizações que alimentam o moto contínuum da provisoriidade. Sob a batuta discursiva da participação democrática, consolidam-se a ideia e a prática de que mais vale multiplicar os modelos provisórios de atenção à diversidade cultural, por meio de projetos, oficinas, concursos e prêmios, do que pluralizar, ampliar e multiplicar as instituições permanentes de trabalho com a cultura.



foto: Luan Barros

III

Uma terceira ordem de questões refere-se à contraditória maneira como a articulação entre diversidade cultural e gestão é pensada e praticada no campo organizacional e no campo cultural. No ambiente organizacional e, por consequência, no campo das ciências gerenciais, a preocupação com a articulação entre diversidade cultural e gestão está relacionada com a mudança no perfil da força de trabalho, especialmente no contexto norte-americano e europeu. Em decorrência dos novos fluxos migratórios que o processo de globalização desencadeia, tais mudanças geram um singular paradoxo que ocupa especialistas e preocupa políticos: o diferente, as minorias étnicas, o estrangeiro e seus descendentes passam a ocupar cada vez mais um lugar estratégico no mercado de trabalho dos Estados Unidos e dos países integrantes da União Europeia. Para além da extensão dos direitos civis aos imigrantes, a presença estrangeira nas sociedades de economia globalizada coloca

em questão os direitos culturais, especialmente em sua perspectiva da multiculturalidade. Ser igual nos direitos e diferente na experiência cultural parece ser o centro dessa perspectiva. Em países como o Brasil, entretanto, apesar da presença crescente de trabalhadores estrangeiros, a questão, o conflito e os enfrentamentos são menos com os nossos outros distantes e mais com aqueles que estão “do outro lado da sua casa”. Mario Aquino Alves e Luis Guilherme Galeão-Silva (2004) afirmam que, em geral, a gestão da diversidade tem sido defendida com base em dois pontos. Primeiro, programas internos de empresas voltados para a diversidade seriam socialmente mais justos do que políticas de ação afirmativa – impostas por uma legislação que remonta às lutas por direitos civis nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970 –, uma vez que se baseiam na meritocracia e não no favorecimento. Segundo, um bom gerenciamento da diversidade de pessoas nas organizações conduziria à criação de vantagem competitiva, o que, em tese, elevaria o desempenho da organização no mercado, tendo em vista a influência positiva de um ambiente interno multicultural, com membros de distintas experiências e habilidades (p. 21).

Aqui encontramos o centro da contradição e da complexidade da articulação proposta entre diversidade cultural e gestão. A perspectiva cultural da diversidade busca a realização de um conjunto de posturas e ações marcadas pelo objetivo de promover a inclusão pela superação da meritocracia, considerada historicamente provedora da discriminação. Já para a área gerencial, e utilizando-se R. Roosevelt Thomas (1990), que em artigo publicado na *Harvard Business Review* defendeu pela primeira vez no contexto dos Estados Unidos a substituição das políticas compensatórias por uma gestão da diversidade,

seria necessário mudar a perspectiva da inclusão de minorias, negros e mulheres nas empresas norte-americanas, uma vez que a ação afirmativa estaria contrariando o princípio da meritocracia e, dessa forma, não geraria exemplos para os jovens dos grupos discriminados se espelharem em sua carreira profissional – as admissões ou promoções de membros desses grupos seriam percebidas como não merecidas por outros funcionários e também por jovens desses grupos (p. 23).

Como se pode perceber, a crescente preocupação com a gestão da diversidade cultural no ambiente organizacional está relacionada com a crítica ao que institui e dá sentido às políticas públicas de promoção e proteção da diversidade: a discriminação positiva, para utilizar uma designação própria da sociedade francesa. No campo organizacional, uma política de gestão da diversidade cultural é justamente a superação das políticas de ação afirmativa e inclusão, substituídas por uma lógica da meritocracia e das vantagens competitivas. A gestão da diversidade cultural é assim pensada como estratégia de negócios que transforma um problema, a presença dos diferentes desiguais, em oportunidades:

A diversidade é a palavra de ordem nos vários fóruns empresariais, políticos ou sociais realizados pelo país. O momento vivido pela sociedade, em todo o mundo e no Brasil, coloca esse tema na

agenda, seja por convicção, seja por conveniência. Sob a égide de oportunidades iguais, muitas vezes reforçamos a diferença e tratamos o diferente de forma igual, o que é tão injusto quanto tratar o igual de forma diferente. O mais contemporâneo paradigma nesse campo, surgido em meados da década de 1990, integra a diversidade à gestão. O foco principal é incorporar no modelo de gestão a perspectiva dos diversos colaboradores contratados com a premissa da pluralidade, buscando assim melhorar o desempenho empresarial. (Barros, 2003, p. 40)

Aqui, a diversidade é tratada como uma “situação onde os atores de interesse não são semelhantes em relação a algum atributo” e tais diferenças precisam ser transformadas de potenciais conflitos em oportunidades produtivas (Schmidt, s.d.). Se compararmos com as perspectivas com as quais a questão se apresenta nos fóruns culturais, teremos uma visão da extensão do problema a que a relação proposta nos remete.

Em 2007, na cerimônia de abertura do Seminário Internacional sobre a Diversidade Cultural, o então ministro da Cultura, Gilberto Gil, elencou dez prioridades para as políticas públicas de cultura. Entre elas, uma incide diretamente contra essa perspectiva gerencial:

[...] estabelecer políticas culturais afirmativas, para reverter as marcas e resíduos sociais da escravidão; relativizar a unilateralidade dos sistemas meritocráticos, que são feitos abstratamente, sem a devida consideração histórica, evitando mecanismos pós-coloniais de repor velhas exclusões. Incorporar as milhões de pessoas aos programas de formação, aquisição cultural e educação de qualidade e de capacitação. Republicanizar o mérito, valorizando as vocações e talentos, e democratizando os acúmulos pelos pequenos e grandes acessos, dando garantias sociais ao patrimônio das famílias e das instituições. Promover a integridade e a transmissão do patrimônio acumulado de geração a geração, de pai para filho. (Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/?p=903>>)

imagem: stock.xchng

Há, portanto, outro enfrentamento, outra área de tensionamento que complexifica a relação aqui proposta: de um lado, uma ideologia tecnocrática e liberal, que reconhece possibilidades mercadológicas por meio do disciplinamento da relação com as diferenças. De outro, uma ideologia se não assistencialista, no mínimo protecionista, que reconhece que, na luta pela igualdade, não se pode ignorar as diferenças e as desiguais oportunidades de ser igual.

IV

Por fim, a articulação entre diversidade cultural e gestão parece partir de um pressuposto muito em voga que articula a cultura com o desenvolvimento.

Entretanto, alguns cuidados devem ser aqui também tomados, para que não se perca de vista o caráter histórico da proposta e a falta de consenso sobre a que realidade o termo “desenvolvimento” deve nos remeter. Renato Ortiz nos lembra que

a noção de desenvolvimento pertence ao domínio da racionalidade, ela implica uma dimensão da sociedade na qual é possível atuar, desta ou daquela maneira. Neste sentido, ela não é constitutiva da sociedade. Trata-se de uma concepção datada historicamente. Nas sociedades passadas, tribais, cidade-estado, impérios, ela não existia na forma como a conhecemos hoje. Até mesmo nas sociedades europeias do Antigo Regime, o ideal de belo nada tinha de progressivo, ele identificava-se a um modelo determinado na Antiguidade, e devia ser copiado para perpetuar-se. A mudança era muitas vezes vista com suspeição, pois valorizava-se a tradição e a memória coletiva em detrimento das transformações. (Ortiz, 2007, p. 3)

Desvelar os sentidos que atribuímos à perspectiva de desenvolvimento na e por meio da cultura é tarefa sempre necessária e oportuna para compreender a questão da gestão. Traduzido como progresso e reduzido ao campo econômico, o termo “desenvolvimento” nos remeteria a uma articulação de natureza eficientista e tecnocrática da gestão. Por outro lado, se esse termo for pensado criticamente e retraduzido como “desenvolvimento humano”, a relação aqui proposta deveria partir da negação do mito da linearidade crescente e assumir de forma circular e dinâmica a ideia da multilinearidade dos caminhos. Aqui, a gestão da diversidade constituir-se-ia para além da catalogação de curiosos modelos normativos, no difícil exercício de troca e hibridização dos mesmos. O reconhecimento da diversidade cultural poderia se transformar em experiência com as mesmas, tanto no campo subjetivo estético quanto na dimensão normativa e racional. Em ambas, estaríamos explorando a dimensão simbólica da diversidade cultural, traduzindo-a como experiência de diversas ordens.



José Márcio Barros

Professor doutor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e coordenador do Observatório da Diversidade Cultural. Atua na área da antropologia urbana e da comunicação, com ênfase nas temáticas de identidade cultural, política cultural, cidade e cultura, gestão cultural, diversidade cultural, comunicação e cultura.

Contato: josemarciobarros@gmail.com

Referências bibliográficas

ALVES, Mario de Aquino; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. In: *RAE*, v. 44, n. 3, jul./set. 2004, p. 20-29.

BARROS, Betânia Tanire. O desafio da gestão da diversidade. In: *Revista Melhor Gestão de Pessoas*, n. 195, nov. 2003.

BERNARD, François de. *A convenção sobre a diversidade cultural espera para ser colocada em prática!* 4 tarefas prioritárias para a sociedade civil. Disponível em <<http://www.mondialisations.org>>.

MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.

ORTIZ, Renato. Cultura e desenvolvimento. In: CAMPUS EUROAMERICANO DE COOPERAÇÃO CULTURAL, 5., 2007, Almada, Portugal. Disponível em: <http://www.vcampus-almada.org/documentos/RenatoOrtiz_.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.

SCHMIDT, Flávia. *A diversidade nas organizações contemporâneas*. Disponível em: <<http://www.percepcoes.org.br/artigos.asp?idartigo=260>>.

THOMAS, R. Roosevelt (1990) apud ALVES, Mario de Aquino; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. In: *RAE*, v. 44, n. 3, jul./set. 2004, p. 20-29.

ESPECIAL

OLHARES SOBRE A

DIVERSIDADE CULTURAL

Com o objetivo de conhecer experiências concretas com a diversidade cultural, os fotógrafos e jornalistas Humberto Pimentel, Luan Barros e Rafael Munduruca percorreram algumas regiões do país procurando respostas às seguintes perguntas: como se vivem a afirmação identitária e a mediação com as diferenças? Identidade e alteridade podem se articular?



Festa da Abolição – Comunidade dos Arturos

Imagem: Luan Barros

OS ARTUROS – A HISTÓRIA NÃO CONTADA

Luan Barros

Compreender a importância da Comunidade dos Arturos, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, e a maneira como articulam identidade e alteridade não é tarefa simples. Uma face dessa história é bem conhecida. São vários os estudos realizados que mostram como, ao longo dos anos, os Arturos se transformaram numa referência de preservação da cultura negra no Brasil e no exterior, especialmente na tradição do congado e na fé por Nossa Senhora do Rosário.

Porém, a outra face revela a falta de protagonismo histórico, especialmente daqueles que primeiro vivenciaram a liberdade no final do século XIX. Deles sabemos muito pouco. Existe, sim, alguma menção das fugas, das lutas e da resistência nos quilombos, mas há poucos registros sobre os que padeceram anônimos à integração “proposta” após a abolição. A partir daí traçamos um caminho para compreender o legado vivo da família de Arthur Camilo Silvério, tronco e ramos da árvore que deu origem aos Arturos. Não se sabe ao certo a origem de Arthur Camilo Silvério. Filho de escravos, mas já beneficiado pela Lei do Ventre Livre, teve em sua juventude uma experiência que marcaria o início da saga que tornou únicos seu destino e o de seus descendentes. Seus filhos Antônio e Mário narram perfeitamente o que aconteceu na remota tarde em que faleceu Camilo Silvério, pai de Arthur.

O menino Arthur foi criado desde a infância na casa do “padrinho”, o patrão de seu pai, resultado da compreensível preocupação em garantir um futuro melhor para o filho. Camilo Silvério seguiu em seu posto na fazenda. Dos conflitos gerados por essa separação, temos acesso apenas ao maior, quando Arthur se tornou órfão.

Ao saber da morte do pai, Arthur se preparou para lhe dar o último adeus em uma fazenda vizinha à que morava, onde Camilo Silvério seria sepultado. Seu padrinho, entretanto, não se sensibilizou com a tragédia e ordenou sua volta ao trabalho. Os protestos desesperados do menino levaram ao golpe que lhe tirou os dentes e, desse episódio, tantas vezes lembrado por todos da família, à promessa de que nenhum de seus filhos passaria por tal violência nem sofreria da mesma orfandade. Todos viveriam unidos, regidos pela fraternidade e pelo amparo mútuo, e sob a fé em Nossa Senhora do Rosário, foi a promessa feita por Arthur.

A mudança de destino começou com sua saída da fazenda, o casamento com Carmelinda Maria da Silva e a mudança para o município hoje denominado Esmeraldas, em Minas Gerais. Posteriormente, houve o deslocamento para Domingos Pereira, como era conhecido então o lugar, distante 2 quilômetros do centro de Contagem. Lá está a porteira que até hoje demarca os limites da comunidade e que leva o nome do patriarca: Comunidade dos Arturos.

Para mais além da coragem, a história de Arthur Camilo Silvério é também exemplo da resistência do povo negro em proteger suas raízes. Toda a memória desse tempo passado é transmitida oralmente para o presente, pelos filhos e pelos netos do líder, hoje herdeiros e responsáveis pela comunidade. É a forma encontrada para manter vivos seus valores e sua memória, especialmente pela ausência de registros oficiais, omissos em relação a esses personagens do passado.

Reinado de Nossa Senhora do Rosário

São dez os filhos de Arthur e Carmelinda, chamados de Arturos de primeira linha. Foram eles os primeiros a aprender os segredos do reinado e que deram sequência às tradições desde a morte de Arthur Camilo, em 1956. Deles, quatro ainda estão vivos.

Segundo Glaura Lucas, etnomusicóloga e parceira da comunidade, os rituais são uma forma de catolicismo popular, em que reminiscências da cultura africana se mesclam com as divindades católicas. Os “pretos do Rosário” louvam os santos negros, em especial Nossa Senhora do Rosário, a “Grande Mãe”, ao mesmo tempo que prestam honrarias a seus antepassados.

Além do convívio em comunidade, as festas religiosas representam o acontecimento mais importante, no qual os Arturos assumem o protagonismo em sua história particular. Nos festejos, deixam de lado a vida cotidiana e a posição de trabalhadores empregados na região de Contagem e Belo Horizonte para assumir seu posto nobre nas celebrações. Louvam seus santos, dentro do protocolo transmitido por gerações anteriores e diretamente por seu patriarca.

Os ensinamentos começam na infância, nas rodas onde os mais velhos cantam as histórias e os valores da cultura negra. Na comunidade, dizia-se que um Arturo começa a dançar desde que se sus-



Arthur Camilo Silvério
Carmelinda Maria da Silva



tenta por si só. E daí vai, primeiro aprendendo com o próprio corpo e depois por meio das palavras, das tradições orais.

O calendário festivo da comunidade é composto das festas da Abolição da Escravatura e João do Mato, do ciclo do Reinado, da Festa de Nossa Senhora da Aparecida, do ciclo da Folia de Reis e a Folia de São Sebastião, além do batuque e do candombe.

Não seria justo resumir o significado e a importância de cada festa; afinal, estão envolvidas em outro contexto, profundo, que requer tempo e vivência para ser compreendido e absorvido. Porém, durante qualquer uma dessas celebrações, percebemos vários aspectos da cultura negra e, em específico, da Comunidade dos Arturos. Em nosso site, disponibilizamos, em áudio, depoimento de Seu Antônio sobre o mito de Nossa Senhora do Rosário.



Filhos de Zambi e o processo de transformação

Se, a princípio, a comunidade surgiu em torno de uma única família, era desde então impossível que se mantivesse fechada. Mesmo Arthur Camilo já contava com a estimada sabedoria do amigo José Aristides, respeitado congadeiro e homem, dizem, tão sábio quanto misterioso. Seu Antônio, Arturo de primeira linha, não mede elogios aos conhecimentos que tinha o amigo de seu pai, dizendo que ele dava conselhos até ao governador. Sem saber de sua real influência política e tampouco de suas tantas habilidades, podemos ter certeza, de fato, de sua grande contribuição, junto com Arthur Camilo, na constituição da tradição congadeira na comunidade.

A figura de Aristides representa bem a maneira com que a comunidade, desde seu fundamento, se envolve com membros externos. Para fazer parte dos Arturos, mais importante do que laços sanguíneos, o que conta é o conhecimento dos mistérios do congado. Nos últimos 40 anos a comunidade cresceu, aumentando os ramos de sua árvore genealógica e exigindo atenção de seus líderes para a manutenção de sua identidade, tradições ancestrais, oralidade e fé.

Com o passar do tempo, a comunidade enfrenta novos desafios. Hoje, seus membros não habitam somente o terreno demarcado, mas se espalham pela região metropolitana por motivos de trabalho e casamento. Estima-se uma população de mais de 400 pessoas. Se os laços familiares foram expandidos, como conseguem manter a tradição? O contato cada vez mais intenso com a sociedade do entorno fez aumentar as trocas, mas também os riscos de enfraquecimento da identidade ancestral e de seus ritos, principalmente entre os mais jovens. Mas a curiosidade e a demanda pelos rituais também trazem outra questão: como se deve lidar com os pedidos de apresentações do congado fora de seu tempo e cenário religioso? Como lidar com a identidade transformada em curiosidade alheia?

Os bens conquistados pelo árduo trabalho dos primeiros Arturos deixou bons frutos a seus filhos. A comunidade não só cresce em número, mas seus integrantes já não padecem dos mesmos problemas enfrentados no passado. Com acesso à educação e a algumas facilidades da vida moderna, são outros seus desafios. Não resta dúvida de que as mudanças são bem-vindas, a educação formal faz parte do desejo primordial que os criou, o de uma vida mais digna. Mas reside aí o desafio de unir os saberes e as possibilidades de uma sociedade até há pouco tempo distante com a responsabilidade natural de um Arturo. A entrada das mulheres da comunidade no mercado de trabalho também causou um grande impacto, já que sua presença em casa resultava em maior rigor no acompanhamento da formação cultural das crianças, zelando por sua disciplina.

Com base num desejo dos mais jovens da comunidade, surgiu o grupo Filhos de Zambi, que, por meio da música e da dança, enfrenta o desafio de fazer a mediação entre memória e atualidade. Com o objetivo de formar os mais novos e manter as referências originais da identidade dos Arturos e das tradições do Rosário, os jovens do



Seu Antonio, filho de Arthur

grupo afirmam seus laços de pertencimento. Curiosos como seus pais, mas em número muito maior, foi esse o caminho para que a roda do saber não parasse.

Numa conversa com um membro do grupo, Thiago Antônio da Silva, bisneto de Arthur, ele enfatizou o desejo de permanecer dentro das fronteiras que a porteira demarca e crescer no congado, mas sabe que nem todos seguirão o mesmo caminho. Para ele, o Filhos de Zambi é a maneira para que não se esqueçam da própria origem. A perda é menor do que a qualidade e o engajamento dos que ficam em razão de seus efetivos e afetivos interesses na cultura negra. Os mais distantes e céticos preferem vê-lo apenas em seus efeitos – veem no grupo uma chance de se afastar da ameaça de fora, como o uso de drogas, a violência e a perda completa da fé. Os Filhos de

Zambi são uma das várias frentes de contato e trocas e de adaptação da comunidade dos Arturos à nova ordem da atualidade a que estão submetidos. As apresentações fora da comunidade, seja como visitante em festa alheia, seja a convite de outras instituições (nacionais e internacionais), não desobrigam os Arturos de seu trabalho como soldados de Nossa Senhora. Uma vez fardados e com os instrumentos, têm de ser feitos os rituais devidos. As representações folclóricas ajudam muito na preservação dos sentidos simbólicos e na publicização de sua imagem.

Ao atender aos convites, a comunidade acredita divulgar seus valores e dar mais amplitude a seu nome e sua imagem, além de gerar benefícios econômicos. Seu Mário diz, orgulhoso, que já visitou até o México para apresentar seu congado. Os cachês são sempre voltados para os custos dos trabalhos religiosos. Para dinamizar esse processo, os Arturos lançaram um CD-livro que conta sua história por meio de palavras, voz, canto e imagens. O próximo passo será criar um Ponto de Cultura na comunidade, para que, finalmente, eles possam abrigar todo o material produzido a seu respeito (que atualmente fica na Casa de Cultura de Contagem).

A organização da comunidade dos Arturos de maneira diversa e movida por seus próprios desejos poderá ser a ponte para essa nova era. Os que receberam os saberes pela vivência e os carregam em sua alma se articularão com as novas gerações e suas linguagens.

Escrita, eletrônica e digital, tanto quanto oral, a memória dos Arturos se fortalece ao abrir-se e se protege ao habitar a consciência de seus jovens e o cerne de suas crenças e práticas.

Seu Mário, filho de Arthur Camilo, Comunidade dos Arturos



Para conhecer mais

Para compreender a profundidade da história e da religiosidade da Comunidade dos Arturos, o livro *Arturos – Olhos do Rosário* (Ed. Mazza), de Nilda Pereira de Magalhães Gomes e Edimilson de Almeida Pereira, é o melhor e mais completo caminho. Indispensável também é a consulta ao CD-livro lançado pela comunidade. Vale ainda marcar uma visita à Casa de Cultura de Contagem e entrar em contato com o material lá guardado.

Luan Barros

Formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas), em 2003, depois de passagem pela Universitat Autònoma de Barcelona. Produz textos, fotografias e documentários. Tem trabalhos que vão desde performances audiovisuais até programas para a TV.

Contato: luanbarros@gmail.com



A língua japonesa é ensinada a todas as crianças da Comunidade Yuba, localizada na região rural de Mirandópolis/SP

YUBA— DO SOL NASCENTE AO AMANHÃ

Rafael Mundurucu

No início do século XX, Issamu Yuba era um jovem que vivia no Japão, cheio de energia, transbordando charme e transpirando sonhos. Certo dia, foi à casa de um primo, mas, ao invés de encontrá-lo, encontrou sua biblioteca. Sobre uma mesa repousava um livro, *Do Contrato Social*, de Rousseau. Enquanto aguardava o primo, tomou contato com a obra e se maravilhou com as palavras do filósofo: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum as pessoas e bens de cada associado e pela qual, unindo-se todos, só obedeça, todavia, a si próprio e permaneça tão livre quanto anteriormente”.

Sem perceber o tempo passar e sem se encontrar com o primo, Issamu resolveu voltar para casa e seguiu refletindo sobre cidadania e liberdade. Quando chegou à estação de trem, deparou-se com um cartaz que mudou a sua vida e que dizia: “Vá para o Brasil, um país livre!”. Ansioso, retornou para casa e convenceu sua família a emigrar para o Brasil em busca da realização de sonhos.

Ao chegar às águas brasileiras, a família Yuba avistou uma terra aparentemente virgem e inexplorada, coberta por matas. Issamu se emocionou e acreditou ter feito a escolha certa.

Essa história quem conta é Renata Katsue Yuba, sexagenária, filha de Issamu Yuba e que ainda hoje vive o sonho do pai. Issamu já é falecido, assim como alguns de seus filhos, mas a comunidade que ele criou continua – a Comunidade Yuba, situada em Mirandópolis, no noroeste do estado de São Paulo, a cerca de 70 quilômetros da cidade de Araçatuba. Humberto Pimentel, fotógrafo e historiador, e eu fomos vivenciar um pouco o cotidiano dos Yuba.



Sérgio Yuba, filho de Issamu, disse que o pai tinha uma filosofia que ainda conduz a lida diária da comunidade – “cultivar a terra, orar e fazer arte” –, justificando que a escolha da lavoura e da arte traz consigo a verdade. No cultivo, se o trabalhador não o fizer com dedicação, não haverá produção. Na arte, a mesma coisa, sem esforço não haverá perfeição. Sobre religião, desde que se acredite em Deus, não importa qual seguir.

São 6 horas da manhã. Ao longe pode-se ouvir um galo cantando. O berrante toca, acordando os cerca de 60 integrantes da comunidade. Em 15 minutos estão todos em um grande salão, composto de mesas largas e compridas feitas de madeira de peroba. Na mesa



central, café fumegando, leite fervido, pães caseiros, manteiga, ovos cozidos e queijo fresco. Uma pausa para orar. Nada diferente de tantas manhãs em outras roças Brasil afora se não fosse por detalhes como, ao invés de “Bom dia!”, sermos recepcionados com um sonoro “Ohayou!”, e outros complementos do café da manhã serem gohan, misoshiru, udon, geleia de ume e um chá preto e doce.

Logo após o café da manhã, os grupos se dividem entre a lavoura e as atividades domésticas. Na roça, cultivam goiaba, quiabo e manga, e nas estufas, o shitake, para garantir o comércio. No entorno da casa, produzem arroz, feijão, legumes e verduras variados, muitas frutas, e cuidam de aves, suínos e bovinos. Gostariam de ser autossuficientes, mas precisam comprar açúcar, chás, óleo, sal, trigo e alguns outros produtos. Já chegaram a produzir as próprias roupas, inclusive os tecidos.

As crianças e os adolescentes frequentam a escola regular, onde aprendem o português, e na parte da tarde têm aulas de japonês na própria comunidade, praticando a escrita e a leitura. Sérgio Yuba afirma desde cedo ter ouvido seu pai dizer que “dentro do Brasil você precisa estudar japonês, porque você tem o rosto de japonês e precisa saber o que é ser japonês”.

Cada família membro da comunidade possui sua própria casa; no entanto, a cozinha e a sala de TV são coletivas. Uma sala de TV bastante peculiar: são dois aparelhos de televisão, a da esquerda exibindo, durante todo o dia, o canal japonês NHK, DVDs de filmes, séries e novelas japonesas; e a da direita exibindo as novelas brasileiras. Próximo às casas há estufas, paiol, chiqueiro, horta, curral, galpão, centro de memória, biblioteca, sala de aula, estúdio de dança, jardim de esculturas, ateliê de cerâmica e de artes visuais e um grande teatro – talvez o primeiro e único teatro rural do Brasil, construído em apenas dez dias, há quase cinco décadas. De madeira de lei, o teatro tem capacidade para 600 pessoas, piso de terra batida, palco amplo, coxias e camarins adequados, sonorização e iluminação completa, sendo mais bem equipado do que diversos teatros profissionais do país.

São nesses espaços que os membros da comunidade se espalham e desenvolvem habilidades como o teatro, a dança contemporânea, a música (instrumentos de corda, sopro e piano), as artes plásticas (esculturas em granito, cerâmica, pintura e quadros em técnicas diversas) e a criação literária. No início, as produções eram amadoras, até que o casal de artistas Hisao e Akiko Ohara, que viviam no Japão, tomou conhecimento da comunidade e resolveu lá viver. Foram eles que estimularam e aceleraram o processo de construção do teatro, ensinaram técnicas e renovaram as inspirações dos Yuba. Hoje, a arte Yuba é conhecida do Atlântico ao Oceano Pacífico, tendo realizado diversas apresentações, inclusive no Japão.

imagem: Humberto Pimentel



Teatro da Comunidade Yuba

Akiko, coreógrafa responsável pelas montagens do Balé Yuba, insere em suas criações o cotidiano, o trabalhar. Veio para o Brasil há 48 anos e na comunidade constituiu família. Mas esse conceito de família vai muito além dos dois filhos, da nora e do neto que ela possui e se expande a toda a comunidade. Akiko é viúva, seu filho mora no Japão e sua filha vive em São Paulo. Mas ela define o convívio na comunidade como sendo tão intenso a ponto de sentir como se as crianças dali fossem seus netos ou sobrinhos e os adultos tivessem algum grau de parentesco. Confidenciou, ainda, que, quando alguém está triste ou feliz, ela também fica. É como se todos estivessem conectados numa rede. Um depende do outro para viver. Um contagia o outro com suas emoções.

Para sobreviver, os Yuba foram obrigados a se constituir juridicamente em uma associação, tendo como presidente Luiz Yuba, sobrinho de Issamu. A vida lá é livre, permanece quem quiser, desde que seja japonês ou descendente de nipônicos. No entanto, não é permitido a brasileiros viver lá; estes apenas podem visitar ou passar uma temporada. Há casos de membros que resolveram se casar com brasileiros e foram convidados a deixar a comunidade.

Uma questão bastante delicada é a da identidade. A maioria deles nasceu no Brasil, os que vieram do Japão já estão aqui há muitos anos, e todos vivem dentro de um universo cultural nipônico transmitido pelos mais velhos. O Japão de hoje, sem dúvida, não é o mesmo de 50 anos atrás, e o Brasil não se resume à Comunidade Yuba. A maioria dos jovens acaba saindo da comunidade para trabalhar e estudar, alguns deles vão viver no Japão, e muitos não voltam.

imagem: Humberto Pimentel



Aula de violino na Comunidade Yuba

Aya Ohara, filha de Akiko, quando criança ouvia os colegas de escola a chamarem de “japonesinha” e passou a infância acreditando ser da terra do Sol nascente. Cresceu, descobriu que era brasileira e, aos 15 anos, foi morar no Japão. Esforçava-se para ser reconhecida como japonesa, mas se sentia uma estrangeira, a ponto de torcer pelo Brasil em confrontos futebolísticos Brasil versus Japão. Mais tarde, já de volta, com sotaque acentuado e uma vivência diferente – decorrente dos cinco anos afastada daqui –, se sentia uma “extraterrestre” até entre os Yuba. Não era japonesa. Não era brasileira. Hoje, entende que cada um é único, e são nossas vivências que constituem nossa identidade, e sente que pertence àquela comunidade.

A cada dia, a Comunidade Yuba diminui. São idosos que falecem, são jovens que buscam outros caminhos. A comunidade, que já chegou a ter cerca de 300 integrantes, hoje tem um quinto daquela população. Os mais velhos, em poucos anos, já não terão a mesma força necessária para a lida com a terra. Talvez seja a hora de buscar uma alternativa sustentável que mantenha a essência da filosofia que vivem. Talvez seja a hora de se reinventar, como fez aquele jovem Yuba que vivia no século XX.

Rafael Munduruca

Formado em comunicação social/jornalismo, pós-graduando em gestão de projetos culturais pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc), da Universidade de São Paulo (USP). Coordena a Zim Produções, por meio da qual prestou serviços de assessoria artístico-cultural para a Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (Facev), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), até 2009. Atualmente, trabalha com a Papagallis no desenvolvimento de redes sociais e educação informal por meio de conversações.

Contato: rafaelmunduruca@gmail.com



imagem: Luan Barros

Paulo Paixão, presidente do grupo GGC

CAMAÇARI – RAINHAS DO SERTÃO

Luan Barros

Camaçari, Bahia. Uma cidade famosa tanto por seu apelo turístico como por seus benefícios fiscais para grandes indústrias. Lá, além das belas praias à beira da estrada do Coco (ou “Linha Verde”), encontramos o polo petroquímico e um vasto parque industrial, impulsionado pela construção de uma grande fábrica de automóveis no ano 2000. Seu crescimento, entretanto, não diminuiu a desigualdade. A cidade é o quinto maior PIB do Nordeste, mas isso não se reflete diretamente no bem-estar da população, em sua maioria bastante humilde. A imigração para o lugar, na esperança de empregos, e o impacto ambiental das indústrias seguem descontrolados.

Seus habitantes, todavia, têm algo para orgulhar-se: Camaçari é referência na luta por espaço e respeito do grupo de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). Diferentemente das praias, o centro de Camaçari não é bonito nem recebe visitantes. É uma cidade industrial, como tantas outras, que nem parece desfrutar da alta arrecadação fiscal nem de uma suposta circulação monetária provida dos empregados do parque industrial e petroquímico. Somam-se a isso os valores conservadores e machistas típicos de nosso país e, em especial, daquela região. O cenário não poderia ser mais propício para o cerceamento e a repressão da liberdade sexual, em especial no caso dos homossexuais.

E era assim até poucos anos atrás. No ano de 2001, o Grupo Gay de Camaçari (GGC) fez o então inimaginável e convocou a primeira Parada Gay da cidade. Àquela época, o medo ainda predominava na comunidade LGBT local, mas mesmo assim o desfile contou com aproximadamente 500 pessoas. Em 2008, a sétima Parada Gay de Camaçari reuniu, segundo o GGC, 35 mil pessoas.

A comunidade LGBT de Camaçari sofria, até a década passada, as mais diversas e graves violências, fossem elas familiar, verbal, física e até mesmo policial. Até que, em agosto do ano 2000, alguns jovens homossexuais resolveram criar uma forma institucionalizada para defender seus direitos e, daí, surgiu o GGC. Paulo Paixão, atual presidente e um dos fundadores, justifica o surgimento da instituição como a única maneira de zelar por seus direitos. “Não queria mudar de cidade, ir para Salvador ou qualquer outro lugar. Vivo a realidade do interior, temos a nossa linguagem, que é bem diferente da capital. Queria ser o que sou aqui em Camaçari, não me adaptar a outro lugar.” Desse apego à terra e aos modos do interior surgiu uma grande revolução cultural, que foi muito além de Camaçari.

O grupo serviu de “padrinho” de vários outros na região. Com base em seu processo para se tornar uma instituição formal, surgiram vários outros focos de resistência. Foi bastante útil, para isso, a ideia da caravana Priscila, a Rainha do Sertão. Nela, os foliões de Camaçari viajavam para visitar outras cidades que começavam a promover suas próprias paradas. O papel da caravana é bem descrito por Nino Penteado, do município de Simões Filho: “Foi um momento mágico quando o ônibus chegou. Até então, nunca tinha acontecido de um grupo de homossexuais chegar, ‘montado’ e sem vergonha nenhuma, para desfilarmos na cidade. Isso mudou toda a perspectiva de lá”. Nino foi um dos “apadrinhados” pelo GGC, montando sua ONG com base no estatuto de Camaçari.

Aqueles que até então estavam excluídos e incompreendidos passaram a ocupar um novo espaço. As instituições viraram referência de informação sobre a prevenção da Aids, problema que crescia descontroladamente devido à falta de familiaridade com a forma de lidar com assuntos ligados à sexualidade e por causa do grande número de viajantes que passam por ali. As instituições também inseriram vários jovens no mercado de trabalho, principalmente oferecendo cursos relacionados à estética pessoal.

Da inserção nesse mercado surgiu outro fenômeno: esses profissionais passaram a dar conselhos sobre sexualidade a seus clientes. Num lugar onde a sexualidade é um forte tabu, foi com eles que algumas pessoas encontraram espaço para falar de seu casamento e de problemas relacionados ao sexo. Sem mencionar a assistência que dão, informalmente, a famílias que têm de lidar com filhos desviantes do padrão tradicional. Fica clara a mudança de paradigma em poucos anos. Da violência doméstica passou-se à busca pelo diálogo e pela melhor compreensão.

Outra figura forte na cidade é Natasha Kiss, travesti dona de um salão de beleza no centro comercial de Camaçari e atriz profissional. Seu trabalho teatral lhe rendeu um programa de TV no passado e, com sua popularidade e personalidade forte, fez com que inúmeras pessoas vissem com outros olhos a diferença de opção sexual. Ela comenta que, atualmente, muita gente cobra sua candidatura à vereadora. Defende a integração muito além de espaços reservados à minoria. “Queria ver o dia em que se acabasse com a hipocrisia. Não



Natasha Kiss

quero bar para gay, apesar de não ter nada contra um espaço para o homossexual se sentir mais à vontade. Sou contra cotas e sonho com o dia em que possa sair de mãos dadas com meu namorado e sentar em qualquer lugar sem chamar atenção.” Natasha tem uma história pessoal de muita luta, já que saiu de uma família da zona rural e, hoje, desfruta de outra posição. Seu trabalho ajuda no sustento dos pais, que outrora a questionavam. O teatro, que mais tarde a levaria à televisão, foi uma oportunidade única para que muitos entrassem em contato com sua figura, um travesti. Pode parecer estranho, mas muita gente não tinha (ou negava) contato com esse tipo tão marginalizado.

Imagem: Luan Barros



Suzy e Samarah

Fantástico

A comunidade homossexual de Camaçari não tem apenas projeção local. Foi ali que aconteceu a primeira união formal entre dois homens no Brasil, o professor Henrique dos Santos e Joniel de Oliveira, dono de uma pequena lan house. A notícia do casamento dos dois saiu rapidamente das mãos da imprensa local para virar notícia no famoso programa dominical de televisão. Os dois, após essa conquista, ainda se tornaram o primeiro casal homossexual a receber extensão do plano de saúde como família, fato também publicado nos jornais baianos. Têm hoje a guarda de uma criança e são exemplo nacional da luta pelos direitos da classe.

Vida em família, tão simples como soa, é o desejo final de todos. O exemplo do casal Henrique e Joniel é o mais popular, mas não é o único. Atrás do shopping da cidade, uma pequena casa passa por reformas para abrigar um casal apaixonado, os travestis Suzy e Samarah.

Suzy vivia na Itália até pouco tempo atrás, onde se prostituía para sanear as economias. Diferentemente do que o senso comum leva a pensar, tinha uma vida feliz por lá. Realizou o grande sonho de conhecer Milão, polo da moda, fala italiano fluentemente e tem um refinado gosto por vinhos e comidas. Por lá deixou bons amigos, depois de passados os primeiros meses de adaptação. Quando per-

imagem: Luan Barros



garota espia entrada de forro lgbt

gunto por que construir uma casa em Camaçari depois de toda a experiência lá, sua justificativa é a saudade dos pais, logo eles, que mal compreendiam o filho e repudiavam seu comportamento.

Já Samarah nunca se prostituiu. Aprendeu a trabalhar como manicure e cabeleireira e vive do trabalho num salão de beleza. Segundo ela, foi o amor e o relacionamento sério que botaram sua cabeça no lugar e a tiraram do ciclo “festeiro”, como diz.

Todo o sofrimento pelo qual essas pessoas passaram, cada uma em seu momento, foi na busca do mais simples dos desejos humanos: ter uma vida social digna, com espaço, compreensão e respeito a suas opções. A luta desses sujeitos é pela mais elementar e duradoura característica da diversidade cultural – a conjugação da igualdade de direitos para os diferentes.

Luan Barros

Formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas), em 2003, depois de passagem pela Universitat Autònoma de Barcelona. Produz textos, fotografias e documentários. Tem trabalhos que vão desde performances audiovisuais até programas para a TV.

Contato: luanbarros@gmail.com.

imagem: Luan Barros



Apresentação no restaurante Ariche

COMUNIDADE ÁRABE DE CAMPO GRANDE (MS) – DE VOLTA ÀS RAÍZES AINDA QUE EM SONHO

Luan Barros

Unida pelo idioma, a comunidade árabe é uma das mais numerosas e influentes no Brasil. Estima-se que existam no país 15 milhões de imigrantes e descendentes libaneses, sírios, palestinos, marroquinos, jordanianos, egípcios e iraquianos, entre outros. Impossível tratar, com a devida profundidade, de toda a gama de origens e costumes desses povos. Portanto, melhor caminho é escolher um exemplo que não apenas revele as particularidades, mas também a história compartilhada de como essas pessoas, de uma terra tão distante física e culturalmente, transformaram o Brasil em sua casa.

O exemplo será, então, a comunidade libanesa de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Motivos são vários para tal. Primeiro, o Líbano representa bem a diversidade das culturas de idioma árabe, uma vez que sua população é dividida entre grupos determinados principalmente pela religiosidade, sendo eles de cristãos maronitas e ortodoxos e de muçulmanos xiitas e sunitas. Lá, está estabelecido pela Constituição que o poder deve ser obrigatoriamente dividido, com o presidente da República provindo da ala cristã maronita, o primeiro-ministro muçulmano sunita, e o porta-voz do Parlamento, xiita. Essa saída para buscar equilíbrio e estabilidade demonstra a fragilidade de relacionamento entre as diferentes origens da população. Logo, chama a atenção a maneira como, aqui no Brasil, toda essa tensão tenha sido deixada de lado, não só entre os próprios libaneses, mas inclusive em sua relação com outros povos de origem árabe que passaram por tensões políticas naquele território, como os sírios. Outro fator determinante é a influência (política, econômica e cultural) que eles exercem na cidade e na Região Centro-Oeste, para não dizer por todo o país.

Dizem os estudos que os primeiros libaneses vieram ao Brasil pela influência da visita de dom Pedro II ao Líbano. Fluente em árabe, segundo alguns registros, o imperador atraiu os primeiros imigrantes. Com o decorrer da história, os problemas socioeconômicos e as constantes tensões militares da região intensificaram o fluxo migratório. Independente desde 1943, a República Libanesa passou a ser palco de diversos conflitos entre Israel e o grupo xiita Hezbollah, cujas consequências foram acompanhadas mundialmente pela imprensa, além da complicada relação com a Síria, que tinha tropas no país até 2005, e os imigrantes palestinos em fuga das ações israelenses no território que seria árabe.

O espírito desbravador dos fenícios (povo que na Antiguidade estabeleceu o comércio e a cultura marinha no Oriente próximo e que deu origem, entre outros, aos libaneses) incentivou sua interiorização no Brasil. Em lugares até então remotos, eles se estabeleceram como comerciantes, fazendo a distribuição dos produtos desde sua fonte, as fazendas, até a população da cidade. Nessas viagens, alguns chegavam a fazer o serviço dos Correios onde não havia o serviço público. No caso de Campo Grande, sua habilidade no comércio e na distribuição de produtos foi bastante útil, seja para os fazendeiros brasileiros, seja para a outra grande colônia campo-grandense, de agricultores japoneses. Daí a referência popular na cidade que a define como “uma ilha de turcos cercada por japoneses”. Turco, entenda-se, foi a maneira grosseira com que os libaneses e os demais árabes foram chamados aqui. Com o tempo, e como resultado da miscigenação com a cultura brasileira, eles próprios assumiram o apelido.

Nova realidade no novo lar

A primeira mudança cultural vivenciada pelos imigrantes em território brasileiro foi a união de seus diferentes grupos, originalmente separados em razão de suas marcas religiosas. Em consequência, se em seu país cada qual zelava por seus próprios interesses, no Brasil isso foi deixado de lado. Para se estabelecer nas terras daqui, ainda mais com todas as dificuldades e o isolamento proporcionados pela vida no interior, era indispensável contar com a confiança e a lealdade daqueles que compartilhavam ao menos o idioma. Os próprios libaneses analisam o fenômeno e acrescentam outras explicações. O doutor Chales Lotfi, libanês que passou a maior parte de sua vida no Brasil e estudioso da imigração daquele país, disse, em entrevista, que “vindo de um país que passou e passa por tantas guerras, nada mais justo que vivenciar a paz na nova casa”. Tanto pela tranquilidade quanto pela esperança de uma vida financeira melhor, sem dúvida eles fizeram daqui um novo lar.

Apesar do respeito e da solidariedade que marcaram o rearranjo em solo brasileiro, as diferenças não foram abandonadas como referência. Fica claro, em qualquer conversa com algum imigrante, que se vivem as raízes quando o assunto são suas identidades. Os muçulmanos, por exemplo, relataram maior dificuldade na adaptação, claro que pela maneira com que vivem sua religiosidade. Impacto pelo qual os cristãos, a maioria em Campo Grande, passaram com maior tranquilidade, vinculando-se diretamente ao catolicismo brasileiro.

Confeitaria Árabe



Avenida Calógeras, Rua 7 de Setembro

A já citada habilidade dos árabes para o comércio os fez dominar esse setor da economia de Campo Grande. No centro da cidade, precisamente na Avenida Calógeras, ficavam, lado a lado, as lojas dos imigrantes, cada qual com sua especialidade. Já na Rua 7 de Setembro, encontram-se até hoje armazéns com produtos árabes, como a movimentada Confeitaria Árabe. De pequenos a grandes empresários, o que não se imaginava é que, em pouco tempo, tantas mudanças aconteceriam e restassem tão poucas famílias ainda negociando no local. Há pouco, um passeio por ali era descrito como uma viagem pelos aromas que saíam das lojas, que, hoje, contam praticamente apenas com comerciantes brasileiros.

As riquezas geradas nos áureos tempos das atividades no comércio mudaram definitivamente as perspectivas das famílias, possibilitando uma vida de conforto. Curiosamente, isso acabou por afastar os filhos do dia a dia das lojas. Os descendentes libaneses, hoje, dominam outro setor de serviços na cidade; eles são grande parte dos advogados e dos médicos de Campo Grande. Outros se tornaram empresários e muito poucos ainda seguem no balcão, atendendo diretamente os clientes. Essa geração, contudo, e a de seus filhos protagonizam uma interessante contrarrevolução cultural na comunidade árabe-libanesa campo-grandense.

Os imigrantes que vieram do Líbano conquistaram sucesso econômico, influência política e importância para o desenvolvimento da região. Mantinham laços diretos com suas origens – lá nasceram e aqui cresceram em comunidade. Cultivaram, assim, suas datas festivas e demais costumes, tais como a comida e a dança *dabke*, em que várias pessoas ficam de mãos dadas, dançando em círculo, como na célebre cena final do filme *Lavoura Arcaica*. Tinham no Clube Libanês um centro de encontro onde podiam passar o tempo compartilhando memórias e notícias de sua terra natal. Era onde aconteciam as festas das famílias árabes e da colônia em geral, além de aulas do idioma natal.

Já seus filhos, nascidos aqui, lidam com suas identidades de origem de maneira bastante distinta. A maioria dos descendentes dessa geração não teve tanta preocupação com a manutenção desses laços, pelo contrário. Entre esses, não era comum que mantivessem o hábito de conversar em árabe nem mesmo viver outros pontos-chave da cultura, como a dança, a religião e uma relação familiar mais conservadora. Queriam crescer como brasileiros e, dessa vontade, minimizaram sua identificação com a origem. Tal enfraquecimento levou ao fechamento do Clube Libanês, no final dos anos 1990, episódio que marcou profundamente os mais velhos, que temeram pelo abandono completo de seus valores.



Sonho

O professor Munir Sayegh faz parte dessa geração nascida no Brasil. Ele caracteriza seu vínculo com o Líbano como algo “de sonho”; de lugar de origem, o país se transformou numa comunidade imaginada. Em sua fala, “o Líbano foi sempre um lugar com o qual sonhei a respeito, por causa das histórias fantásticas que ouvia principalmente do meu pai. Mas, como nunca conheci pessoalmente o lugar, vivia o amor àquela pátria dessa maneira diferente, imaginada. Sempre tive esse desejo de vivenciar o país, mas o vivi como um sonho”.

Se os sentimentos de pertencimento mudaram, e com eles os ritos de reafirmação identitária, a condição de libaneses não. Nos anos seguintes ao fechamento do clube, os pais de Munir organizaram a Associação Cultural Monte Líbano, uma forma institucionalizada de não deixar de celebrar as datas importantes, marcas simbólicas do tempo, já que não havia mais um espaço físico específico para isso.

Outro importante e curioso fato revela os novos processos de integração entre as tradições e a atualidade. Dizem que foi a novela *O Clone* que desencadeou nos mais jovens, já de outra geração, o interesse pela cultura árabe em geral. Elie Haidar, estudante de ciências sociais, é o exemplo perfeito dessa retomada. Seus pais, filhos de libaneses muçulmanos, não falam a língua em casa nem têm especial preocupação com as tradições religiosa e cultural que herdaram. Ele explica que “meus pais pensam como árabes e se sentem parte de lá, mas, quando novos, não queriam ser diferentes. Naquela época [anos 1960 e 1970], ser diferente era algo mais pesado”. Porém, o próprio Elie foi diretamente em busca de suas raízes. Aprendeu a falar fluentemente o idioma e se dedicou à religião de seus avós, o islã xiita. “Vivi a comunidade já estabelecida, tanto economicamente como culturalmente. Tive contato desde muito jovem com pessoas que se orgulhavam muito da origem libanesa.”

Hoje, os jovens da geração de Elie chegam a demonstrar maior orgulho e envolvimento com as questões libanesas do que os próprios pais. Eid Anbar, atual presidente da Associação Cultural Monte Líbano, comenta que “meus filhos, apesar de não terem ido até lá, amam mais o Líbano do que eu. Muitas vezes, escrevem meus textos em árabe ou, sobre a situação do país, chego a consultá-los para tirar dúvidas”.

A novela talvez tenha funcionado como um espelho no qual os mais jovens puderam ver uma imagem de si até então desconhecida ou enfraquecida na memória. Porém, ainda que com essa imagem enfraquecida, o orgulho desse povo fala mais alto uma vez despertado. Seja por causa da televisão, seja pela necessidade humana de preservar raízes culturais ou mesmo por orgulho, vê-se hoje jovens frequentando a mesquita de Campo Grande. A comunidade árabe tem, inclusive, um ponto de encontro na noite de Campo Grande, o restaurante Ariche. Todas as sextas-feiras, o lugar fica completamente lotado para que assistam aos shows de música do Oriente Médio, acompanhado de apresentações de dança do ventre e do *dabke*.



A diáspora do povo árabe promoveu no Brasil o encontro harmonioso entre seus componentes, marcados por diferenças e conflitos em suas origens. Tal convivência, entretanto, não desfez as singularidades, apenas produziu arranjos identitários suficientemente estratégicos e fortes para o jogo com a alteridade. No caso específico dos libaneses de Campo Grande, a primeira geração de migrantes transportou para o solo brasileiro seu cotidiano, seus ritos e seus negócios, garantindo assim as condições para a manutenção de identidades de origem. As gerações seguintes, usufruindo da riqueza construída por seus pais, mas também vítima das mudanças, diversificou seu modo de presença e pertencimento. Além disso, foi com um espelho construído pelo outro, o brasileiro, que voltou a olhar para si. Não mais com os valores de seus antepassados, mas com as misturas que o mundo contemporâneo realiza. Tradição e modernidade revelam um novo processo de identidades reconstruídas midiaticamente e que alimentam novas sociabilidades libanesas.

Luan Barros

Formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas), em 2003, depois de passagem pela Universitat Autònoma de Barcelona. Produz textos, fotografias e documentários. Tem trabalhos que vão desde performances audiovisuais até programas para a TV.

Contato: luanbarros@gmail.com.



imagem: Humberto Pimentel

Desfile anual da comunidade pomerana em Santa Maria do Jetibá/ES

POMERANOS SANTA-MARIENSES – TRADIÇÕES E COSTUMES

Rafael Mundurucu

Os pomeranos constituíam uma nação, a Pomerânia, que estava localizada ao sul do Mar Báltico. Os últimos pomeranos que habitaram aquela região se dividiram em dois grupos: os que estavam mais próximos da Alemanha e foram incorporados territorialmente e os que por questões culturais e políticas foram expulsos por soviéticos e poloneses e obrigados a migrar durante a Segunda Guerra Mundial.

O processo migratório se iniciou ainda no século XVIII, quando mais de 330 mil pomeranos foram para a América do Norte, se espalharam por lá, miscigenaram e conseguiram se integrar por completo. Já os cerca de 30 mil que chegaram ao Brasil se concentraram em comunidades agrárias fechadas, localizadas, sobretudo, no Espírito Santo e na Região Sul do país, preservando muitas tradições.

A pequena cidade de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, se intitula “o município mais pomerano do Brasil”. A 75 quilômetros da capital Vitória, possui fortes características rurais, pouco mais de 30 mil habitantes, muitos deles falantes da língua pomerana. Todos os anos o município organiza a Festa Pomerana. Neste ano, a 20ª edição da festa aconteceu entre os dias 29 de abril e 3 de maio e comemorou os 150 anos da imigração pomerana para o Brasil.

A Festa Pomerana

Durante a festa, a comunidade pôde se encontrar e interagir de diversas formas, contando com uma programação bastante variada, que incluiu a entrega de documento alusivo ao aniversário de imigração, alvorada de bandas, desfile cultural, escolha da Rainha Pomerana, encontro de bandas, apresentação de grupos folclóricos, bailes, almoços típicos, encenação de casamento pomerano, visitas ao museu da cidade e encerramento com bingo e show do cantor Leonardo.

A música estava em toda parte: durante as apresentações itinerantes, as alvoradas e as apresentações de dança. Bandas compostas de descendentes pomeranos comandavam as músicas, as quais eram marcadas por composições clássicas e criações próprias, sendo utilizados, basicamente, instrumentos de sopro, como clarineta, trompete e trombone. Outra forma de expressão musical muito comum entre pomeranos é a concertina, nome pelo qual é conhecido o acordeão diatônico e que rende, inclusive, uma competição anual na região.

A dança típica é algo cultivado nos bailes e nas apresentações folclóricas realizados no ginásio municipal. Karina Schulz, participante de um dos grupos folclóricos, contou que as coreografias organizadas para as apresentações são algo mais recente, foram recriadas pelos grupos com base em matrizes das danças alemãs. Participam das apresentações desde crianças em idade escolar até os integrantes do grupo da “melhor idade”, todos caracterizados com roupas e adereços típicos.

Em meio a tantas celebrações, acontece o que eles chamam de “o almoço típico pomerano”, no qual foi servido arroz, batata cozida, maionese, carne assada, frango frito, macarrão e feijão tropeiro. Nada mais brasileiro. Na Europa, os pomeranos possuíam uma alimentação baseada em batatas. Chegando ao Brasil, para fazer alimentos típicos, como o “brout”, ou “brot”, tiveram de substituir por alternativas locais, como a batata-doce, o cará e o inhame.

Na festa, acontece uma encenação do casamento típico pomerano, que já não é praticado desde o início do século passado. Porém, parte do casamento pomerano atual ainda é inspirada nele. Os preparativos para o casamento típico começam um ano antes, quando as famílias dedicam cuidados especiais às criações e à lavoura, preparando os ingredientes dos alimentos consumidos na festa, entre eles o gengibre, com o qual é feita uma bebida chamada “schincha bia”. As vésperas do casamento, o irmão da noiva realiza o convite cantando de casa em casa, a cavalo ou de bicicleta, e oferece uma dose de “rabo de galo”, uma espécie de cachaça, aos convidados.

O vestido da noiva é preto e as famílias pomeranas são patriarcais; quando ocorre o casamento, a noiva passa a viver com os familiares do noivo; a cor do traje significa um luto por estar deixando para trás sua família; na cintura, uma fita de cetim verde atrai boa sorte, e o buquê e a coroa são feitos de murta, alecrim ou cipreste para espantar qualquer mau-olhado. Após o casamento, na Igreja Lute-

rana, os noivos saem em cortejo pela cidade, com todos os amigos e parentes. Na sequência é realizado o ritual do “quebra-louça”, no qual uma amiga da família deseja boa sorte aos noivos enquanto arremessa louças ao chão. Os convidados iniciam uma dança e se divertem enquanto os noivos tentam juntar o maior número de pedaços de louça – quanto mais cacos, mais próspero será o casamento. A festa chega a durar três dias.

O casamento atual pomerano é bastante parecido com os casamentos brasileiros: a noiva de vestido branco, os convites impressos em gráfica e as festas já não tão longas. Algumas famílias ainda mantêm o cortejo e a “schincha bia”. O luteranismo já não é mais a única religião dos pomeranos; a Secretaria Municipal de Cultura já registra cerca de 20 religiões na cidade.

No último dia de comemoração, Santa Maria de Jetibá parecia ter o dobro de sua população; pessoas de toda a região compareceram à arena central para assistir às últimas apresentações das bandas típicas, tentar a sorte no bingo e prestigiar o show de Leonardo, com direito a muito chope e cerveja.

Os pomeranos santa-marienses trazem para a festa elementos que consideram típicos de sua cultura nativa, buscando reafirmar uma identidade de origem que foi passada de geração para geração, mas também alterada ao longo dos anos. A festa também demonstra o quanto essa comunidade se apropriou de características brasileiras na alimentação, nos gostos musicais, na eterna busca pela sorte e nas formas de comemorar, seja na atualização do casamento, seja na organização de um evento que em muito lembra as festas agropecuárias país afora.

Encenação de casamento moderno pomerano durante a festa anual da comunidade em Santa Maria do Jetibá/ES.

imagem: Humberto Pimentel



A língua pomerana

Mesmo a população sendo falante de português, a língua “extraoficial” de Santa Maria de Jetibá é o pomerano. Por muitos anos o ensino da língua portuguesa foi deixado para as escolas. Adolf Braun, um senhor de 64 anos, nos contou que, muito antes de aprender a falar o português, já falava o pomerano, aprendido em casa com os pais. Na época em que frequentou a escola, entre 1951 e 1957, não tinha dificuldades em se comunicar com seus colegas, pois a maioria deles havia tido uma criação muito parecida com a sua: eram filhos de colonos descendentes de pomeranos e dentro de casa ninguém falava português. Segundo Braun, sempre que chegava da escola ele tinha como obrigação ensinar os pais a falar português.

No comércio e nos bancos, além de algumas sinalizações escritas em pomerano, sempre há algum funcionário que fala a língua, pois boa parte dos clientes são pessoas vindas da zona rural e, muitas vezes, não falam português. O conhecimento do idioma é um diferencial na hora da contratação e se tornou essencial para facilitar e melhorar o atendimento.

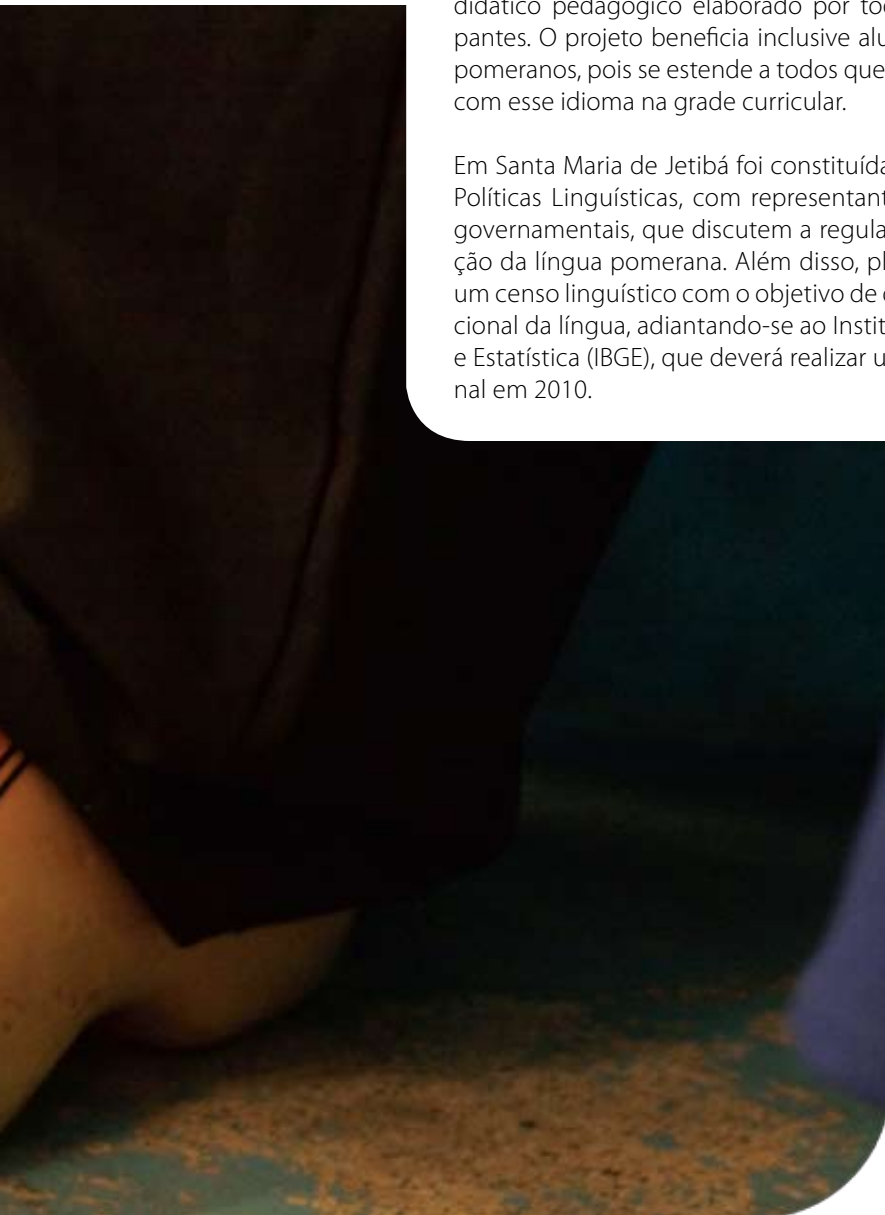
Muitas famílias estão rompendo com a tradição do idioma. Sântia Bausen Küster, de 33 anos, professora e filha de agricultores pomeranos, também teve como língua materna o pomerano e aprendeu o português somente a partir dos 7 anos de idade. Ela tem um filho de 13 anos e uma filha de 6 anos e diz se arrepender de não ter ensinado o pomerano a eles. “O mais velho está doido para aprender, [...] a mais nova teve a oportunidade de estudar a língua pomerana na escola.”

imagem: Humberto Pimentel



Síntia é professora e atua na Secretaria de Educação do município, coordenando o Programa de Educação Escolar Pomerano (Proepo), que valoriza e fortalece a língua e a cultura pomeranas nas escolas. O programa foi implementado em 2005, numa parceria entre cinco municípios: Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas, Santa Maria de Jetibá e Vila Pavão. Cada município tem um coordenador e é assessorado pelos professores que são falantes do idioma. Como ferramenta pedagógica, eles contam com um dicionário pomerano e um livro com vários textos coletados entre o povo pomerano, elaborados pelo antropólogo Ismael Tresman. O idioma ali era passado de geração para geração, mas não havia uma síntese ou uma gramática da língua, apenas tentativas de escrever nesse idioma. Com a criação do dicionário e do livro-texto, a comunidade passou a contar com um valioso instrumento para sua escrita oficial. Uma das próximas etapas do projeto é a publicação de um material didático pedagógico elaborado por todos os municípios participantes. O projeto beneficia inclusive alunos não descendentes de pomeranos, pois se estende a todos que estão inseridos em turmas com esse idioma na grade curricular.

Em Santa Maria de Jetibá foi constituída a Comissão Municipal de Políticas Linguísticas, com representantes governamentais e não governamentais, que discutem a regulamentação e a cooficialização da língua pomerana. Além disso, planeja-se a organização de um censo linguístico com o objetivo de detectar qual a perda geracional da língua, adiantando-se ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que deverá realizar um censo linguístico nacional em 2010.



Detalhe de tambo usado por dançarina pomerana durante a festa anual da comunidade

Com a assessoria do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (Ipol), a comissão elaborou um projeto de lei para a cooficialização municipal da língua pomerana. O projeto foi aprovado pela Câmara Municipal, gerando a Lei nº 1.136/2009, sancionada no dia 7 de julho por Hilário Roepke, prefeito da cidade. Segundo Síntia, no Brasil haviam sido cooficializadas apenas três línguas, todas elas indígenas, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Com a cooficialização, o pomerano é a primeira língua de imigração a ter esse status no país.

A Festa Pomerana de Santa Maria de Jetibá é um rito anual, no qual os pomeranos santa-marienses festejam suas origens, suas identidades partilhadas. Ela proporciona encontros, evoca memórias e resulta em trocas com a cultura brasileira; o reconhecimento oficial da língua pomerana é resultado dessa vivência e constitui um elemento central desse processo de construção da singularidade em terrenos da diversidade.

Rafael Munduruca

Formado em comunicação social/jornalismo, pós-graduando em gestão de projetos culturais pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc), da Universidade de São Paulo (USP). Coordena a Zim Produções, por meio da qual presta serviços de assessoria artístico-cultural para a Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (Facev), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), até 2009. Atualmente, trabalha com a Papagallis no desenvolvimento de redes sociais e educação informal por meio de conversações.

Contato: rafaelmunduruca@gmail.com



Imagem: Luan Barros

Apresentação de dança foim em São Gabriel da Cachoeira

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM) – AS MARGENS DO ALTO RIO NEGRO

Luan Barros

São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, é um dos lugares mais surpreendentes a conhecer no Brasil. Até a cidade, são 850 quilômetros desde Manaus, subindo o Rio Negro em direção à Colômbia. O trajeto pode ser feito em quatro dias de barco ou 3 horas no disputado voo que sai da capital do estado dia sim, dia não. No caminho, a Floresta Amazônica em sua pujante existência. Percorrem-se quilômetros de selva fechada, que deixam maravilhado o viajante que não conhece a magnitude da Amazônia e que demarca a fronteira do novo universo aonde se vai chegar. No primeiro contato com a cidade, encontra-se um centro urbano, onde a maioria dos 30 mil habitantes pertence a, aproximadamente, 20 diferentes etnias. É a comunidade com maior percentual de população indígena no Brasil, com 85% de habitantes indígenas. Diferentes entre si, convivem desde o século XVII com os brancos, entre militares, servidores públicos, membros de ONGs e religiosos.

Já na entrada da cidade, as boas-vindas estão impressas nas três línguas oficiais: tukano, baniwa e nheegatu. Entretanto, o número de línguas faladas na região chega a aproximadamente 20, em razão da diversidade dos grupos que habitam as margens dos rios Negro, Uaupés e Içana. Seu território se estende pelo leito desses rios e vai até as regiões que fazem fronteira com Colômbia e Venezuela. São centenas de comunidades ribeirinhas, marcadas por diferentes sistemas sociais tradicionais e complexos, nos quais descendentes de diferentes etnias e origens linguísticas convivem em uma mesma comunidade. Todas elas, no entanto, travam uma espécie de luta na lida com a sociedade nacional e sua cultura hegemônica. Tensão cultural que se prolonga desde a chegada dos primeiros habitantes não nativos ao local.

A cidade é urbanizada e cresceu muito nos últimos anos, em boa parte devido ao aumento gradativo do contingente militar na região, que conta com diversas bases para a proteção da fronteira e da floresta. A vinda dos militares com suas famílias fez crescer a circulação de dinheiro, beneficiando principalmente os comerciantes. Outro fator que determinou o crescimento da população urbana de São Gabriel foi o fluxo de migração das comunidades indígenas, que saíam de suas comunidades mais afastadas em busca de escola para os filhos, trabalho e alimento. Paradoxalmente, a floresta naquele ponto nunca garantiu a plena sobrevivência aos povos nativos. O Rio Negro tem águas ácidas, devido ao acúmulo de folhas que caem das árvores, e com isso não garante a pesca em quantidade suficiente para alimentar as comunidades. Além disso, o solo ácido reduz as possibilidades de plantio. Sua subsistência depende da agricultura rudimentar, principalmente no cultivo de mandioca. Aos brancos a renda é garantida por salários e empregos, e o acesso ao consumo, que promove uma movimentação no comércio e no mercado imobiliário, também é assegurado. Já aos povos indígenas, além de suas pequenas roças, restam os programas sociais de aposentadoria e Bolsa Família, principais fontes de renda para manter-se.

Imagem: Luan Barros





Festa de São João na Ilha das Flores, em São Gabriel da Cachoeira

Nos últimos anos, o fluxo de migração para a cidade diminuiu em razão de algumas ações empreendidas pelas organizações indígenas. Em 1987 foi criada, pelos próprios índios, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), que teve papel fundamental na regulamentação das terras, em trabalho conjunto com a Fundação Nacional do Índio (Funai), ligada ao governo federal, e o Instituto Socioambiental (ISA), ONG com diversos trabalhos na região do Rio Negro. Com a demarcação das terras indígenas ao norte da cidade e a criação de diversas escolas à margem dos rios, muitas comunidades puderam seguir habitando as áreas distantes. De fato, ainda que os empregos e o acesso a mercadorias tenham influência, a educação sempre foi o principal motivo de deslocamento. A antropóloga Cristiane Lasmar, que estudou a área e seus conflitos culturais por anos, observa o seguinte sobre o processo: “Quanto ao contrafluxo, ou seja, a cultura ocidental subindo o rio [sobre as escolas instaladas nas comunidades ribeirinhas e demais centros de trabalho construídos pelos ‘brancos’], eu o vejo como algo muito positivo, na medida em que permite que os índios façam suas escolhas sobre o que querem absorver da tecnologia dos brancos sem que precisem para isso abrir mão da vida na comunidade, que eles tanto prezam. De outro modo, a única via possível para ter acesso a essas benesses seria a mudança para a cidade. Agora, em que medida essa tecnologia acarretará transformações em seu modo de vida, só o futuro dirá. E cabe a eles gerenciar esse processo”.

A diminuição do fluxo migratório não é o único papel desempenhado pelas escolas situadas nas comunidades ribeirinhas. As lideranças de alguns povos propuseram, para estas, um novo modelo educacional, no qual fossem valorizados os aspectos tradicionais da cultura indígena. O melhor exemplo é a Escola Piloto Tariana, que formou seus primeiros alunos neste ano. Os membros desse grupo étnico temiam pela morte de sua língua e de seus costumes, pois poucas pessoas ainda carregavam esses conhecimentos. Foi idealizado, então, um currículo escolar que priorizasse o ensino na língua tariana e que também incluísse estudos de história e cultura indígena. Com o sucesso do projeto, agora a discussão passa a ser sua ampliação.



Festa de São João na Ilha das Flores, em São Gabriel da Cachoeira

Os problemas são diversos para a ampliação do projeto. Primeiro, porque a nova grade curricular precisa de aprovação do Ministério da Educação, por meio de uma penosa burocracia. Mas também não há consenso dentro da própria comunidade indígena sobre os caminhos a seguir. Madalena Baniwa, que trabalha na Foirn como coordenadora da área de educação, participou da Primeira Conferência Municipal de Educação e relatou que existem muitas dificuldades para a implantação de um plano para o método de ensino nas escolas das comunidades. “Já temos duas escolas piloto funcionando com ensino em língua indígena, mas não conseguimos chegar a um consenso. Por exemplo, ainda há gente, das próprias comunidades, que acha que o ensino deve ser em português, que esse é o caminho para progredir. É difícil, mas ao menos o processo foi iniciado.”

No século passado, os índios viram nas missões salesianas uma saída para compreender a cultura “branca” e assim poder ao menos dialogar com estes. As missões, além de levar parte da cultura ocidental até o alto Rio Negro, demonizaram a cultura local, deixando marcas profundas nas comunidades. Os padres tinham uma postura autoritária e intransigente em relação às bases de sua cultura, especialmente a língua e, claro, a religiosidade. Nas escolas salesianas, os alunos pegos falando sua língua nativa eram castigados publicamente e perdiam pontos. Já nas comunidades, os xamãs e os ritos liderados por estes foram paulatinamente enfraquecidos por outra lógica.

Todavia, os religiosos representam apenas parte da questão no diálogo intercultural. Mais além dos problemas que geraram, principalmente na autoestima da população, existe certa dificuldade natural para o índio encontrar sua posição dentro da ordem “branca”. Sua cultura, oral e dinâmica, tem dificuldades para mesclar-se com conceitos ocidentais, como documentação, burocracia e registro técnico da história.

Apesar da maioria indígena quase absoluta em São Gabriel (estima-se que 85% da população tenha essa origem), apenas em 2008 foi eleito o primeiro prefeito provindo das comunidades. Pedro Garcia e André Fernando (vice-prefeito, formando a única dupla de origem indígena a governar no Brasil), tariano e baniwa, respectivamente, foram eleitos após anos de articulação, que remete à fundação da Foirn. “Os índios desconfiam deles próprios, acham que só quem tem dinheiro pode governar, tem as condições. Foi difícil demonstrar o contrário, ainda que a cidade seja predominantemente indígena. Somos muito imaturos na ordem política dos brancos”, afirma Garcia em entrevista.

O paradigma cultural indígena funciona sob outra ordem e valores, e não há o devido tempo para a integração. Menos ainda para uma junção equilibrada, na qual se preservem os costumes tradicionais. Nesse ponto, os mais bem intencionados projetos podem encontrar resistência, como no caso da implantação de Pontos de Cultura no alto Rio Negro. A proposta para levar internet e equipamentos digitais para a região é muito bem-vista, mas foram encontrados diversos

problemas para sua implantação. Para entrar na comunicação digital, os indígenas solicitaram, muito além de treinamento técnico, tempo para se adaptar à nova linguagem. Sua cultura não é de registros documentais, mas orgânica e oral. Escolher o que documentar, e como, é tarefa que não pode ser realizada no curto prazo. Contar histórias sob essa dinâmica é parte da cultura ocidental. Cristiane Lasmay, em sua entrevista, também aborda esse ponto, lembrando que “os índios são agentes de sua história e possuem suas próprias motivações. Com ética e respeito, o diálogo intercultural só pode ser uma coisa boa. Em geral, essas instituições respondem a demandas dos grupos indígenas. E, mesmo que de fato em alguns casos elas possam propor formatos e usar estratégias de convencimento, se não houver um desejo genuíno dos índios de experimentar esse novo código, tudo cairá rapidamente no esquecimento e os impactos não serão importantes. Do mesmo modo como nós podemos aprender muita coisa com eles. É importante notar que as culturas indígenas se transformam também. Uma cultura rica e complexa, como a dos índios do alto Rio Negro, não se produz de uma hora para outra, ela é resultado de um acúmulo de gerações, interações, trocas, reelaborações. Assim como a nossa, a cultura deles continuará se transformando, quer queiramos ou não. O interessante – e desejável – é que ela se transforme num sentido que atenda às suas expectativas sobre o futuro, garantindo o bem-estar das novas gerações”.

Existe uma boa metáfora para a cultura dos índios, que vem dos sermões de padre Vieira, pioneiro no contato com os nativos brasileiros. Dizia ele que há culturas de mármore e outras de murta. As de mármore são difíceis de moldar, mas, uma vez com forma, faça chuva ou

Prefeito Pedro Garcia

imagem: Luan Barros



sol, mantêm-se sólidas. Já as de murta podem ser moldadas, mas, com o tempo, vão tomando forma própria. A “alma selvagem” do índio é assim, de murta. Por mais que as missões religiosas tentassem moldar aquele povo de acordo com seu paradigma, tudo tomava forma própria, diferente do que tentou esculpir o “jardineiro”.

Por isso, os rituais tradicionais, na prática, seguem existindo, mas foram transportados para as datas de celebrações católicas e adaptados conforme o possível. Alguns pontos seguem, como as danças e o caxiri (bebida fermentada consumida em celebrações indígenas), além da duração das festas por dias a fio. Numa visita à comunidade da Ilha das Flores, que fica ao norte da cidade e com acesso apenas pelo Rio Negro, ficou claro o sincretismo resultante do contato entre as duas culturas. A comunidade, que tem aproximadamente dez famílias de origem baré, festejava o dia de São João. A festa estava cheia, com visitantes de outras comunidades. Mesmo louvando um santo católico, os baré dali passaram três dias celebrando a data com algumas de suas tradições, como o consumo de caxiri, a dança e os rituais, como a derrubada do mastro (foto na pág. 126). A mesma data havia sido celebrada dias antes em São Gabriel, onde os alunos participavam do concurso de quadrilha, típica tradição “branca”. Mas a dança e as representações eram todas adaptadas à sua forma de expressão, tomando uma forma singular, e híbrida, bem diferente da habitual, de origem francesa.

A questão indígena, tão falada mas pouco compreendida, segue aberta. Enquanto poucas pessoas se interessam sobre suas demandas, a cultura segue dinâmica, transformando-se de acordo com o cenário. Não há volta para o que foi perdido, mas seu modo de pensar e sua linguagem, pontos cruciais, seguem orientando os caminhos. Certo é que a escultura tomará forma diferente da que idealizou o jardineiro de padre Vieira. Ser uma minoria num contexto em que representam a maioria é um desafio que inúmeros projetos e processos socioculturais para e com os povos indígenas procuram resolver.

Para saber mais sobre as comunidades de São Gabriel da Cachoeira, a melhor introdução é o mapa-livro *Povos Indígenas do Rio Negro*, editado pela Foirn em parceria com o ISA. Outra boa leitura que trata da passagem dos índios para o mundo dos brancos é *De Volta ao Lago de Leite*, de Cristiane Lasmar.

Luan Barros

Formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas), em 2003, depois de passagem pela Universitat Autònoma de Barcelona. Produz textos, fotografias e documentários. Tem trabalhos que vão desde performances audiovisuais até programas para a TV.

Contato: luanbarros@gmail.com.



imagem: Carlos Taparelli

DI – VERSOS

Marcelo Yuka

Diversos de linguagens, de culturas,
de imagens, de vírus, de micróbios,
ou de gens.

Maturar é não ver fronteiras,
respeitando as belezas
de quem nos tira do lugar.
Habitando em mim mesmo,
só alma que não se curva,
pois é outra estrutura
eternamente procurando a sua.

Digamos que nosso medo seja corporativo,
Corportativado, ou apenas uma pedra atirada no lago.



Mesmo assim, nosso medo maior
É cair para dentro de nós.
De nós numa linha.
De nós num embolo.
De nós em nós.
De nós na imensa bola de meia
Que é o mundo.

Nossa aventura será sempre conhecer
a agricultura de que é formado o homem
Seus simulacros, e seus fatos
No ato de ceder ou não ceder.
Na água que sobra em nós para
A água que falta nos outros...
O mais difícil do certo é admitir
Quando não está certo.
E vice-verso.

Como a mão que faz o muro
pra que os pobres não ganhem a cidade,
e a mão que faz o muro
pra que a planta cresça com maior dignidade.
E vice-versa.

Da dificuldade à neuroplasticidade,
vivemos na verdade
a eterna grande modernidade,
das ciências de baixa tecnologia
que atravessam fronteiras todo dia.
Como um alô, um beijo, um como vai;

Entre a revolta e a obediência,
Crescer com as diferenças e
Crescer pelas diferenças
Será sempre entender que o amor
É a nossa maior forma de inteligência.

Marcelo Yuka

Músico e compositor, um dos fundadores e ex-integrante da banda O Rappa. Atualmente, é dirigente da organização não governamental F.U.R.T.O. Como compositor, suas letras procuram apontar para diferenças sociais vivenciadas no país.

Contato: contato@cinnamon.art.br

INDICAÇÕES DE LEITURA SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL

Fayga Moreira e Paula Ziviani

Hibridismo, multiculturalismo, pluralismo, sincretismos, mediações culturais, deslocamentos, diálogos interculturais, globalização e, principalmente, diversidade cultural são algumas das várias terminologias presentes nos recursos discursivos dos autores do roteiro de leituras proposto. Independentemente da discussão sobre a expressão mais adequada, buscamos apresentar uma abordagem interdisciplinar com base na visão de diferentes estudiosos sobre as relações culturais da sociedade contemporânea.

A cultura entendida não como uma dimensão estável e impermeável, mas como um processo constante de recriação de significados, algo dinâmico, fruto de interações e fluxos no tempo e no espaço. É cada vez mais presente a noção de que a sociedade atual é marcada pela maior proximidade das culturas e pela interconexão de sistemas de significação, sendo imprescindível a compreensão crítica da diversidade cultural e das expressões culturais resultantes desse processo, especialmente em um contexto sociocultural ainda marcado por profundas desigualdades econômicas e desequilíbrio de forças.

Bibliografia básica

Livros

ÁLVAREZ, Vera Cíntia. *Diversidade cultural e livre-comércio: antagonismo ou oportunidade?* Brasília: Editora Unesco e Instituto Rio Branco, 2008. 292 p.

O livro enfoca os diferentes fatores intervenientes na relação entre comércio e cultura. Para tanto, aborda questões como globalização, identidade cultural, crescimento da indústria cultural, relação entre cultura e desenvolvimento e, sobretudo, a importância da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco, na regulação do mercado internacional de bens e serviços culturais.

BARROS, José Márcio (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 161 p.

O livro reúne diferentes olhares em torno dos desafios para a promoção e a proteção da diversidade cultural, resultado de entrevistas, debates e reflexões realizados por ocasião do 2º Seminário Diversidade Cultural, em 2007. Os textos abordam o tema relacionando-o com desenvolvimento humano, educação, políticas públicas e, principalmente, a necessidade de construção de uma sociedade mais igualitária.

BERGER, Peter; HUNTINGTON, Samuel (Org.). *Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 417 p.

A coletânea de artigos do livro oferece reflexão consistente e inovadora sobre o que parece ser o desafio central da sociedade contemporânea: as consequências do processo de globalização e seus estereótipos. Apresenta análises particularizadas por regiões, que tentam explicitar como a "cultura global" é incorporada em diferentes localidades.

BRANT, Leonardo (Org.). *Diversidade cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2005. 203 p.

A coletânea de artigos apresentada no livro aponta caminhos para o desenvolvimento da discussão sobre diversidade cultural. Alguns autores exploram de forma enfática a maneira pela qual a expressão foi esvaziada de sua dimensão crítica e produtiva. Para tanto, os artigos reconstroem o percurso histórico do surgimento do conceito, as apropriações, as transformações e os usos da atualidade.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 400 p.

Os complexos jogos de linguagem são marcas presentes na escrita do autor ao abordar temas

como o deslocamento cultural e o processo contingencial de construção de identidade na sociedade atual. Estão presentes em seu livro discussões e reflexões sobre pós-colonialismo, identidade e nação. Segundo sua visão, a nação não está necessariamente relacionada à unidade, e sim a noções de pluralidade e hibridismo.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. 116 p.

As questões abordadas pelo livro são imprescindíveis para a compreensão da diversidade cultural na atualidade. O autor afirma que o processo de globalização, a migração de pessoas e o intercâmbio cultural sempre existiram; a novidade consiste justamente na velocidade e na escala global em que ocorre a hibridização de culturas. Mais do que hibridismo, a obra fala de traduções e trocas culturais numa perspectiva histórica.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000. 385 p.

Sem se preocupar com a linearidade presente na maioria dos livros – princípio, meio e fim –, o autor faz uso de terminologias como “hibridação” e “desterritorialização” para refletir sobre a problemática da modernidade no contexto da América Latina. Em um formato que se assemelha a ensaio, ele aborda, em sete capítulos, a interculturalidade e as manifestações híbridas presentes na sociedade atual.

CUÉLLAR, Javier P. (Org). *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas–Brasília: Papyrus–Unesco, 1997. 416 p.

Explora as interações entre cultura e desenvolvimento ao afirmar que um projeto de desenvolvimento não pode ser concebido independentemente dos sujeitos aos quais ele se destina. Tal abordagem privilegia a visão humanista em detrimento do desenvolvimento meramente instrumental. O relatório aponta que favorecer o diálogo multicultural é subsídio fundamental para a democracia cultural e a paz social.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 436 p.

O livro apresenta uma compilação de artigos e palestras proferidas por Stuart Hall em torno de questões como o multiculturalismo, os estudos culturais, a diáspora e a cultura popular. Para aprofundar a discussão em torno da diversidade cultural, vale ressaltar o ensaio denominado “A questão multicultural”, em que o autor opera uma crítica a esse conceito, embora conclua tentando resgatar uma nova “lógica política” para o termo, diante do desgaste semântico e simbólico que ele tem enfrentado.

HERCULANO, Antonio; CALABRE, Lia (Org.). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, Coed. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, Secretaria de Políticas Culturais, 2005. 288 p.

O livro nasceu de uma série de encontros promovidos pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, com o objetivo de aprofundar a discussão em torno dos conceitos de identidade e diversidade cultural. Com apresentação do então ministro da Cultura, Gilberto Gil, o livro traz 17 artigos dedicados a historicizar e problematizar, além de discutir os dilemas e as implicações jurídicas e políticas em torno desses temas.

MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Editora Parábola, 2005. 168 p.

O autor busca demonstrar como a ideia da diversidade cultural, bem como do conceito de cultura de um modo geral, esteve atrelada, ao longo da história, a movimentos expressivos que lhe atribuíram diferentes sentidos. Para traçar esse panorama, o livro traz discussões em torno da invenção do mundialismo e da institucionalização da cultura, entre outros. E, por fim, lança um olhar sobre o que o autor chama de “geopolítica da diversidade”.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992. 142 p.

O livro, que recebeu prêmio de melhor livro do ano pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, aborda a relação entre o nacional e o regional no processo de construção da identidade brasileira. Faz uso do exemplo do Rio Grande do Sul e sua própria construção de identidade para analisar a diversidade cultural no país.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 236 p.

O livro aborda os desafios e as perspectivas que a mundialização coloca para a cultura inserida no contexto de uma sociedade global. Em sua visão, a cultura de consumo tem posição de destaque, pois se transformou numa das principais instâncias de definição de comportamentos e valores. O contraponto entre cultura nacional e cultura mundial é visível nos processos de convergência e proliferação da diversidade.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: IEB: Editora Fundação Peirópolis, 2005. 303 p.

A autora busca contextualizar a ideia de socioambientalismo e mostrar a influência desse conceito tanto para o ordenamento jurídico quanto para a cultura, os povos indígenas e quilombolas. Por meio de uma abordagem multidisciplinar, o texto esboça o modo como os compo-

nentes tangíveis e intangíveis da biodiversidade e da diversidade cultural estão intimamente ligados e, portanto, são indissociáveis.

SMIERS, Joost. *Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização*. Trad. Adelina França. São Paulo: Editora Escrituras, 2006. 367 p.

A discussão central do livro trava-se em torno da maneira como as expressões artísticas são essenciais para toda e qualquer sociedade, assim como para o autoconhecimento dos indivíduos, sendo o fundamento da diversidade cultural. Contudo, o autor alerta sobre o perigo que essa pluralidade artística sofre em um processo de globalização em que a diversidade e o respeito às iniciativas locais não são tomados como fatores prioritários para o sistema mundial de livre comércio.

UNESCO. *Informe mundial sobre a cultura, 2000: diversidade cultural, conflito e pluralismo*. Unesco, Editora Moderna, 2003. 416 p.

O livro levanta questões sobre os desafios a ser enfrentados no campo da cultura ao se pensar temáticas como globalização, desenvolvimento, identidade e expressão, diversidade e pluralismo cultural. Com base em pesquisas realizadas, especialistas refletem sobre a evolução do conceito de diversidade e elaboração de indicadores culturais, entre outros pontos.

ZAOUAL, Hassan. *Globalização e diversidade cultural*. Col. Questões da Nossa Época 106. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 120 p.

O livro aponta críticas ao desenvolvimento capitalista e à mundialização das economias. Segundo a visão do autor, a crise desse paradigma ressalta a importância do sentido de pertencimento, no que ele chama de “sítio simbólico de pertencimento” ou “teoria dos sítios”, uma ressignificação do local, em que a valorização da diversidade cultural e da afirmação de identidades e territórios ultrapassa a ideia de um mundo uniforme.

Artigos

BERNARD, François de. Diversité culturelle et dialogue interculturel: confusion ou exigence? In: *Revue Economie della Cultura*, n. 3 (août), Mulino, Bologna, 2008. p. 367-378. Disponível em: <<http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=31562&lan=FR>>.

O autor sustenta que o principal problema da discussão em torno da diversidade cultural é achar que ela pode ser resolvida por meio de soluções fáceis, como declarações, projetos ou convenções, tornando-a ou mero imperativo categórico ou uma ideia generosa, mas desprovida de profundidade. Para que o diálogo intercultural se esquive dessa armadilha, o texto aponta eixos de intervenção prioritários para a atuação da sociedade civil em aliança com a academia e o poder estatal.

BRASIL, Ministério da Cultura. *Dez chaves para entender a Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, adotada pela Conferência Geral da Unesco em sua 33ª sessão, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/10chaves_convencao_1174078892.pdf>.

De forma didática e minuciosa, o texto, elaborado pelo Ministério da Cultura brasileiro, pretende facilitar a compreensão a respeito da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Para tanto, explica o processo de consolidação do documento, seus propósitos, objetivos e modo de funcionamento, bem como apresenta seus precedentes. Em anexo, o texto traz uma seleção de documentos da Unesco relacionados à diversidade cultural.

GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

O antropólogo problematiza a ideia de diversidade ao cotejar os conceitos de “relativismo” e “universalismo”. Amparado no que o autor denomina um “antiantirrelativismo”, o artigo complexifica o debate sobre a diversidade, sustentando que a reflexão sobre tal temática não comporta simplificações e pontos, mas é necessariamente permeada por vírgulas.

KIYINDOU, Alain. Diversidade cultural. In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMENTA, Daniel (Org.). *Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação*. Paris: C&F Editions, 2005. (O livro é licenciado em Creative Commons. A tradução do capítulo está disponível em: <<http://vecam.org/article601.html>>.)

O artigo desenvolve a ideia de que a sociedade da informação reabre as discussões a respeito da diversidade cultural, pois, ao mesmo tempo que permite a manifestação dessa diversidade, coloca-se como uma ameaça ao pluralismo cultural. Para que a sociedade da informação aja a favor da diversidade cultural, o caminho apontado pelo texto é a tomada de medidas por parte do Estado e da sociedade civil organizada que prevaleçam sobre os desígnios puramente comerciais.

MOISÉS, José Álvaro. *Diversidade cultural e desenvolvimento nas Américas*. Mimeo. Brasília: OEA/Ministério da Cultura, 2002. Disponível em: <<http://www.saogabriel.pucminas.br/csociais/diversidadecultural/textos/refelxao1.doc>>.

O texto aborda a relação entre cultura e desenvolvimento e o grande desafio de criar condições internacionais que favoreçam negociações capazes de assegurar o fim dos protecionismos e o desenvolvimento do diálogo intercultural. Ressalta a importância do reconhecimento internacional da diversidade cultural em diferentes âmbitos, sobretudo no processo de comercialização de produtos culturais.

TAKAHASHI, T. Diversidade cultural e direito à comunicação. In: *Pensar Iberoamérica*, v. 6, 2004. Disponível em: <<http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric06a05.htm>>.

O artigo fundamenta-se na discussão de que o ato de comunicar está na base da globalização e é o que sustenta a diversidade cultural. O desafio colocado na sociedade contemporânea para que essa diversidade seja preservada, portanto, é a inclusão digital por meio da democratização do uso das tecnologias comunicacionais para todas as minorias culturais, sociais e linguísticas.

UNESCO. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 485/2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>.

Foi adotada pela Conferência Geral da Unesco, em 2005, e ratificada pelo Brasil, em 2007. Surgiu com base na crença de que bens e serviços culturais são portadores de valores e sentidos; portanto, não são passíveis de submissão às mesmas regras multilaterais do comércio, como outros produtos. O instrumento jurídico internacional orienta as nações na elaboração de políticas para proteger e promover a diversidade de expressões culturais.

YÚDICE, George. Economia da cultura no marco da proteção e promoção da diversidade cultural. New York University, jun. 2007. In: Oficina virtual de economia da cultura e diversidade organizada pelo Ministério da Cultura do Brasil e preparatória para o Seminário Internacional da Diversidade Cultural. Disponível em: <<http://economiadacultura.blogspot.com/2007/06/economia-da-cultura-no-marco-da-proteo.html>>.

O texto aponta indícios para o desenvolvimento da economia da cultura com base nos princípios da diversidade cultural, tal como especificado na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco. O autor levanta a necessidade de desenvolver uma ecologia cultural, pois, assim como no meio ambiente, os recursos da cultura não são apenas para a exploração econômica.

Links

<http://www.observatoriodadiversidade.org.br> – Observatório da Diversidade Cultural

O Observatório da Diversidade Cultural é composto de um site, uma revista eletrônica e a Rede de Observadores da Diversidade Cultural (Rede ODC). Além de servir de plataforma de informações e produção de conhecimentos sobre a temática, trabalha com ações de formação e sensibilização, bem como com a divulgação e a experimentação de novas práticas no campo da diversidade cultural. O ODC insere-se nos esforços e nos desafios mundiais para efetivação da experiência do pluralismo cultural e do diálogo intercultural.

<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/diversidadecultural> – Unesco Brasil/Diversidade Cultural

O site da Unesco apresenta esse link específico para tratar da diversidade cultural. O espaço disponibiliza notícias e documentos, além de uma infinidade de temas e publicações voltados para a temática. Na seção de links, vale ressaltar o site da Global Alliance for Cultural Diversity (Aliança Global pela Diversidade Cultural), movimento tutelado pela Unesco com o propósito de fortalecer as indústrias culturais nos países em desenvolvimento, por meio de incentivo à pesquisa, capacitação e valorização de boas práticas.

<http://www.mondialisations.org> – Groupe d'Études et de Recherches sur lès Mondialisations (Germ)

O site do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Mundialização (Germ) apresenta-se como uma ferramenta e um banco de dados capazes de reunir informações e permitir a veiculação e a produção de conhecimento sobre a mundialização (termo que expande a ideia de globalização, ao levar em conta outras dimensões desse processo além da questão econômica). O site possui um link específico para a diversidade cultural, com rico acervo de informações, documentos e estudos sobre o tema.

<http://www.incd.net> – International Network for Cultural Diversity

Com base na crença de que a globalização está atingindo as culturais locais e tradicionais, foi formada uma rede mundial de artistas e grupos culturais de diferentes países com vistas a minimizar esse impacto. As atividades giram em torno da promoção e da proteção da diversidade cultural, por meio de debates com a sociedade, governos e organismos internacionais, realização de pesquisas e levantamento de informações, entre outras.

<http://www.diversidadecultural.org.br> – DiverCult – Instituto Diversidade Cultural (IDC)

O DiverCult possui como foco de ação estimular a promoção da diversidade cultural e o exercício da cooperação cultural. O site disponibiliza artigos, notícias e indicação de livros e links ligados à temática. É responsável pela Rede Audiovisual Ibero-Americana (Raia), formada por pessoas interessadas no desenvolvimento audiovisual independente nos países ibero-americanos.

<http://www.diversidadeculturalbrasileira.com> – Diversidade Cultural Brasileira

Site organizado pela Coalizão Brasileira pela Diversidade Cultural (CBDC) e pelo Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), com o apoio da Fundação Ford. Disponibiliza artigos, notícias e documentos a respeito da diversidade cultural e é composto, principalmente, de grupos e entidades dos segmentos audiovisual, fonográfico e editorial.

<http://www.cdc-ccd.org> – Coalition for Cultural Diversity (CCD)

Foi fundada em 1998, pelas principais associações do âmbito cultural de Quebec preocupadas com os intercâmbios comerciais oriundos do processo de mundialização, seus efeitos na difusão e na proteção das expressões culturais e consequente restrição à diversidade cultural. Possui, hoje, ligação com diferentes países que têm como princípio a promoção da diversidade cultural como um direito fundamental da humanidade.

Bibliografia complementar

Artigos

GIL, Gilberto. Hegemonia e diversidade cultural. In: *Le Monde Diplomatique*. Edições Mensais, 2007. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2007-01,a1481>>.

Esse breve artigo do ex-ministro da Cultura Gilberto Gil foi preparado, originalmente, para uma conferência no II Fórum Cultural Mundial. O texto é rico por cotejar o binômio diversidade-desigualdade, tecendo uma crítica a um projeto hegemônico e gerador de assimetrias, que reflete, de forma negativa, no acesso concreto à cultura e aos meios de conhecê-la e realizá-la.

GRAIN. Biodiversidad, sustento y culturas. Editorial de la revista *Biodiversidad, Sustento y Culturas*, n. 59, 2009. Disponível em: <http://www.portaldelmedioambiente.com/articulos/4756/biodiversidad_sustento_y_culturas/>.

O editorial apresenta as temáticas abordadas pela revista *Biodiversidad*, de periodicidade trimestral, que visa informar e debater sobre as relações entre biodiversidade e saberes tradicionais voltados para o sustento de comunidades e culturais locais. Trata-se de publicação independente coordenada por diferentes redes com foco na questão ecológica e seus impactos nas culturas latino-americanas.

MARÍN, José. Globalização, diversidade cultural e desafios para a educação. In: *Revista de Educação Pública*, v. 16, n. 30, p. 139-160, jan.-abr. 2007. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED_30/16_globaliz%20divers%20cult.pdf>.

O autor aposta na ideia de que uma perspectiva intercultural aplicada à educação é a saída para a preservação da diversidade cultural e da biodiversidade. Entendendo-as como patrimônio da humanidade, o texto as considera ameaçadas por um processo uniformizante, que teve início na dominação colonial, pós-colonial e que reverbera no atual contexto de globalização.

PINTO, Júlio. Intolerância religiosa e a complexa questão da diversidade cultural. In: Espaço Reflexão, *Jornal de Angola*, s.d. Disponível em: <<http://www.jornaldeangola.com/artigo.php?ID=97392&Seccao=cultura>>.

O artigo aborda momentos da história que foram marcados por atos de barbárie praticados com base na intolerância religiosa e na não aceitação das convicções e dos valores do próximo. A alusão a tais exemplos se faz com vistas a discutir e refletir sobre conceitos como liberdade cultural e democracia contemporânea, pressupostos do pluralismo e da diversidade cultural.

Links

<http://www.culturelink.org> – Culturelink Network

Culturelink é a rede das redes para pesquisa e cooperação em desenvolvimento cultural. Foi estabelecida em 1989, em Paris, pela Unesco e pelo Conselho Europeu. Seu objetivo principal consiste em fortalecer o intercâmbio de informação entre seus membros, estimulando a comunicação internacional e intercultural voltada para o estudo da cultura e sua relação com o desenvolvimento.

<http://www.incp-ripc.org> – International Network for Cultural Policy

A Rede Internacional de Políticas Culturais é um fórum internacional de ministros da Cultura de diferentes países voltada para o intercâmbio de experiências e elaboração de estratégias para promoção da diversidade cultural e linguística. Possui três frentes de trabalho identificadas como prioritárias, sendo elas diversidade cultural e mundialização; radiodifusão no ambiente mundial; e patrimônio cultural.

<http://www.culturalivre.org.br> – Cultura Livre

O projeto Cultura Livre tem por objetivo estabelecer um diálogo entre os países do sul sobre cultura, mídia e propriedade intelectual. É desenvolvido por meio de uma parceria entre a Fundação Getulio Vargas (RJ) e o Link Centre (África do Sul). Possui um espaço específico para reflexão sobre a diversidade cultural, veiculando textos e vídeos sobre o tema.

<http://www.interarts.net/es> – Fundação Interarts – Espanha

A Fundação Interarts é uma agência de prospecção internacional que possui como foco de atuação assessorar no desenho de políticas públicas culturais, contribuir para o desenvolvimento do setor cultural e facilitar a transferência de informação e conhecimento no campo da cultura. Entre outras ações, ela coordena a gestão de projetos internacionais de cooperação para o desenvolvimento.

<http://www.atlasdeladiversidad.net> – Atlas da Diversidade

O Atlas da Diversidade busca, por meio das tecnologias de informação e comunicação, formar um retrato da diversidade cultural de diferentes países e comunidades linguísticas e culturais. Composto de uma rede de escolas e com base no trabalho colaborativo de estudantes, professores e familiares, vem gerando uma base de dados (biblioteca multimídia) e um mapa da diversidade cultural no mundo.

http://www.overmundo.com.br/perfil_blog/boletim-familia – Boletim Família, do site Overmundo

Trata-se de uma rede de notícias, no site Overmundo, a respeito das culturas populares brasileiras. Como o site é colaborativo, a diversidade cultural vem à tona por meio de informações publicadas por pessoas de todos os cantos do país. As postagens não apresentam uma uniformidade de conteúdo ou perspectiva, formando um banco de dados no qual o pluralismo é a tônica.

Fayga Moreira

Mestre em comunicação e cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural e professora do curso de desenvolvimento e gestão cultural vinculado ao programa Pensar e Agir com a Cultura.

Contato: faygamoreira@gmail.com

Paula Ziviani

Mestre em ciência da informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em gestão cultural pelo Centro Universitário UNA e bacharel em filosofia pela UFMG, pesquisadora do programa Pensar e Agir com a Cultura e do Observatório da Diversidade Cultural.

Contato: pziviani@gmail.com

DIVERSIDADE E DIREITOS NA INTERCULTURALIDADE GLOBAL

Néstor García Canclini

O século XX foi o século da ascensão e do fracasso das revoluções contra a desigualdade. Foi também, em um sentido menos épico e com quedas menos estrondosas, o século do reconhecimento da diversidade. Houve um avanço na aceitação da pluralidade étnica, das diversas opções de gênero, das primeiras formas de cidadania multinacional ou da possibilidade de uma pessoa ter várias nacionalidades (por exemplo, na União Europeia e no Mercosul). Da mesma forma, em alguns países e cidades conseguiu-se que muitos grupos diferentes convivessem com certa legitimidade.

Entretanto, esses passos não parecem ser suficientes para tornar o mundo mais habitável. Nossos objetos de análise mudaram: passamos da diversidade como riqueza para a interculturalidade como desordem. O século XXI começa com perguntas sobre como melhorar o convívio com os demais e, se for possível, não somente admitir as diferenças, como também valorizá-las ou hierarquizá-las sem cair em discriminações.

Existem diversos modos de colocar no centro da contemporaneidade os processos interculturais. Entre eles, recorro aqueles que tiveram mais repercussão. O primeiro é o “choque de civilizações”, fórmula difundida em 1993 por Samuel Huntington em um artigo da revista *Foreign Affairs* e que depois foi empregada em um livro, que tem o inconveniente de selecionar um tipo de interculturalidade e fazer sua leitura condicionada pelos interesses da política externa norte-americana.

A segunda fórmula, “diálogo de civilizações”, foi proposta em 2001 por Muhammed Jatami, então presidente da República Islâmica do Irã, e depois adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Posteriormente, foi reelaborada pelo chefe do governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, como “aliança de civilizações” no âmbito da 59ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2004. Sua ressonância nos altos níveis intergovernamentais evidencia a intensidade das novas tensões que tornam o mundo ingovernável. Porém, sejam eles como choque, diálogo ou aliança, esses discursos deixam muitas perguntas sem resposta. Uma de suas limitações é que a complexidade dos processos interculturais não se esgota em enfrentamentos ou negociações políticas.

As ciências sociais estão reconhecendo a necessidade de transcender o estudo da diversidade e a consequente proposta política de uma pluralidade baseada no relativismo para examinar como convivemos, como nos fundimos ou nos diferenciamos, ou seja, como desenvolvemos as nossas sociedades mais como interculturais do que como multiculturais. A interculturalidade tem o benefício de oferecer um conceito mais neutro para descrever o que acontece quando agentes sociais interagem com formações culturais diferentes. Por isso, esse conceito é escolhido por muitos antropólogos interessados em conhecer e compreender os fatos antes de se apressar em interpretá-los como choques ou oportunidades para fazer alianças.

Não obstante, a bibliografia antropológica sobre interculturalidade, apesar da abundância de etnografias cuidadosas, suscita insatisfação pelo modo como restringe os campos de análise: ao questionar sobre o intercultural, por que quase sempre se privilegiam as relações entre etnias e entre nações? Na América Latina, os estudos se concentram nas relações entre povos indígenas ou afro-americanos ou entre suas organizações e os Estados nacionais. Mais ainda: dentro desse universo delimitado, escolhem-se as relações de discriminação, os grupos minoritários ou as religiões não hegemônicas. A noção de interculturalidade prolifera e são publicados estudos e manuais sobre “educação intercultural”, “cidadania intercultural”, interculturalidade e saúde e direito, porém quase unanimemente referentes aos indígenas e a grupos precarizados.

Há poucos anos, os processos de interculturalidade começaram a ser reconhecidos entre os sistemas econômicos, nos negócios globalizados, nas comunicações midiáticas e nas relações políticas internacionais. As questões interculturais também atraem outras disciplinas: os estudos comunicacionais e organizacionais, a sociologia política e até a própria economia.

A antropologia foi a primeira ciência social que se ocupou dos outros distantes, e depois dos diferentes, minoritários e subalternos na própria sociedade. Quando uns e outros foram se modernizando ou mudando, foram sendo descartadas as tradições ou as resistências locais ao que era inovador. De forma que a antropologia é uma disciplina com longo treinamento para estudar processos de aculturação, de transculturação e as zonas de contato entre culturas, porém com predomínio do que acontece nas interações locais e de pequena escala.

Os modos atuais da diversidade

A relação entre cada cultura e um território específico, sem desaparecer, está sendo alterada pelos deslocamentos de massas de imigrantes, exilados, turistas e outros viajantes, assim como pela crescente interdependência de cada sociedade e muitas outras, próximas e distantes, propiciadas pelas indústrias comunicacionais.

Até poucas décadas atrás, os chineses estavam na China, os japoneses no Japão, os bolivianos na Bolívia e os mexicanos no México. Agora, os chineses e os japoneses, assim como seus produtos, percorrem todos os continentes. A segunda cidade boliviana em volume de população é Buenos Aires, e Los Angeles é a segunda cidade mexicana. Ainda no final do século XX, o fundamentalismo islâmico preocupava, no Ocidente, somente especialistas em religiões e alguns políticos: os ataques terroristas em Nova York, Londres e Madri tornaram evidente para os norte-americanos e os europeus que a interculturalidade com os milhões de asiáticos e africanos que vivem em suas sociedades era mais complexa do que a registrada nos ocasionais conflitos de bairro ou na disputa sobre o uso de véu nas escolas francesas.

No final de 2006, Ulrich Beck escreveu:

Pela primeira vez na história, todas as pessoas, os grupos étnicos e religiosos e as populações têm um presente comum: cada povo se tornou vizinho imediato de outro e os abalos em uma parte do globo terrestre se propagam em grande velocidade para o conjunto da população do planeta. Porém, este presente fático e comum não se baseia em um passado comum nem garante de nenhuma forma um futuro comum. Precisamente porque o mundo está “unido”, mesmo sem querer, sem escolher isso e sem aprová-lo, de repente as contradições entre as culturas, os passados, as distintas posturas e as religiões se tornam patentes.

Um pouco depois, chegava a esta conclusão: “Nem os sonhos dos humanistas, nem as ideias dos filósofos, nem mesmo a atividade política levaram a essa ‘união’ da humanidade. Nesta comunidade de vizinhos que compartilhamos todos misturados, os vizinhos se veem a si mesmos como estranhos, incompreendidos e ameaçados”.

Foram feitas muitas pesquisas com a preocupação de conhecer o local e o tradicional para resgatá-lo ou, se a diversidade fosse descrita, para reproduzi-la como multiculturalidade, ou seja, como unidades separadas que deveríamos valorizar inspirados pelo relativismo cultural. Agora, perguntamo-nos como estamos transitando “do multicultural para o intercultural”.

Sob as concepções multiculturalistas, que prosperaram nas últimas décadas do século XX, admite-se a “diversidade” de culturas, destacando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito que às vezes reforçam a segregação. Por outro lado, interculturalidade remete à confrontação e à mistura entre sociedades, ao que acontece quando os grupos entram em relações e intercâmbios. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: “multiculturalidade” implica aceitação do heterogêneo; “interculturalidade” implica que os diferentes se encontram em um mesmo mundo e devem conviver em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos.

Sabemos que a diversidade não se apresenta somente porque distintos setores da sociedade escolhem se desenvolver de formas diferentes, mas também porque tiveram oportunidades desiguais de acesso aos bens. Em suma: há “diferenças” de caráter étnico, linguístico, de gênero, de idade, que não necessariamente estão condicionadas pela desigualdade e há outras diferenças provocadas pela “desigualdade” nas interações entre diferentes.

Uma autora argentina, Ana Maria Fernández, analisou o que chama de “diferenças desiguais” para descrever a construção de diferenças dentro de dispositivos de poder: de gênero, de classe, de etnia ou geopolíticos. Isso implica duas questões:

- não se constitui primeiro uma diferença e depois uma sociedade injusta desigual;
- não se trata de descrever diferenças ou desigualdades, mas sim de realizar o trabalho de elucidação de categorias hermenêuticas que possa vislumbrar e enunciar a produção-reprodução dos dispositivos biopolíticos que configuram em um mesmo movimento essa diferença e essa desigualdade.

Não basta contar os pobres e falar da pobreza, descrever as características culturais de uma comunidade subalterna ou relevar especificidades das mulheres, mas sim “diferenças desiguais” para dispositivos biopolíticos que constroem as identidades dessa forma desigual. Tornar visíveis as múltiplas redes de domínios e sujeições dos subalternos e dos dominantes nas construções de suas identidades como diferenças desiguais (Fernández, 2009, p. 26).

Ambas as formas de diversidade – as que existem historicamente entre culturas e as geradas pela desigualdade socioeconômica – são afetadas pelos procedimentos que eu chamaria de funis midiáticos: a variedade de estilos e formas de interação e convivência das culturas se reduz à medida que é capturada pelos meios. A pluralidade sociocultural foi antes homogeneizada pelas políticas de unificação ou mestiçagem dos Estados nacionais. Agora sofre um reducionismo maior, proporcional ao grau de concentração monopólica das indústrias editoriais e audiovisuais, das empresas jornalísticas e das *majors* musicais transnacionais. No momento em que as ciências sociais e as políticas culturais de muitos Estados reconhecem a heterogeneidade, esta é selecionada e empobrecida mediante o que José Jorge de Carvalho chamou de políticas de “equalização intercultural” (Carvalho, 1995), como a que se apresenta na música do mundo, ou world music.

Em nossa agenda atual aparecem dois tipos não tradicionais de interculturalidade: a) os intercâmbios transnacionais intensificados pelas migrações, o turismo e outras viagens; b) os confrontos entre culturas letradas e digitais dentro de uma mesma sociedade e a subordinação da diversidade de línguas, oralidades e escritos à sua equalização midiática transnacional.

Em décadas recentes, a expansão de migrações e exílios gerou uma vasta literatura científica ou narrativa, além de trabalhos artísticos, que incitaram a construir uma teorização globalizada. O pensamento pós-moderno consagrou o nomadismo como um traço da contemporaneidade e alguns sociólogos e antropólogos aderiram com uma reflexão que amontoava os desterrados, as vagabundagens, as migrações, os tribalismos urbanos e as navegações pela internet, esquecendo as peculiaridades de cada um. Do que se está falando quando se exalta indiferenciadamente o “nomadismo” de turistas, estudantes, empresários, imigrantes legais como se fossem semelhantes aos indocumentados, exilados e buscadores de experiências surpreendentes em outras terras? A antropologia também foi permeável a essa exaltação do nomadismo. Alguns atores colocam as viagens, mais do que as identidades e as culturas locais, como objeto do trabalho etnográfico. James Clifford escreveu que “o normal já não seria perguntar ‘De onde você é?’, mas sim ‘De onde vem e para onde vai?’” (Clifford, 1999, p. 53).

Essa perspectiva corre o risco de cair em um cosmopolismo abstrato quando idealiza o poder libertador de qualquer deslocalização. Olhar o mundo como se o mais habitual fosse se mudar é algo exagerado quando lemos relatórios como o da Comissão sobre População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas de 2006, que registra 191 milhões de imigrantes, mais do que uma década antes, porém apenas 3% da população mundial: “o planeta nômade”, afirma a demógrafa Gildas Simon, “sobre o qual realmente as pessoas se deslocam e circulam cada vez mais rápido, com um custo globalmente decrescente, está de fato povoado por sedentários, e a imagem de um mundo atravessado por ondas migratórias incontrolláveis está destinada à grande loja dos clichês” (Simon, 1999, p. 43).

Para destacar a importância das especificidades de cada caso, tomarei como exemplo um dos processos migratórios mais bem estudados, o dos mexicanos que vão para os Estados Unidos. As estatísticas oficiais registram aproximadamente 12 milhões de mexicanos vivendo nesse país, embora a instabilidade das migrações temporárias, o número de indocumentados e a soma dos norte-americanos de origem mexicana que mantêm vínculos com o México elevem algumas estimativas até 23 milhões. Os estudos se concentraram durante décadas nas razões socioeconômicas de saída do México (desemprego, diferenças salariais de uma a sete vezes em comparação com os trabalhos agrícolas, industriais e serviços norte-americanos), na insegurança

rança social e nas lutas dos migrantes por direitos nos Estados Unidos, assim como nas medidas repressivas desse país, desde os muros fronteiriços até a discriminação violenta. O espetacular aumento recente das remessas econômicas enviadas pelos migrantes ao México, que chegaram em 2006 a 25 bilhões de dólares, destinadas quase totalmente ao sustento dos lares no país de origem, evidenciou que a migração não era uma decisão individual, mas sim uma estratégia familiar: ao enviar para o exterior vários membros, quase sempre os mais jovens, as famílias diversificam suas fontes de renda e possibilitam a uma parte do grupo continuar no México.

Porém, os migrantes não somente enviam dinheiro, como também enviam informação, trocam experiências nas duas direções e estabelecem “comunidades transnacionais” constantemente comunicadas (Besserer-Kearney, 2006). Fala-se agora das “remessas culturais”: além de enviar dinheiro dos Estados Unidos, também enviam para suas famílias no México equipamentos de música e vídeo, televisores, aparelhos eletrodomésticos e roupas da moda; do México levam para a Califórnia, o Texas, Chicago e Nova York comida, música gravada, vídeos de festas e cerimônias familiares. Como afirma Lourdes Arizpe, dos Estados Unidos trazem ao México “bens de prestígio e sinais de sucesso”, emblemáticos da alta modernidade; do México levam para o norte objetos e mensagens representativas de afetos tradicionais, de solidariedade e reafirmação comunitária (Arizpe, 2006).

Nesse intercâmbio, configuram-se práticas biculturais que fazem com que estéticas diversas coexistam. Também persistem diferenças entre as culturas que interagem, não somente entre mexicanos de um lado ou norte-americanos do outro: a pesquisa particular de cada grupo revela uma enorme diversidade, modos de encontro e conflitos distintos no caso dos índios mixtecos que vão para a Califórnia, famílias de Puebla para Nova York ou habitantes de Zacatecas para diversas regiões dos Estados Unidos. As experiências e os conflitos dos migrantes não podem ser comparados aos intercâmbios rápidos ou protegidos de turistas, empresários ou viajantes new age.

O segundo tipo de interculturalidade que quero examinar é o que ocorre dentro de uma mesma sociedade e ao mesmo tempo em escala global, devido aos intercâmbios e às contradições entre as culturas letradas e as digitais. Os antropólogos começaram a incluir na análise da modernização dos grupos indígenas ou tradicionais o papel das indústrias culturais, quase sempre encaminhando essas “influências” midiáticas para contextos locais. No início do século XXI se multiplicaram os episódios de mal-entendidos ou incompreensão intercultural, como as vinhetas sobre Maomé e a guerra inteira entre os Estados Unidos e o Iraque, que poderiam ser analisadas sob essa ideia.

Aqui eu quero me aprofundar em outro tipo de contraste intercultural: o que ocorre na migração do analógico para o digital, que engendra um novo tipo de estraneidade – a dos adultos formados na cultura letrada diante dos jovens nativos no mundo dos computadores, da internet e dos iPods. É um fenômeno que pode ser localizado dentro de uma tendência maior: a passagem de uma economia baseada em produtos materiais para uma centrada em conhecimentos. Além disso, a desmaterialização do processo produtivo está associada a uma parcial indiferença frente às demarcações geográficas, econômicas e políticas. Desmaterialização e desterritorialização. Não obstante, nessas cenas deslocalizadas, continua sendo empregada uma linguagem territorial: fala-se de “nativos (digitais)” e “imigrantes (letrados)” (Winocur, 2006). Os jovens que amanheceram com a televisão, o computador e a internet, os nativos multimídia, fazem com que aqueles que se desorientam a cada avanço tecnológico se sintam estrangeiros; pais que pedem ajuda a seus filhos diante de uma ignorância digital, professores e escritores que se refugiam na cultura de papel diante dos desafios da cultura.com. Nós que tentamos entrar no novo mundo devemos aprender uma segunda língua, experimentamos as velhas habilidades como inferiores, tentamos traduzir o conhecido para o que acabamos de conhecer: lemos o manual antes de usar o programa, imprimimos o e-mail para lê-lo e confirmamos seu recebimento por telefone.

As novas formas de interatividade a distância e de integração de hábitos culturais, que aproximam mais os jovens das sociedades distantes do que os adultos de seu próprio país, confrontam-nos com cenas tão desafiantes quanto as relações interétnicas, porém de outra forma. A comunicação digital, principalmente a de caráter móvel nos celulares, proporciona simultaneamente interatividade interna e deslocalização, conhecimentos e novas dúvidas. O caráter da comunicação sem fio modifica as formas antes separadas de consumo e interatividade ao combiná-las em um mesmo aparelho: o celular permite organizar reuniões presenciais, substituí-las, enviar e-mails, mensagens instantâneas, lê-los ou escutá-los, conectar-se à informação e ao entretenimento em textos e imagens, armazenar ou descartar a informação e o histórico de encontros pessoais. A digitalização aumenta os intercâmbios de livros, músicas e espetáculos e está criando redes de conteúdos e formatos que combinam culturas diversas.

O que é necessário saber agora para ser cidadão

A passagem de um mundo de diversidades localizadas em territórios diversos para esta etapa de intensa interculturalidade global exige a revisão das antigas políticas do pluralismo cultural e que nos perguntemos como devem agir a escola e a mídia para formar outro tipo de cidadão. Não basta conhecer a realidade do próprio país, e o que recebemos como informação não procede principalmente de livros, jornais e revistas. As tecnologias digitais, a globalização e a informalização da vida social e política estabelecem um novo cenário.

Há três anos, em um artigo do jornal *El País*, foi publicada uma enquete entre jovens estudantes espanhóis: perguntaram-lhes o que veio primeiro, se o Império Romano ou a Revolução Francesa. Mais da metade dos alunos respondeu: “A Revolução Francesa”. Fiz a mesma pergunta a estudantes mexicanos e, novamente, mais da metade respondeu que a Revolução Francesa tinha sido antes ou ficou em dúvida.

É inegável a importância desses dois antecedentes do nosso direito e da nossa cidadania modernos. Porém, nós professores temos a mesma capacidade de explicar a nossos estudantes os acordos de livre comércio entre os países europeus, latino-americanos e destes com os Estados Unidos, o que significariam para nossa agricultura e indústria, como geração e perda de empregos, na ampliação ou na retração da cultura e as comunicações da nossa sociedade?

As diferenças geracionais entre professores e alunos não se manifestam somente no manejo de conteúdos informativos, mas também nos estilos de acesso e uso da informação. Quando queremos preparar um trabalho, procuramos a informação em livros, revistas ou na internet?

Voltemos à necessidade de conhecer o passado para agir no presente. Por que damos importância ao fato de que o Império Romano foi anterior à Revolução Francesa? Em parte por uma exigência de rigor no conhecimento histórico e também porque supomos que houve evolução de um acontecimento para outro, por isso estaria em jogo o sentido contemporâneo da organização social e da cidadania.

Entretanto, dois processos tendem a enfraquecer a relação com a história. Um é a maior dependência de nossas condutas e decisões do sincrônico do que do diacrônico pela reestruturação tecnológica, econômica e cultural da ordem social. O outro fator é que, enquanto as sociedades se reorganizam para nos tornar consumidores do século XXI, a redução de benefícios sociais e a concentração das decisões em herméticas elites tecnocráticas fazem com que voltemos a ser cidadãos do século XVIII: somos consumidores globalizados; porém, somente se nos permitirem ser cidadãos do local. Às antigas formas de pluralismo – e possível desintegração sociocultural –, originadas pelas diferenças econômicas educacionais e pelos processos migratórios, agora são acrescentadas outras.

Isso tem consequências sobre a valorização do tempo histórico e a desintegração das sociedades pela informalização. Quero analisar esse percurso até um presente efêmero, tal como aparece em estudos sobre culturas juvenis. Eu me apoiarei em alguns resultados da Enquete Nacional de Juventude realizada no México em 2005, que mostra resultados semelhantes aos de outras sociedades. Uma das provocações utilizadas pelos entrevistadores foi a frase “O futuro é tão incerto que é melhor viver cada dia”. A metade dos entrevistados disse que compartilha o sentido dessa afirmação, e o maior número de desiludidos com o futuro estava nas zonas rurais (65,9%) e nas camadas baixas (54,5%).

É comum ver esse “presentismo”, ou perda do sentido histórico e utópico, em conexão com os traços estilísticos da sensibilidade midiática: o predomínio dos filmes de ação e de efeitos relampejantes sobre as narrativas de longo prazo; a intensidade da comunicação instantânea possibilitada pela internet e pelos telefones celulares; a obsolescência planejada dos produtos e das mensagens; a fugacidade das modas, da informação e das comunicações nos chats.

Sem dúvida, a gestão midiática e mercantil do tempo empobrece a experiência do passado e as fantasias sobre o futuro, subordinando-os ao presente. Porém, os materiais dessa enquete revelam que a preferência – ou a resignação – por “viver o presente” tem suporte nas condições básicas de vida das novas gerações. Não é coerente a supervalorização do instante naqueles que devem aprender, mais do que em qualquer etapa anterior, que os trabalhos são precários e às vezes reduzidos a oportunidades “eventuais”? São os jovens que experimentam mais severamente a instabilidade profissional e a exposição a riscos pouco previsíveis. Quando conseguem durar em uma empresa, é exigido que eles sejam flexíveis e renovem incessantemente a qualificação técnica. Se tiverem êxito e quiserem investir, ou se compreenderem que o futuro de seus empregos está ligado não tanto à lógica da produção e às necessidades sociais, mas sim à vertigem da especulação financeira, também são constantemente levados a perder a crença nas estruturas e nos processos de longa duração.

As dificuldades para conseguir trabalho, a fragilidade dos empregos e a deserção escolar levam à desesperança no tocante ao que pode ser obtido da esfera pública regida por leis. Os jovens conseguem trabalhar “por meio de um amigo” (31,6%), porque um familiar os contrata ou consegue algo para eles (37,1%). Uma alta porcentagem dos jovens não acredita na participação política, aprova a sonegação de impostos e “fazer justiça com as próprias mãos”, já que as autoridades não castigam os culpados.

Se os recursos para sobreviver ou prosperar são obtidos usando os mapas informais da vida social, não surpreende encontrar condutas semelhantes nos usos de seu dinheiro para consumir. Está se tornando “normal” acessar os bens materiais e simbólicos apelando para as vias ilegais ou ao menos não incluídas na organização “oficial” da sociedade. Os mercados informais fornecem os bens necessários e desejados em porcentagens muitas vezes maiores do que as lojas formais e os shoppings. Música, roupas, livros e filmes são mais baratos nos postos de vendas piratas e pela internet.

O que significa se emancipar

Os jovens das classes média e alta têm mais autonomia pessoal, acessos intensos e flexíveis à informação e ao entretenimento mais diversificado, interatividade midiática e possibilidade de se independentizar dos mais velhos. Eu li em uma pesquisa espanhola que há 20 anos os pais controlavam 90% do lazer de seus filhos; porém, agora não sabem o que eles fazem na maior parte do tempo. Talvez as tecnologias de uso personalizado sejam hoje o principal recurso de emancipação dos jovens.

Antes os jovens se tornavam independentes por meio do trabalho, do estudo e do casamento.

Esses três âmbitos implicavam modos de participar da sociedade e agir como cidadãos na relação com a produção, o conhecimento, a vida familiar e a reprodução da organização social. Agora, para muitos, as vias preferenciais são a conectividade e o consumo.

No comportamento dos jovens se manifesta uma reorganização radical do que vínhamos entendendo por modernidade. Vemos o aumento da informação e das interações com baixa integração social, a aceleração das mudanças com empobrecimento das perspectivas históricas no tocante ao passado e ao futuro, a combinação sistêmica de recursos formais e informais para satisfazer necessidades e desejos em escala individual ou grupal. A fascinação pelo acesso e os intercâmbios ganham da memória e da projeção para o futuro. Como consequência, diminui o papel da institucionalidade organizada pela primeira modernidade – as escolas, os partidos políticos, a organização legal e a continuidade do espaço público – em benefício dos arranjos transitórios, da apropriação flexível de recursos heterogêneos no mercado de trabalho e nos consumos.

Por um lado, encontramos mais interesse pela diversidade e pela inovação momentâneas do que pela estabilidade e pela ordem. Por outro, essa decomposição da institucionalidade moderna se manifesta no predomínio dos arranjos informais e dos recursos ilegais nos arranjos cotidianos. A noção de informalidade, que nasceu há quatro décadas para tratar das irregularidades e das explorações sem regras nos mercados de trabalho e que agora vemos operando no campo do consumo, é necessária para compreender também outras áreas da vida social. Por exemplo, a “política”, em que encontramos uma convergência entre o crescimento de procedimentos informais ou ilegais (corrupção, clientelismo, negociações ocultas, vídeos que revelam esses atos na mídia mais do que na Justiça ou em instituições formais) e o descrédito dos partidos e de outras instâncias de gestão formal da vida pública nacional (política, sindical e judicial).

As novas condições do acesso tecnológico a uma informação centrada no presente e os processos de informalização social são condições ambivalentes na reconfiguração da cidadania. Se nos anos 1990 os estudos sobre sociologia política e da comunicação descobriram a importância da videopolítica, agora devemos prestar mais atenção em outros modos de informar-se, comunicar-se e participar socialmente situados nas novas cenas digitais da cultura. Assim como as políticas culturais já não podem ser somente gutemberguianas, indiferentes aos lugares e aos meios onde a maioria se informa e se entretém, não é possível centrar o debate na diversidade e a democratização social somente na comunicação escrita e tampouco na manipulação televisiva.

Obviamente, não quero incorrer em uma idealização fácil da cibercidadania como solução mágica para a perda de representação dos partidos políticos e criadora de solidariedades horizontais. Em algumas ocasiões, a comunicação alternativa por e-mail ou celular serviu para organizar reuniões contra as cúpulas globalizantes ou contra penas de lapidação impostas a mulheres na África. A contrainformação por celulares entre centenas de milhares de cidadãos conseguiu desautorizar a manipulação do governo e da mídia em vários países, assim como convocar manifestações maciças de participação democrática. Porém, as máfias do narcotráfico também organizam de dentro das prisões, por meio de celulares, sequestros e ataques urbanos em São Paulo, Rio de Janeiro, México D.F., Tijuana e em dezenas de cidades latino-americanas.

Para concluir, direi que é necessário ir além das concepções políticas da diversidade centradas nas diferenças pessoais, étnicas e nacionais. Nas declarações de órgãos governamentais do ocidente moderno, os direitos culturais costumam se concentrar no desenvolvimento de potencialidades pessoais e no respeito às diferenças de cada grupo: “proteção do idioma, da história e da terra próprios” (Cepal-IIDH, 1997, p. 37). Os “direitos socioeconômicos” se associam geralmente com o direito ao trabalho, à Previdência Social, à alimentação, à educação, à moradia e com a equidade no acesso a esses bens. Certos estudos, como os da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), ampliam a noção de “direitos culturais”, mostrando que a valorização das di-

ferências deve ser complementada com o que chamaremos de “direitos conectivos”, ou seja, “a participação na indústria cultural e nas comunicações”. O direito à diferença é analisado juntamente com os direitos à integração e à equidade, com “a participação relativa nas diversas redes de intercâmbios” (Ibid., p. 38).

Talvez os assuntos da diversidade, do desenvolvimento e dos direitos humanos possam soar atrativos para as novas gerações se formos capazes de imaginar a cultura como algo mais do que um portfólio comercial do Google, de cinco ou seis editoras e de duas ou três gravadoras, interrompidos pelo surgimento de vídeos clandestinos nas telas do YouTube. Talvez as palavras “cultura”, “diversidade” e “pluralismo” estejam reinventando sua expressividade em outras construções de sentido, cujo poder depende do que acontece com os direitos intelectuais dos criadores e os direitos conectivos das audiências.

Néstor García Canclini

Professor da Universidad Autónoma Metropolitana do México, pesquisador emérito do Sistema Nacional de Investigadores no mesmo país e autor de diversos livros, entre eles *Culturas Híbridas, Diferentes, Desiguais e Desconectados* e *Consumidores e Cidadãos*. Nos últimos anos, seus temas de estudo são os novos hábitos culturais e as relações entre estética e antropologia.

Contato: drngc197@hotmail.com

Referências bibliográficas

ARIZPE, Lourdes. *Mexicanidad, migración y globalización, retos culturales de México frente a la globalización*. México: Porrúa-Cámara de Diputados, 2006.

BECK, Ulrich. Por qué se equivoca Huntington. In: *El País*, Espanha, 21 dez. 2006.

BESSERER, Federico; KEARNY, Michael. *San Juan Mixtepec, una comunidad transnacional ante el poder clasificador y filtrador de las fronteras*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, colección de estudios transnacionales, 2006.

DE CARVALHO, José Jorge. Las culturas afroamericanas en Iberoamérica: lo negociable y lo in-negociable. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor (Coord.). *Iberoamérica 2002*. Diagnóstico y propuestas para el desarrollo cultural. México-Espanha: Santillana-OEI, 2002.

CEPAL-IIDH. *La igualdad de los modernos*. Reflexiones acerca de la realización de los derechos económicos, sociales y culturales en América Latina. Costa Rica: Cepal-IIDH, 1997.

CLIFFORD, James. *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1999.

FERNÁNDEZ, Ana María. Las diferencias desigualadas: multiplicidades, invenciones políticas y transdisciplina. In: *Nómada*, abr. 2009, n. 30, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos-Universidad Central, Bogotá, p. 22-33.

SIMON, Gildas. Les mouvements de population aujourd'hui. In : DEWITTE, Philippe. *Immigration et intégration l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1999.

WINOCUR, Rosalía. Procesos de socialización y formas de sociabilidad de los jóvenes universitarios en la red. In: SUNKEL, Guillermo (Coord.). *El consumo cultural en América Latina*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2006.

DESAFIOS POLÍTICOS DA DIVERSIDADE

Jesús Martín-Barbero

Novos contextos e sentidos da diversidade

As relações do Estado com a cultura estão crescentemente mediadas pelo que a “redução do Estado”, postulada pela política neoliberal, implica em termos de redução dos recursos econômicos públicos e pela tendência estatal de cortar aqueles destinados à cultura, por não considerá-la prioritária no plano das demandas sociais nem estatisticamente significativa para os interesses eleitorais.¹ Por outro lado, a multiplicação de governos neopopulistas desenha um futuro de políticas culturais implosivas, de retorno ao patrimonialismo e ao paternalismo, ao dedicar os poucos recursos que deveriam ser destinados à cultura a atividades mais “conservadoras”, ou seja, a esperar artificialmente as práticas e as expressões culturais apoiadas pelas mudanças que a sociedade atravessa e condicionar seu apoio à legitimação de um nacionalismo

¹ DUEÑAS, J. Ruiz. *Cultura, para qué*. Un examen comparado. México: Oceáno, 2000.

antiquado e excludente para com a heterogeneidade cultural dos nossos países. E, refugiado em um “patrimonialismo do passado”, o conservantismo cultural populista irresponsavelmente deixa para o mercado tudo o que culturalmente signifique inovação e riscos.

Porém, diante do conservantismo dos Estados, que esquizofrenicamente professam uma concepção populista da identidade nacional e ao mesmo tempo um pragmatismo radical na hora de inserir-se nos processos de globalização tecnoeconômica, “as sociedades” latino-americanas, por sua vez, se divorciam fortemente desse Estado, estimulando processos que seguem uma direção totalmente contrária: aquela que, sem esconder os riscos e as contradições do presente, assume-os, pois somente com eles pode-se construir o futuro. Há demonstrações evidentes disso nas comunidades indígenas, em seus processos de “apropriação” das mudanças que se manifestam nas festas ou nos artesanatos, e por meio dos quais as comunidades se apropriam de uma economia que as agride, ou de uma jurisprudência que as padroniza, para continuar traçando pontes entre suas memórias e suas utopias: aí está a diversificação e o desenvolvimento da produção artesanal em uma evidente interação com o desenho moderno e com certas lógicas das indústrias culturais. Outra demonstração disso é a crescente existência de emissoras de rádio e televisão programadas e geridas pelas comunidades e nas quais a produção própria dialoga com produções baixadas de outras que também já estão presentes nas redes de internet. Ou, ainda, a vida cultural dos jovens das comunidades urbanas que respondem a novos modos de “estar juntos” e cujas culturas, expostas e até ligadas às indústrias culturais da televisão, do disco ou do vídeo, não podem ser ignoradas ou subestimadas, já que é nelas que encarnam os novos modos de perceber e de narrar a identidade.

A América Latina emerge hoje na “vida cultural”² de suas sociedades – desde as indígenas até as juvenis urbanas –, ao transformá-la em um contexto crucial de recreação do sentido das coletividades, de reinvenção de suas identidades, de renovação do uso de seus patrimônios, de sua reconversão em recurso econômico e em espaço de articulação produtiva do local com o global. Ainda em meio aos mais brutais processos de recessão econômica, de iniquidade e exclusão, nossas sociedades também vivem do seu jeito as transformações mundiais que associam um novo modo de produzir com um novo modo de comunicar que, como afirma M. Castells, “transforma a cultura – a humana faculdade de processar símbolos – em uma força produtiva direta”. Por isso, se por um lado a revolução tecnológica das comunicações agrava a desigualdade entre setores sociais e entre culturas e países, por outro lado também mobiliza a “imaginação social”³ das coletividades, potencializando suas capacidades de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e de ativação de sua criatividade expressiva.

Diversidade deixou, então, de significar a mera afirmação da “pluralidade” – banalizada até a sua perversão na identificação pós-moderna da diferença com a fragmentação – para passar a significar ao mesmo tempo “alteridade” e interculturalidade. A alteridade indica agora o claro desafio das culturas diferentes da hegemônica: do Oriente ao Ocidente, do islã ao cristianismo, das étnicas e locais às nacionais. Em segundo lugar, a alteridade evidencia que não pode haver uma relação profunda entre culturas sem que ocorram conflitos em sua dinâmica. “Reconhecer” as demais culturas é impossível sem assumir o profundo vínculo da “diferença” com a desigualdade social e a discriminação política, ou seja, colocando em primeiro plano a indispensável ligação entre direitos culturais e sociais. Em poucas palavras, a diversidade cultural nos faz pensar e intervir nas diversas formas de assimetria e de dominação que perduram e se renovam nas contemporâneas formas de neutralização, funcionalização e destruição do que por meio da “alteridade” tira o nosso chão e desestabiliza as nossas habituais políticas culturais.

² CANCLINI, N. García (Coord.). *Iberoamerica 2002*. México: OEI/Santillana, 2002; do mesmo autor, *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

³ APPADURAI, A. Grassroots globalization and the research imagination. In: *Public Culture*, n. 30, p. 7, Duke University Press, 2000.

Porém, hoje a diversidade não só opera como a chave de desmascaramento daquilo que ainda há de paternalismo e interessado exotismo nas relações interculturais, como também se torna atuante em outro nível, o da crescente diversificação dos “atores culturais”: as diversas figuras do âmbito público – hoje, as instituições nacionais do Estado, por exemplo os ministérios, não agem da mesma forma nem com o mesmo foco que as instituições municipais; nem o âmbito regional se desenvolve no mesmo ritmo que o local ou o do bairro; o mundo cultural produzido pelo mercado tampouco é homogêneo, pois ao mesmo tempo se desdobra em atores tão diversos como as grandes indústrias culturais, que concorrem no plano global, e as pequenas ou médias empresas, que frequentemente procuram a parceria das instituições públicas, além da imensa gama de empresas e associações independentes formadas por artistas e outros trabalhadores culturais, e de toda a diversidade de organizações sociais e comunitárias.

A “multipolaridade dos seus atores”⁴ fez com que eclodisse o antes estatizado e centralizado contexto do cultural, e isso se torna especialmente notório na “cooperação a partir de baixo” estimulada pelas mil iniciativas provenientes do cada dia mais plural mundo dos cidadãos. Estamos diante do surgimento de novas formas de cidadania, que apontam para a crescente presença de estratégias tanto de “exclusão como de empoderamento” exercidas em e a partir do âmbito da cultura. Essas “cidadanias culturais” não somente inscrevem as “políticas de identidade” dentro da política de emancipação humana, como também repensam profundamente o próprio sentido da política, colocando em evidência até que ponto as instituições liberal-democráticas ficaram pequenas para acolher as múltiplas figuras da diversidade cultural que tensionam e rompem as nossas sociedades justamente porque elas não cabem nessa institucionalidade. Ruptura que somente pode ser suturada com uma política de extensão dos direitos e dos valores para todos os setores da população que têm vivido à margem da aplicação desses direitos, sejam eles mulheres ou minorias étnicas, evangélicos ou homossexuais. Diante da cidadania “dos modernos”, que era considerada e exercida “acima das identidades” de gênero, de etnia, de raça ou de idade, a democracia precisa hoje que as cidadanias se encarreguem das identidades e das diferenças, abandonando a ilusória busca da reabsorção da diversidade em um todo unificado, seja este a nação, o partido ou a religião. A “diversidade” implica o deslocamento do protagonismo do Estado para o dos cidadãos e suas comunidades territoriais a partir do âmbito mais local para o mais geral, possibilitando que daí partam as iniciativas e se assuma o controle da vida cultural do país. Que não sejamos mal-entendidos: não se trata de substituir o Estado, mas sim de “restituí-lo ou reinstitucionalizá-lo de forma cidadã” em termos de respeito à iniciativa das comunidades e de estímulo às suas funções fiscalizadoras.

O segundo eixo em torno do qual gira o novo mapa é o da “interculturalidade”. Os tradicionais atores da cooperação demoraram tempo demais para descobrir que “a comunicação é dimensão constitutiva da vida cultural”, pois uma cultura somente está viva enquanto é capaz de comunicar, ou seja, de intercambiar e interagir com outras culturas. Por isso, se choca muito fortemente com o que foi a chave tanto da concepção de cultura até recentemente quanto de uma educação que nos ensinou a afirmar e reconhecer o que é próprio somente à custa de negar e desvalorizar o outro e o alheio. E a relação constitutiva entre cultura e comunicação se acentua hoje, quando algumas das transformações culturais mais decisivas que estamos vivendo provêm das mutações que a rede tecnológica da comunicação atravessa, mutações que, ao afetar a percepção que as comunidades culturais têm de si mesmas, de seus modos de construir as identidades, adquirem uma envergadura e uma temporalidade antropológicas. A atual reconfiguração de nossas culturas indígenas locais e nacionais responde hoje especialmente “à intensificação” da comunicação e da interação dessas comunidades com as outras culturas do país e do mundo. A partir do interior das comunidades, os atuais processos de comunicação são percebidos ao mesmo tempo como

⁴ WEBER, R. Los nuevos desafíos de la cooperación cultural europea. In: *Pensar Iberoamérica*, n. 2. Madri: OEI, 2002-2003; E. NIVÓN, E. La cooperación cultural como proceso de la globalización: una visión desde América Latina. In: *Pensar Iberoamérica* n. 2. Madri: OEI, 2002-2003.

outra forma de ameaça à sobrevivência de suas culturas – a longa e densa experiência com as armadilhas por meio das quais foram dominadas provoca o receio de se expor ao outro –, porém ao mesmo tempo “a comunicação é vivida pelas comunidades rurais ou urbanas como a possibilidade de romper a exclusão”, como experiência de interação que, se comporta riscos, também abre novas figuras de futuro, o que está fazendo com que a dinâmica das próprias comunidades tradicionais transpasse as fronteiras de compreensão elaboradas pelos folcloristas e não poucos antropólogos: há nessas comunidades menos complacência nostálgica com as tradições e uma maior consciência da indispensável reelaboração simbólica que requer a construção de seu próprio futuro.⁵

Todas essas transformações da vida cultural estão exigindo que assumamos também os novos sentidos hoje contidos na “identidade”. Pois até bem pouco tempo atrás, dizer identidade era falar de raízes, de origem, território e de longo tempo, de memória simbolicamente densa. Disso, e somente disso, estava feita a identidade. Porém, dizer identidade hoje implica também – se não quisermos condená-la ao limbo de uma tradição desvinculada das mutações perceptivas e expressivas do presente – falar de migrações e mobilidades, de “desancoragem” e instantaneidade, de redes e fluxos. Antropólogos ingleses expressaram essa nova identidade por meio da esplêndida imagem de *moving roots*, raízes móveis, ou melhor, “raízes em movimento”. Para boa parte do imaginário substancialista e dualista que ainda permeia a antropologia, a sociologia e até a história como disciplinas, essa metáfora será inaceitável, e ainda assim se vislumbra nela algumas das realidades mais fecundamente desconcertantes do mundo que habitamos. Pois, conforme afirma o antropólogo catalão Eduard Delgado, “sem raízes não é possível viver, porém muitas raízes impedem de caminhar”.⁶

O novo imaginário relaciona menos a identidade com essências e muito mais com trajetórias e relatos. Para isso, a polissemia do verbo “contar” se torna amplamente significativa. “Contar” significa tanto narrar histórias como ser considerado pelos outros. O que implica que, para ser reconhecidos, precisamos contar o nosso relato, pois não existe identidade sem narração, já que esta não é somente expressiva, mas sim construtiva do que somos.⁷ Para que a pluralidade das culturas do mundo seja politicamente considerada, é indispensável que a diversidade de identidades possa ser contada, narrada. Isso tanto em cada um dos seus “idiomas” quanto na “linguagem intermediadora” que hoje os atravessa por meio do movimento das “traduções e hibridações” do oral com o escrito, o audiovisual com o hipertextual – e de uma interculturalidade na qual as dinâmicas da economia e da cultura-mundo mobilizam não somente a heterogeneidade dos grupos e sua readequação às pressões do global, como também a coexistência de códigos e relatos muito diversos no interior de uma mesma sociedade, abalando assim a experiência que tínhamos até agora de identidade.

Novas políticas para a interculturalidade

Um âmbito decisivo para observar as mudanças que se buscam nas políticas culturais é o da nova percepção que as sociedades têm sobre o que é valorizado ou desvalorizado no patrimônio das comunidades pelos entrecruzados processos de urbanização “acelerada” e industrialização “globalizada”. Os efeitos de “desterritorialização cultural” implicados nesse duplo processo afetam não somente os latino-americanos que têm de emigrar do país ou da região, como também os que permanecem em nossas superpopulosas cidades e em nossos empo-

⁵ BOTERO, E. Sanchez. *Justicia y pueblos indígenas de Colombia*. Bogotá: Univ. Nacional/Unijus, 1998; RIVERA, A.G. Quintero. *Salsa, sabor y control*. México: Siglo XXI, 1998; ALFARO, R.M. et al. *Redes solidarias, culturas y multimedialidad*. Quito: Ocical/Uclap, 1998.

⁶ DELGADO, E. Cultura, territorio y globalización. In: MARTÍN-BARBERO, J.; LOPEZ, F. (Coord.). *Cultura y región*, p. 65. Bogotá: CES-Universidad Nacional, 2000.

⁷ BHABHA, Homi K. (Ed.). *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1977; MARINAS, Jose Miguel. La identidad contada. In: *Destinos del relato al fin del milenio*. Valência: Archivos de la Filmoteca, 1995. p. 66-73.

brecidos campos. São as majoritárias “culturas urbanas”⁸ que terminam desancoradas, desestabilizadas e também resituadas, realocalizadas. Estamos, assim, diante de um mapa cultural bem diferente daquele com o qual a academia ou as elites intelectuais tinham nos acostumado, um mapa muito mais complexo pelas múltiplas continuidades e destempos, pelas secretas vizinhanças e intercâmbios entre tradições e modernidade.

Nessas novas condições, é o próprio significado do patrimônio que está mudando profundamente, como demonstram os estudos realizados pelo Convênio Andrés Bello, que desde 1998 até hoje realiza a cada dois anos o Concurso sobre Experiências de Apropriação Social do Patrimônio Cultural para o Desenvolvimento Comunitário e cujos resultados introduziram um forte debate nas concepções e nas políticas de patrimônio. Um debate diante da “concepção antiquária” do patrimônio que orientou durante anos as instituições nacionais e da qual ainda sobra um pouco. O debate afeta duas “ideias-chave”: a do patrimônio como “fundamento” da unidade nacional e a do patrimonial como “modo de uso” do passado.

Transformado em “legitimação metafísica do ser nacional”⁹, o patrimônio foi o principal aglutinante, unificador da comunidade, e por isso ingrediente decisivo do imaginário constitutivo da nacionalidade. Porém, a que custo? Primeiro, à custa de um patrimônio “assumido de forma monoteísta”, ou seja, sem contradições internas que permitissem visibilizar as arbitrariedades históricas e as exclusões sobre as quais foi sendo construída sua pretendida unidade. Segundo, “conservado ritualmente”, como algo a reverenciar e de nenhuma maneira a utilizar socialmente, portanto, desvinculado da cotidianidade cultural dos cidadãos. E, terceiro, “difundido de forma elitista”, como um dom que vem de cima e, portanto, que não pode ser discutido nem revisto. Essa concepção culturalista, que desliga a existência e o valor do patrimônio dos conflitos sociopolíticos por meio dos quais foi configurada, havia transformado o patrimônio no modo de evasão para um passado glorioso do qual imaginariamente viemos. Porém, ao mesmo tempo acelerou o surgimento e a deslegitimação da história oficial a partir do crescente apelo das regiões e dos municípios, das etnias e das mulheres pelo direito “à diversidade de suas próprias memórias”. É o que abre caminho, especialmente em países que, como a Argentina, o Brasil, o Chile, o Uruguai, a Bolívia e a Guatemala, viram as suas memórias ser arrasadas ou pervertidas durante longos regimes ditatoriais, e nos quais os apelos pelo direito às memórias culturais históricas, excluídas no processo de formação dos Estados, entrecruzam-se com o apelo pelo direito à memória dos milhares e milhares de humilhados e ofendidos, de torturados e desterrados, de mortos e desaparecidos sem túmulo nem luto.

Nos últimos 15 anos, tornou-se crucial a pergunta sobre como articular uma história nacional já não com base em uma preestabelecida e arbitrária unidade do patrimônio nacional, mas sim no reconhecimento que a nova Constituição nacional do Brasil, da Colômbia, do Equador ou da Venezuela faz da diversidade de memórias que rompem, ao mesmo tempo que enriquecem, a verdadeira cultura “nacional”, o que está implicando a desneutralização “da história”, para que, junto com as diferenças e as exclusões, os direitos socioculturais da coletividade adquiram visibilidade. Desneutralizando também as ideias de “espaço” e “território” que – pela identificação da soberania com a demarcação física marcada pelas fronteiras – têm impedido tanto os movimentos de apropriação do patrimônio local quanto os de construção de patrimônios transnacionais, como o latino-americano.

⁸ NAVIA, P.; ZIMMERMAN, M. (Coord.). *Las ciudades latinoamericanas en el nuevo [des]orden mundial*. México: Siglo XXI, 2004; BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global*. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997; BARAJAS, L.F. Cabrales (Coord.). *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*. México: Unesco/Universidad de Guadalajara, 2002.

⁹ CANCLINI, N. García. *Culturas híbridas*. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Conaculta/Grijalbo, 1989, p. 151.; do mesmo autor, *El patrimonio cultural intangible y la industrialización de la cultura*. Conferencia en el congreso sobre patrimonio cultural e interculturalidad. México: Iztapalapa, 2004.

Sem memória não há futuro, e quem não lembra está condenado à repetição. Pois a memória está feita de uma temporalidade “inconclusa”, que é o correlato de uma memória ativa, “ativadora” do passado e semente do futuro. Porém, quem se lembra? E é a memória de quem? Com essas perguntas, Nelly Richard¹⁰ nos alerta sobre o fato de que boa parte da memória das vítimas é descaradamente sequestrada, fazendo assim emergir a questão do “conflito das memórias”, já que toda memória é tensão irresoluta entre lembrança e esquecimento. E essa tensão constitui um dos principais temas da reflexão de Paul Ricoeur – desde *Tempo e Relato* (1983) até *A Memória, a História e o Esquecimento*, publicado em 2000 –, pois o sentido do fazer memória sofreu profundas mudanças nos últimos anos. Se estamos entrando em “uma novidade do passado” perceptível na irrupção do tema da memória no eixo do espaço público, isso vem acompanhado, entretanto, afirma Ricoeur, do “inquietante espetáculo produzido pelo excesso de memória aqui e do excesso de esquecimento ali”. Pois estamos desgarrados entre uma memória “fonte de conhecimento e matriz da história” e outra que opera como “recolhimento de uma comunidade em seu próprio sofrimento, de tal forma que se torna cega e surda ao sofrimento de outras comunidades”, onde estamos chegando ao ponto em que “as perversões do dever de memória colocam em curto-circuito o trabalho crítico da história”.¹¹

Tudo isso torna ainda mais decisivo colocar, com o direito à memória, “o direito das coletividades ao esquecimento”, em que se funda, por um lado, a capacidade de perdão e reconciliação, e por outro a permanente capacidade de selecionar/descartar o que a comunidade lembra/guarda devido a seu valor cultural. A função da memória não é, pois, a de mero acúmulo, mas sim de filtro, que é seleção e recomposição. Inclusive “os valores”, pois a memória também exerce sobre eles sua função ao revalorizar e também ao desvalorizar. Então, se no campo cultural a lógica mercantil é especialmente perniciosa ao “desvalorizar” os produtos culturais em razão de sua obsolescência comercial, no outro extremo também é perniciosa a incapacidade de aceitar a desvalorização que afeta justo aquilo que se tem como “medida do valor”, isto é, os critérios e os modos de “outorgar valor” a algo.

O exposto tem pleno sentido no campo da “memória patrimonial”, já que o questionamento dos “locais de patrimônio” não é um adquirido inamovível, mas sim um processo aberto aos movimentos de memória tanto da comunidade local quanto da comunidade mundial. Somente ao ser entendido dessa forma o patrimônio se liberta da celebração/congelamento em que é situado por uma concepção do patrimônio como mero “acervo”¹², ou seja, como depósito sagrado do fundamento identitário ao qual corresponderia um uso basicamente “celebratório” e reverencial. É somente como “montagem” de fragmentos e resíduos, de arcaísmos e modernidades, de afirmação e refundição de narrações que a memória histórica se torna o sujeito de alguns “usos do passado” nos quais não há somente sequencialidade linear, como também antecipações e retrocessos, pausas e recomeços, desorganização e reorganização, que possibilitam novas e inéditas formas de relação com o passado, ou melhor, com os passados entrecruzados em cada obra ou em cada lugar.

Diante da “imobilização do tempo” que confundia o patrimônio com a mera recuperação de um passado concluído, vedado – embora único depositário dos “valores” da identidade –, foi-se abrindo caminho para outra percepção da temporalidade, inspirada na concepção de W. Benjamin¹³ sobre o “passado inconcluso”, o passado não feito nem acabado, mas sim vivo e cujo correlato é um “patrimônio construído” e em “permanente processo de construção”, cuja única continuidade e pertinência são outorgadas pela memória que o ativa.

¹⁰ RICHARD, N. Roturas, memoria y discontinuidades. Homenaje a W. Benjamin. In: *La insubordinación de los signos*. Santiago: Ed. Cuarto Propio, 1994; da mesma autora: *Residuos y metáforas*. Santiago, 1998.

¹¹ RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

¹² MANTECON, A. Rosas. Las disputas por el patrimonio. In: CANCLINI, N. García (Coord.). *La antropología en México*. México: F.C.E., 2005.

¹³ BENJAMIN, W. Tesis de filosofía de la historia. In: *Discursos interrumpidos I*. Madri: Taurus, 1982. p.176-194.

É com base nesse duplo debate que se torna possível pensar o patrimônio primeiro como “capital cultural”,¹⁴ que é necessário “expropriar” de seus antigos donos para que as comunidades municipais ou de bairro se “apropriem” dele, para que se desperte na consciência das comunidades o direito à sua memória cultural, a indagá-la, reconhecer-se nela, cuidá-la, ampliá-la, interpretá-la, usá-la e inclusive rentabilizá-la em todos os tão diversos sentidos desse termo. E, segundo, torna-se imperativo repensar o que material e espiritualmente se tem como patrimônio. Eu me refiro à necessidade de que as políticas culturais tenham como patrimônio não aquilo que é subtraído das dinâmicas da cultura do presente, mas sim algo que está em constante interação com estas, com as quais diariamente se constrói o futuro. E a inevitável necessidade de que nas decisões sobre o que se considera patrimônio contem, tanto ou mais que os peritos e os arqueólogos, as comunidades concernidas, única maneira de que o que se tem como patrimônio responda, com o mesmo valor, aos critérios de “autenticidade” e de “reconhecimento”, pois somente assim pode chegar a ser algo em que uma coletividade concreta se reconhece e reconhece como parte de sua história e sua vida cultural.

Corresponde à inserção do patrimônio no presente das comunidades às quais pertence a sua explícita ligação com o “desenvolvimento social” dessas comunidades. Isso implica novos desafios às políticas culturais de patrimônio. Por um lado, a interação cultura/desenvolvimento o tira de seu modelo “imitativo” – desenvolver-nos para ser como outros, os países “já desenvolvidos” –, transformando, assim, o patrimônio em um referencial vivo do que somos e do que somos capazes, de modo que “desenvolvimento” se torna sinônimo do desdobramento e da realização das próprias potencialidades. E, por outro lado, o patrimônio cultural, transformado em chave de criatividade social, está exigindo algumas políticas radicalmente novas, porém “políticas de Estado”, e não de governo, ou seja, políticas de longo prazo, e não conjunturais, políticas para uma verdadeira sustentabilidade cultural da vida e da criatividade de nossos povos.

Bogotá, junho de 2009

Jesús Martín Barbero

Professor e fundador do departamento de ciências da comunicação da Universidad del Valle, na Colômbia. Pesquisador de comunicação e cultura e um dos expoentes nos estudos culturais contemporâneos.

¹⁴ BOURDIEU, P. *La distinction, critique social de jugement du gout*. Paris: Minuit, 1979.

OS DIREITOS CULTURAIS FINALMENTE NA LINHA DE FRENTE?

Patrice Meyer-Bisch¹

Não se pode continuar a desenvolver o respeito e a valorização da diversidade cultural ignorando-se a função dos direitos culturais no âmago do sistema dos direitos humanos. O parco desenvolvimento desse grupo de direitos é um furo na rede de proteção dos direitos humanos.

Esse atraso provém, em parte, de seu caráter muito sensível, no centro de todas as questões mais discutidas no tocante ao fundamento dos direitos humanos e da democracia: os vínculos entre modernidade e cultura. Os direitos culturais levam a repensar a modernidade do tema, considerando seus laços culturais não mais como entraves, mas como recursos. Apoiando-se em uma concepção ampla da cultura, eles podem ser definidos, brevemente, como os direitos de uma pessoa, sozinha ou em grupo, de exercer livremente atividades culturais para vivenciar seu processo, jamais alcançado, de identificação. A realização desses direitos permite, a cada

¹ O texto acima foi originalmente publicado na revista *L'Observatoire* n. 33, de maio de 2008, do Observatoire des Politiques Culturelles, em Grenoble, na França. Foi gentilmente cedido pelo editor e autorizado por Patrice Meyer-Bisch para esta revista.

um, se alimentar das obras e das atividades culturais como da riqueza social primeira; eles constituem a substância da comunicação com os demais e consigo próprio, por meio das obras.²

A virada política: a diversidade muda de campo

A adoção, em setembro de 2001, da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da Unesco, e mais tarde, em 2005, da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais representa simbolicamente a grande virada política do início deste século. Se a diversidade cultural era considerada como um freio ao desenvolvimento, um obstáculo à modernidade e, portanto, ao progresso, à ciência e à democracia, hoje ela é, cada vez mais, entendida como um recurso para cada uma dessas áreas e para a paz. Isso significa recolocar em questão muitas neutralidades que, sob o pretexto de integrar a razão universal, eram consideradas como estando “além” das culturas. É o caso, em especial, das neutralidades do Estado, do mercado e da informação (espaço público). Face à razão universal, uma cultura era, necessariamente, particularista. A cegueira dessa oposição, seu esquecimento da história, dá lugar progressivamente à diversidade cultural enquanto viveiro de universalidade e de modernidade. A diversidade cultural não pode ser reduzida às margens de interpretação, e menos ainda às exceções.³ Essas três neutralidades pretendidas precisam ser desconstruídas, “reaculturadas”, a fim de respeitar e reabilitar a diversidade dos recursos culturais de toda construção democrática e, assim fazendo, liberar suas capacidades de progresso.

“Os indivíduos querem ser livres para participar da sociedade sem ter de se desligar dos bens culturais que escolheram. É uma ideia simples, mas profundamente perturbadora.”⁴ Por que o relatório do PNUD afirma que tal ideia é perturbadora? Ela anula a pretensão à neutralidade cultural (ou ao monoculturalismo nacional) do Estado, o que vem a dar no mesmo. Isso significa que o exercício da cidadania não se reduz aos direitos civis e sociais, já que ele implica uma reconsideração dos direitos culturais.

Porém, nem toda diversidade cultural é boa, pois é preciso ainda que ela esteja a serviço dos direitos humanos. Os direitos culturais estão na linha de frente, pois eles são o instrumento que permite garantir o bom uso da diversidade a serviço da dignidade humana e universal, singularmente presente em cada um e desenvolvida graças a seus recursos culturais. A diversidade cultural não é um fim em si mesma, e sim um recurso a ser preservado. O exercício dos direitos, das liberdades e das responsabilidades culturais constitui o fim e também o meio dessa preservação e desse desenvolvimento, pois isso significa que cada um pode participar dessa diversidade, nela buscando recursos e contribuindo para seu enriquecimento.

O logro do diálogo das culturas

As “culturas”, entendidas como totalidades homogêneas, são os logros sociais mais perigosos, fonte de todas as discriminações e ingrediente indispensável das guerras e da permanência das pobreza. As “culturas” não têm consistência suficiente para ser “personalizadas” a ponto de se falar de um “diálogo de culturas”: só as pessoas podem dialogar, com suas culturas cheias de remendos. Só existem meios culturais compostos (como são os meios ecológicos), mais ou

² Esta apresentação pode ser considerada um comentário à Declaração de Friburgo, referente aos direitos culturais e ao programa de observação dos direitos culturais conduzido pelo Observatório da Diversidade e dos Direitos Culturais. Ver no site: www.droits-culturels.org. A definição de cultura utilizada é a seguinte: “O termo ‘cultura’ abrange os valores, as crenças, as convicções, as línguas, os saberes e as artes, as tradições, instituições e modos de vida por meio dos quais uma pessoa ou um grupo expressa sua humanidade e os significados que essa pessoa ou grupo confere à sua existência e ao seu desenvolvimento” (art. 2^aa). Essa declaração se apresenta como um texto “oriundo da sociedade civil” e cada um pode subscrevê-la on-line.

³ Sobre os vínculos entre exceção cultural e “exceção francesa”, consultar a edição número 16 de *Cosmopolitique: une exception si française*. Paris: Apogée, 2007.

⁴ PNUD, 2004: Rapport mondial sur le développement humain. La liberté culturelle dans un monde diversifié. Paris: Economica, p. 1.

menos ricos em obras culturais às quais as pessoas podem fazer referência. Por “obras culturais” ou “bens culturais” pode-se entender os saberes (ser, fazer, transmitir) e seus suportes: as coisas, as instituições, as organizações ou as comunidades. É a pessoa que ocupa o centro; é ela quem escolhe e compõe seu meio cultural com as referências às quais ela pode ter acesso.

Na perspectiva personalista dos direitos humanos existem dois polos: as pessoas e os meios culturais, mas não o indivíduo e o coletivo, como se houvesse simetria. O personalismo dos direitos humanos não significa, no entanto, um desprezo da tessitura social e do valor das obras e das comunidades que, atualmente, os direitos culturais enfatizam. As referências culturais são vínculos intrapessoais e interpessoais; elas são a fonte de toda identificação, a pessoal e a comunitária. O que é cultural é aquilo que une pelo sentido, aquilo que permite a circulação do sentido. Uma atividade é cultural desde que ela não se reduza a uma produção, mas que contribua para a comunicação, enquanto “portadora de identidades, valores e sentido”, conforme expresso na convenção. Por exemplo, a dimensão cultural do direito ao trabalho indica seu valor de liberdade e de criação, o que faz do trabalho uma atividade autenticamente humana.

As referências culturais não são meros componentes que se somariam às necessidades ditas “primárias” – elas conectam o conjunto das atividades. É por isso que os direitos culturais, “condutores de sentido”, reforçam e conectam os demais direitos a seu fundamento comum: a dignidade sob suas inúmeras formas. A dignidade é individual e não pode, em nenhuma hipótese, ser relativizada em função do que quer que seja que a ultrapasse, mas ela é inconcebível sem seus modos de filiação, de transmissão, suas escolas, suas comunidades, seus patrimônios, seus veículos de mídia, seus museus etc.

Necessidade de uma clarificação

Os direitos culturais foram, frequentemente, apresentados como estando em oposição aos direitos humanos ou à margem destes, conquanto sejam parte integrante dos mesmos, conforme o princípio da indivisibilidade. Uma clarificação de sua definição no seio do sistema dos direitos humanos, bem como da natureza e das consequências de sua violação, é o melhor meio de impedir que eles sejam utilizados em prol de um relativismo cultural, indo contra a universalidade dos direitos humanos, ou que se tornem pretextos para colocar comunidades, ou até populações inteiras, umas contra as outras.

Nos textos normativos, eles estão atualmente, e no quanto é essencial, incluídos no direito de participar da vida cultural⁵ e no direito à educação. Acrescente-se a isso as dimensões culturais das liberdades clássicas: as liberdades de opinião, de pensamento, de consciência e religião, de expressão e de associação. Essas liberdades têm o saber como substância. O direito de participar da vida cultural é um denominador comum que abarca todas as atividades culturais, aí incluídas as liberdades linguísticas e o direito de acesso aos patrimônios. Porém, isso ainda não é muito explícito; a coerência dos direitos culturais não é suficiente e sua definição fica esfacelada. Eles estão espremidos entre direitos civis e políticos, entre direitos econômicos e sociais, quando não muitas vezes reduzidos aos direitos das minorias. Essa falta de definição e de proteção constitui uma falha frente às guerras que se desenrolam, com frequência, no terreno das violências identitárias e da pobreza que perdura, em grande parte, devido ao desprezo pelos recursos culturais das pessoas em seus meios. A Declaração de Friburgo reúne e explicita os direitos já reconhecidos, de forma dispersa, em numerosos instrumentos. A apresentação desses direitos em um único texto deveria contribuir para seu esclarecimento e seu desenvolvimento, bem como para a consolidação do princípio da indivisibilidade.

⁵ Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e artigo 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Os direitos culturais designam os direitos, as liberdades e as responsabilidades para que uma pessoa, sozinha ou em grupo, com e para os outros, escolha e exprima sua identidade e acesse as referências culturais, assim como tantos recursos necessários a seu processo de identificação.⁶

São os direitos que autorizam cada pessoa, sozinha ou em grupo, a desenvolver sua capacidade de identificação, de comunicação e de criação. Os direitos culturais constituem a capacidade de vincular o tema a outros, graças aos poderes outorgados por pessoas e depositados nas obras (coisas e instituições) no interior dos meios nos quais ele evolui. Eis aqui uma argumentação em três etapas:

a. As referências culturais, em sua diversidade, são capacidades de vinculação a si mesmo e a outrem por meio de obras.

b. As identidades são nódulos compostos de referências escolhidas pelas pessoas individualmente; ninguém pode atribuí-lo a uma única referência.⁷

c. Os direitos culturais constituem a capacidade de vincular o sujeito às suas obras ou, dito de outro modo, eles fazem com que o sujeito seja capaz de se alimentar das obras, como de tantos recursos indispensáveis a seu desenvolvimento. Por exemplo, o direito à língua não é senão um direito entre outros, é o acesso a uma capacidade que se abre a todas as outras.

Tal é o efeito alavanca, ou efeito desencadeador, dos direitos culturais: dar acesso aos recursos. Cabe ao sujeito decidir quais são as referências que ele julga necessárias, mas ele precisa se apoiar nas pessoas e nas instituições de ensino e de comunicação que lhe franqueiam o acesso às obras e que lhe sinalizam as dificuldades de interpretação. Trata-se aqui tanto de diversidade quanto de qualidade de escolha: a diversidade permite a liberdade de escolha; a qualidade das referências permite a liberdade de ser ou de florescer por meio da maestria em uma disciplina cultural; a riqueza adiciona a dimensão qualitativa à diversidade. A riqueza cultural é medida, portanto, pelo número, pela resistência e pela flexibilidade desses vínculos que foram apropriados. Uma obra é uma ferramenta de conexões, um "tear de tecido", um testemunho precioso que convém cultivar, transmitir e desenvolver.

A noção central de "respeito crítico"

Eis o ponto crucial dos direitos culturais. Não basta proteger o indivíduo se não se der atenção também aos vínculos "apropriados". O respeito às liberdades do sujeito supõe a consideração das obras. A questão hoje se coloca igualmente no caso dos "falsificadores da história", aqueles que atentam contra a dignidade da memória, bem como no caso do "denegrimento" das religiões. Trata-se de proteger, ao mesmo tempo, as liberdades intelectuais e a qualidade das referências às obras culturais.

Isso significa que o acesso ao objeto pressupõe uma "disciplina". Cada "objeto cultural" – um saber gerado por uma comunidade, uma tradição, um livro, uma arquitetura – possui uma coerência que convém aprender a conhecer, sem o que esses objetos são inacessíveis ou não são respeitados. Uma liberdade torna-se cultural na medida em que for cultivada, isto é, na medida em que ela tiver conseguido dominar uma disciplina e sua linguagem, ainda que se libertando destas em seguida. Sem pesquisa de uma verdade comum – aquela do respeito comum da disciplina partilhada –, as liberdades dos indivíduos perdem o sentido e não podem se comunicar: elas são abandonadas ao arbitrário e à anarquia do relativismo cultural.

⁶ Essa definição é a que será publicada no comentário a ser lançado.

⁷ "A expressão 'identidade cultural' é entendida como sendo o conjunto das referências culturais pelo qual uma pessoa, sozinha ou em grupo, define-se, constitui-se, comunica-se e entende ser reconhecida em sua dignidade" – Declaração de Friburgo, art. 2ºb.

O uso de uma liberdade pode, então, ser considerado regressivo se ele desprezar os saberes adquiridos, mas é progressivo se ele se apoiar nesses saberes, ainda que seja para criticá-los. Os saberes adquiridos constituem um limiar de inteligibilidade comum: o estado de uma racionalidade em construção, que não é um conjunto de enunciados que ninguém consegue abarcar e menos ainda uma ideologia, sendo antes um ofício, um habitus. Por “respeito crítico” ou “consideração” nós entendemos que a atitude crítica em relação a um saber, um patrimônio, uma atividade ou uma instituição não é legítima se não estiver fundamentada no princípio da boa-fé na pesquisa.

O direito ao “respeito crítico” não apenas permite e tolera, como também convoca a livre crítica: a referência torna-se, ela própria, cega e liberticida quando o espaço de interpretação, de crítica e de adaptação não é garantido e regularmente ocupado. O respeito crítico é precioso para proteger a obra de críticas arbitrárias. Como distinguir estas últimas das críticas respeitadas? Somente o debate público regularmente instituído entre os diferentes atores que reúnem os conhecimentos disponíveis pode autenticar limites razoáveis, bem como as margens de apreciação.

O exercício do respeito crítico é igualmente precioso para proteger a obra coletiva (comunidade, instituição) de sua própria esclerose: a crítica racional vigorosa não só é tolerada, como também é desejada. A condição de respeito crítico não se opõe, portanto, ao exercício da livre crítica – ao invés disso, ela é a base razoável e a condição de legitimidade: ela permite abrir a discussão e, assim, a livre crítica com pleno conhecimento das “regras da arte” da disciplina em questão, com o risco de contestá-las.

Criticar é permitido e desejável; proibido é fazer como se possuísse o saber, a ciência exata, a justa doutrina política. Tal é o mandamento fundador da democracia: a “obrigação” de se expor à crítica aberta e a “interdição” de fazê-la como se o crítico estivesse acima da situação criticada. Uma dura tarefa. Tanto pior para os relativistas, pois esse é o preço da consideração pelo cultural.

As alavancas do desenvolvimento

Todos os direitos humanos são fatores de desenvolvimento, já que garantem o acesso a diversos direitos, disponibilizam liberdades e autorizam responsabilidades. Porém, entre esses direitos, os direitos culturais são mais ainda alavancas que permitem se apoiar nos saberes adquiridos, pois eles garantem o livre acesso às referências e aos patrimônios. Em síntese, o argumento é este: os direitos culturais podem ser definidos como “capacidades de capacidades”, a capacidade de se apoderar das capacidades presentes no meio, assim como de ir explorar outros meios.

A identificação é o ato pelo qual cada um reconhece e vê ser reconhecidas suas capacidades, ao mesmo tempo de crescimento pessoal e de conexão a outrem, este ato é, portanto, um prelúdio ao exercício de todo outro direito. Significa essa capacidade de interface entre si mesmo, as obras e os outros, sem a qual o indivíduo está abandonado, truncado em seus próprios membros. É nesse sentido que Joseph Wresinski reconhece nos direitos culturais um efeito de alavanca:⁸ se o indivíduo, sozinho e em comum, reconhece e vê ser reconhecidas suas capacidades nos possíveis vínculos com as capacidades de seu meio, então os demais direitos humanos tornam-se “inelutáveis”, pois os recursos são apropriados, nos dois sentidos da palavra – o lógico (os recursos são adequados às suas capacidades) e o ativo (os recursos são reconhecidos e incorporados pelo sujeito). Nossa falha consiste em pensar nos recursos como sendo externos ao sujeito, quando eles estão, primeiramente, no próprio sujeito; os direitos culturais per-

⁸ “A ação cultural é, efetivamente, primordial. Ela permite colocar a questão da exclusão humana de uma maneira mais radical do que o acesso ao direito, à moradia, ao trabalho, aos recursos ou à saúde. Poder-se-ia pensar que o acesso a esses outros direitos torna-se inelutável, uma vez que o direito à cultura seja reconhecido”. WRESINSKI, Joseph. *Culture et grande pauvreté*. Paris: Quart Monde, 2004, p. 40.

mitem ao sujeito incorporar as obras, não só mergulhar em um capital de recursos disponíveis, o que já é uma grande coisa, mas reconhecer e liberar seus recursos próprios em adequação com os recursos externos.

De modo inverso: as violações dos direitos culturais

De modo inverso, o efeito paralisante das violações aos direitos culturais revela uma gravidade extrema, amplamente negligenciada. A pessoa pobre e a pessoa violenta só podem acessar as liberdades quando puderem se apropriar dos vínculos com as reservas de cultura, os "capitais culturais", fornecedores e reveladores de sentido. Sem esse acesso à capacidade de encontrar sentido na existência, as diversas assistências caem no vazio e permanecem exteriores apenas, pois não conseguem alcançar a fonte de onde brotam as capacidades. Além do mais, o recurso que a própria pessoa poderia constituir para os demais se perde. As violações aos direitos culturais são uma humilhação das mais fundamentais e o mais radical desperdício social: os homens são isolados dos recursos de conexão, de compilação.

A pobreza cultural de uma pessoa ou de uma comunidade se reconhece na pobreza das referências culturais às quais ela tem acesso; isso se traduz em uma falta de capacidade em se conectar aos outros, às coisas e a si mesmo. Ela é:

- uma destituição, pois as pessoas se veem desprovidas de vínculos;
- uma desocupação, pois as pessoas ficam sem atividade (mesmo que tenham emprego), sem utilidade social; ainda que executem tarefas, estas são desprovidas de sentido, de liberdade e de futuro; essas pessoas não podem formular um projeto, não podem vivenciar a experiência de encontrar os outros por meio do reconhecimento e do compartilhamento das obras.

Sua sede de encontro, de beleza, de reconhecimento e de utilidade para os demais fica sem objeto. A pessoa pobre é uma pessoa humilhada, porque sua identidade é negada, confinada e ignorada. O analfabeto, em um mundo onde tudo é escrito, é aquele que nunca experimentou a possibilidade da expressão; aquele que nunca se sentiu profundamente tocado por uma obra; aquele cujo trabalho não é senão repetitivo e alienante.

A violação desses direitos impede o respeito de todos os outros direitos, pois ela atinge diretamente a "integridade" da pessoa naquilo que ela tem de próprio: sua identidade. Tantas são as negações das capacidades do sujeito em viver seu livre processo, nunca realizado, de identificação. A pobreza cultural é a base das outras dimensões da pobreza; ela impede de sair do encadeamento das precariedades e faz objeção a todo desenvolvimento individual e coletivo. É preciso ousar o normativo, aquele do respeito mútuo da diversidade e da universalidade, uma pela outra, ao contrário do relativismo e do etnocentrismo.

É preciso ousar olhar de frente a "pobreza cultural", não o julgamento de um grupo em relação a outro, mas a situação das pessoas e das comunidades cujo acesso aos recursos culturais, os quais são necessários para o exercício de todos os seus direitos, é impedido ou deficiente.

Em troca, a gravidade das violações faz aparecer o efeito alavancador surpreendente dos direitos culturais: não se trata mais de lutar contra uma pobreza que seria como um buraco negro, e sim de respeitar e conectar os recursos presentes, sobretudo os recursos humanos, com aqueles dos patrimônios. Convém, antes de mais nada, fazer o elogio da riqueza, tão frequentemente desperdiçada. Os direitos culturais, portanto, não são senão uma nova realização da modernidade, uma confiança mais audaciosa nos recursos de cada ser humano e, em especial, em sua capacidade de criar um novo tecido social.

Patrice Meyer-Bisch

Fundador do Observatório da Diversidade e dos Direitos Culturais; coordenador do Instituto Interdisciplinar de Ética e dos Direitos do Homem. Membro da Cátedra Unesco para os Direitos do Homem (IIEDH) e a Democracia, da Universidade de Fribourg, na Suíça.

Contato: Patrice.Meyer-Bisch@unifr.ch

COOPERAÇÃO CULTURAL PARA A DIVERSIDADE: UM CAMINHO A CONSTRUIR

Luis A. Albornoz

Na obra *Cultura, Comércio e Globalização – Perguntas e Respostas* (2000), a Unesco, ao se questionar sobre o que se entende por diversidade cultural, responde estabelecendo uma analogia entre o conceito de biodiversidade e o de diversidade cultural:

Do mesmo modo que a biodiversidade (ou seja, a imensa variedade de formas de vida desenvolvidas durante milhões de anos) é indispensável para a sobrevivência dos ecossistemas naturais, os “ecossistemas culturais”, compostos de um complexo mosaico de culturas, precisam da diversidade para preservar o seu valioso patrimônio em benefício das gerações futuras.

Em seguida, o texto alerta sobre a necessidade de implementar políticas públicas em matéria cultural tendentes a garantir a diversidade:

Enquanto as políticas de preservação da biodiversidade são necessárias para garantir a proteção dos ecossistemas naturais e a diversidade da espécie, somente políticas culturais adequadas podem garantir a preservação da diversidade criativa contra os riscos de uma única cultura homogeneizada.

Documentos posteriores da Unesco assinalam que a diversidade cultural faz referência à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e das sociedades se expressam; esta tem uma intrínseca relação com os diversos modos de criação artística, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005).

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o acesso ao conjunto de expressões culturais está mediado por agentes – em sua grande maioria empresas com fins lucrativos – que operam em diversos setores (audiovisual, musical, radiofônico, editorial etc.) e atividades (produção, distribuição, exibição/emissão de bens e serviços). Nesse contexto, o processo de concentração de setores e atividades culturais nas mãos de poucos agentes estabeleceu estruturas que atentam contra a diversidade cultural. Tal concentração ocasionou a infrarrepresentação ou a exclusão de vozes, lógicas e estéticas.

Diante das abordagens que veem na multiplicidade de produtos e serviços oferecidos nos supermercados e no funcionamento das redes digitais (e as inovadoras práticas sociais associadas a estas) fortes garantidores da diversidade cultural, a corrente crítica de estudiosos em cultura e comunicação entende que é necessário amparar a criação, a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços culturais com base em lógicas diferentes à do lucro e aponta o determinismo tecnológico como principal refúgio dos interesses corporativos.

O debate sobre como a concentração empresarial afeta a diversidade cultural não é uma novidade. Assim, por exemplo, no âmbito internacional, a concentração foi um dos assuntos polêmicos sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), proposta na década de 1970. O relatório MacBride (Unesco, 1980), fruto daquele debate, alertava no tocante à esfera informativa:

A concentração das fontes de informação sob o controle de grupos dominantes desemboca, qualquer que seja o sistema político, em uma imitação da liberdade. É necessária uma grande diversidade de fontes de informação e de opinião para que o cidadão possa documentar sensatamente as suas decisões nas questões públicas. Essa diversidade constitui um dos pilares de todo o sistema de comunicação em uma sociedade democrática, e é tão necessária no plano internacional quanto no nacional.

Quase três décadas depois do célebre relatório MacBride, estudos recentes¹ demonstram empiricamente os altos graus de concentração empresarial exibidos pelo conjunto das indústrias culturais nos países ibero-americanos: “[...] Mais de 82% dos mercados de informação e comunicação da América ibérica se concentram, em média, em somente quatro operadores. A mesma medição no que se refere ao domínio de mercado do primeiro operador no conjunto das indústrias infocomunicacionais sobe para 45%, em média”.

Um marco legal internacional

Diante dessa preocupante situação, cabe destacar o recente anúncio de dois instrumentos que estão influenciando na construção de um marco legal internacional destinado a salvaguardar a diversidade cultural: por um lado, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Unesco, 2005); por outro lado, a Carta Cultural Ibero-Americana (2006).

¹ BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo (Coord.). *Los dueños de la palabra*. Buenos Aires: Ed. Prometeo, 2009.

A convenção sobre a diversidade cultural, da Unesco, aprovada durante a 33ª Conferência Geral desse órgão, somou-se a outras duas convenções: a de proteção do patrimônio mundial (1972) e a de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (2003). Atualmente, está sendo discutida a efetiva implementação da convenção: como facilitar o acesso dos bens culturais de países em vias de desenvolvimento aos mercados de “países desenvolvidos”, quais são as melhores práticas em termos de política cultural em escala local ou de que forma combinar a dimensão comercial com a cooperação cultural são algumas problemáticas que estão sendo analisadas. Na hora de formular possíveis respostas para essas perguntas, as estruturas das indústrias culturais e a atuação de seus principais agentes culturais se revelam como fatores-chave.

No âmbito da América ibérica, a carta cultural, aprovada na XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Montevideu, 2006), parte da consideração de que “o conjunto de povos ibero-americanos se manifesta perante o mundo como um sistema cultural integrado, caracterizado por uma dinâmica entre unidade e diferença”, e procura defender e favorecer o desenvolvimento da diversidade interna desse espaço.

A carta, com um plano de ação que contempla a elaboração de propostas, medidas básicas e regras de procedimento de atuação em cada setor cultural (propriedade intelectual, comunicação e novas tecnologias, patrimônio cultural, educação, comunidades indígenas etc.), destaca que a diversidade cultural “deve ser usufruída, aceita, adotada e difundida de forma permanente para enriquecer as nossas sociedades”. Como consequência, estabelece que os Estados são responsáveis por formular e aplicar políticas de proteção e promoção da diversidade cultural em múltiplos âmbitos. Entre estes se encontram o da mídia, “cenários para a criação e importantes vias para a difusão e fomento da diversidade cultural”. Entre as diferentes medidas propostas pela carta, evidenciam-se a promoção do acesso plural dos diversos setores sociais às tecnologias e aos meios existentes, o apoio à criação de novos meios de comunicação, a avaliação da missão de serviço público cultural e o fomento ao desenvolvimento na região de meios comunitários de origem local.

Diversidade e cooperação cultural

Um dos aspectos destacados por ambos os documentos internacionais é a cooperação para o desenvolvimento. A cooperação bilateral e multilateral em matéria de cultura e comunicação é percebida como uma ferramenta fundamental na hora de salvaguardar e fomentar a diversidade de conteúdos culturais.

Devido a esse contexto internacional favorável, poderíamos nos perguntar até que ponto os órgãos encarregados de planejar e executar políticas de cultura e comunicação contemplam a dimensão da cooperação. Um recente estudo realizado pelo Observatório de Cultura e Comunicação da Fundação Alternativas (OCC-FA)² sobre o estado da cooperação em cultura e comunicação no âmbito ibero-americano revela muitas questões pendentes.

Em termos de cooperação cultural, esse estudo verificou um claro domínio do patrimônio histórico e da cultura clássica (com as artes plásticas, as letras e o teatro ocupando um primeiro plano; enquanto a dança e as performances musicais ao vivo ocupam um mesmo nível) em detrimento das indústrias culturais e das novas redes digitais.

A atividade cinematográfica, que conta com uma rica tradição de acordos bilaterais e de co-produções entre Espanha, Argentina e México, é uma exceção à regra. Esta encontra no Programa Ibermedia um instrumento de cooperação multilateral bem-sucedido. O impacto positivo desse programa levou a Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib) a trabalhar atualmente na

² ALBORNOZ, Luis A. (Coord.). *Cultura y comunicación. Estado y perspectiva de la cooperación española con el resto de Iberoamérica, 1997-2007*. Madrid: Fundación Alternativas/Aecid, 2009.

consolidação de novos programas com características similares: Iberescena, Ibermúsica, Ibermuseos e Iberorquestas.

Por sua vez, o restante das indústrias culturais na América ibérica recebeu escassa atenção, quando não nula, por parte dos organismos de cooperação. O rádio e a televisão, além de algumas tímidas tentativas fracassadas (OTI, Atei), a indústria editorial (sem acordos alfandegários) e a música em sua vertente industrial (fases de produção e distribuição) vêm sendo regidos exclusivamente por lógicas de caráter comercial.

Finalmente, no âmbito das novas tecnologias da informação e da comunicação, as iniciativas são claramente escassas. A principal exceção à regra é o Portal Ibero-Americano de Gestão Cultural, especializado em informação, difusão e reflexão cultural e gerido pela Universidade de Barcelona.

Em síntese, os diagnósticos com os quais contamos hoje indicam que o caminho da cooperação internacional na cultura e na comunicação ainda não foi percorrido. Por isso, é imperiosa a necessidade de trabalhar fortemente na democratização da esfera cultural e na atuação coordenada de administrações, empresas (grandes, pequenas, médias e micro), órgãos não governamentais para o desenvolvimento e universidades; basear-se em análises empíricas sobre as diferentes áreas culturais; e focalizar os setores marginalizados da produção e do consumo de bens simbólicos.

Luis A. Albornoz

Doutor em ciências da comunicação. Professor do Departamento de Jornalismo e Comunicação Audiovisual da Universidade Carlos III, de Madri. Coordenador do Observatório de Cultura e Comunicação da Fundação Alternativas (www.falternativas.org/occ-fa).

DIVERSIDADE CULTURAL NA UNIÃO EUROPEIA

José Machado Pais

Na Europa, a diversidade cultural tem sido tema de acesos debates, nomeadamente quando é pensada como a face mais visível e problemática da imigração. A Europa conta atualmente com cerca de 20 milhões de estrangeiros, montante que duplica se acrescentarmos os imigrantes que já adquiriram a nacionalidade dos países que os acolheram (Guerra, 2008, p. 99). Por outro lado, estima-se que nos próximos 25 anos a União Europeia tenha de receber mais cerca de 32,5 milhões de imigrantes para conseguir manter os desejados patamares de crescimento económico e, sobretudo, a viabilidade do *welfare state* (Vala; Lima; Lopes, 2004, p. 139).

Quando é vista pelo lado dos benefícios económicos, a imigração é olhada com simpatia. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem persistentemente insistido na tese de que as migrações podem dar resposta ao problema do crescente envelhecimento da população dos países mais desenvolvidos da Europa ou de fora dela (Estados Unidos ou Japão), contrabalançando,

assim, os déficits de fecundidade (ONU, 2000). No entanto, pela mesma porta de otimismo correm crescentes alarmismos a propósito de uma alegada descaracterização cultural da população europeia. Desse modo, os mais céticos alertam sobre a transformação étnica e social que ameaça as sociedades europeias, por efeito do crescente peso dos imigrantes e de seus descendentes (Coleman, 2006). Defendem, por outro lado, que o desemprego corre o risco de se avolumar com a desenfreada imigração, acoplada aos efeitos da crise internacional e da crescente pressão das mulheres sobre o mercado de trabalho.

Inquéritos promovidos pelo Eurobarometer e pelo European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia mostram o receio de boa parte dos europeus em relação aos imigrantes: 47% em 1997 e 52% em 2000 consideravam que pessoas de "outras raças, culturas e religiões" retiravam vantagens ilegítimas do *welfare system*; 64% em 1997 e 56% em 2000 acreditavam que essas pessoas estavam mais frequentemente envolvidas em atividades criminosas do que a média dos europeus; 46% em 1997 e 52% em 2000 admitiam que, em escolas com forte presença de crianças de minorias étnicas, a qualidade da educação acabava sendo afetada (Vala; Lima; Lopes, 2004, p. 140).

Dados do European Values Study mostram que a manifestação de solidariedade e tolerância em relação aos imigrantes (expressa em políticas sociais de apoio) é mais elevada em países que têm um passado de emigração (Espanha, Portugal e Itália). Contudo, esses mesmos países também se destacam por neles ser mais acentuadas as atitudes de discriminação em relação à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho; ou seja, perante a ameaça do desemprego, defendem a prioridade de emprego para os europeus (Vala; Lima; Lopes, 2004, p. 139-163). Os imigrantes são frequentemente olhados como uma "ameaça" aos países de acolhimento – por pressionar o mercado de trabalho, por ser portadores de uma cultura diferente, pelos níveis de pobreza que os caracterizam; enfim, por haver a ideia de que constituem uma "fonte de problemas".

Num inquérito europeu a 32 mil jovens de 26 países, também questionamos as atitudes em relação aos imigrantes (Pais, 1999). Constatamos que os jovens inquiridos se afastavam de posições extremadas. Por exemplo, em relação a votar, não estavam de acordo que todos os imigrantes tivessem direito ao voto, mas também não aceitavam que nenhum deles tivesse direito ao voto. A maioria tendia a conceder o direito de voto aos "imigrantes que entraram legalmente no país há mais de cinco anos e cumprem a lei". No entanto, o controle da imigração tem feito parte da agenda europeia.

O Acordo de Schengen (1985) e o Código das Fronteiras de Schengen (2006), favorecendo a livre circulação interna dos cidadãos na União Europeia, restringem, ao mesmo tempo, o acesso dos imigrantes. Várias vezes eles têm sido olhados como uma ameaça à segurança europeia, como atestam as reuniões do Grupo Trevi (Terrorismo, Radicalismo, Extremismo, Violência), integrado pelos ministros de Justiça e do Interior dos países comunitários. Mais recentemente, a diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu (de 16 de dezembro de 2008) estabelece normas e procedimentos comuns aos Estados membros da União Europeia para o "regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular". No texto das normas prevalece uma retórica de recusa a qualquer tipo de discriminação social:

Os Estados membros deverão aplicar a presente diretiva sem nenhuma discriminação em razão de sexo, raça, cor, etnia ou origem social, características genéticas, língua, religião ou crença, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual (norma 21).

No entanto, os imigrantes clandestinos são o alvo fragilizado de todas essas medidas legais visando à sua detenção e à sua expulsão (VV. AA., 2008). Ou seja, apesar (ou por causa) da cres-

cente fluidez de fronteiras em consequência dos múltiplos processos de “globalização” no nível da economia, da cultura e da política, os governos tendem a apertar as malhas que definem “quem” pertence ao espaço comunitário da União Europeia.

Isso quer dizer que as políticas de imigração não deixam de estar motivadas por uma espécie de “egoísmo nacional”, valorizando aspectos referenciados a uma mesma língua, descendência e cultura. Em alguns quadrantes ideológicos, as minorias étnicas são vistas como “poluidoras” dessa homogeneidade cultural. Como tal, ou são eliminadas, coercivamente assimiladas ou toleradamente discriminadas.

Assiste-se a fenômenos de segregação urbanística que traduzem uma ocupação socialmente diferenciada do espaço urbano: as elites refugiam-se em condomínios fechados, resguardados por gradeamentos, muros, arame farpado ou câmeras de vigilância. As camadas populares, com representação sobretudo dos imigrantes, são empurradas para periferias degradadas, onde bandos de jovens vagueiam à margem do mercado de trabalho e sem aspirações de futuro. O espectro da fratura social não é uma ameaça, é uma realidade.

Os recentes tumultos envolvendo jovens imigrantes dos subúrbios de Paris não são indissociáveis de novas identidades culturais, na base de cumplicidades e solidariedades grupais. Como Umberto Eco e outros (*Documenti su il Nuovo Medioevo*), há quem veja nesses tumultos juvenis um regresso à concepção medieval da cidade, segmentada em microcosmos de poder autóctone. Contudo, essas convulsões sociais não abrangem todos os imigrantes nem sequer são exclusivas da população imigrada. Veja-se o que aconteceu com o movimento estudantil de Berkeley em 1964 ou, mais recentemente, com os protestos juvenis ocorridos na Grécia. Lembre-se de que, no verão que antecedeu a turbulência grega, haviam morrido 67 pessoas em fogos incontrolados pelo governo; os escândalos de corrupção econômica avolumavam-se; o sistema de ensino degradava-se; o desemprego juvenil atingira cerca de 25%, o mais elevado da Europa. Muitos jovens gregos – à semelhança de outros jovens europeus e não europeus – vivem uma descrença em relação ao futuro. Fazem parte de uma geração desesperançada, desesperada, frustrada. Ao fim e ao cabo, todos esses movimentos atuaram como reduto de resistência e protesto contra poderes instituídos que governam sociedades excludentes. Se o alarmismo não é infundado (e não parece que o seja) nem o catastrofismo excessivo (como parece que o é), importa que tais fenômenos sejam olhados e analisados com rigor, longe das tentações de etiquetagem que nos levariam a tomar esses jovens simplesmente como vândalos ou heróis. O desafio da convivência democrática passa por eficazes estratégias de integração social, pois só assim a diversidade cultural se constitui como potencial criativo e fator de enriquecimento recíproco.

Enfim, mais de 50 anos passados da aprovação da Convenção Cultural Europeia, do Conselho da Europa (em dezembro de 1954), a “questão cultural” continua na ordem do dia. Por efeito da imigração, a Europa tem vindo a se afirmar, cada vez mais, como um território de diversidade cultural. Na esteira da Agenda Europeia para a Cultura, aprovada em Lisboa (2007), o desafio da Europa passa, então, por atingir uma coesão social alimentada por uma crescente diversidade cultural.

José Machado Pais

Investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Página pessoal: <http://www.jose-machado-pais.net>

Referências bibliográficas

COLEMAN, David (2006). Immigration and ethnic change in low-fertility countries: a third demographic transition. In: *Population and Development Review*, v. 32, n. 3, p. 401-446.

GUERRA, Isabel. A cidade multicultural e multiétnica. In: LAGES, Mário Ferreira; MATOS, Artur Teodoro de (Coord.). *Portugal. Recursos de interculturalidade: contextos e dinâmicas*. Lisboa, Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008, p. 97-118.

ONU. *Replacement migration: is it a solution to declining and ageing population?*. Nova York, ONU, 2000.

PAIS, José Machado. *Consciência histórica e identidade*. Oeiras: Celta, 1999.

VALA, J.; LIMA, M.; LOPES, D. Social values, prejudice and solidarity in the European Union. In: ARTS; W.; HALMAN, L. (Ed.). *European values at the end of the millennium*. Leiden: Brill, 2004, pp. 139-163.

VV. AA. *Frontera sur*. Nuevas políticas de externalización y gestión del control de la inmigración en Europa. Barcelona: Virus, 2008

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Luiz Mott

Não somos diversos naturalmente, mas aprendemos a ser, por meio de processos e experiências. O que seria educar para a diversidade tanto no contexto formal quanto no informal da educação e da cultura?

“Menino de 4 anos em Manaus tem a boca lavada com escova e sabão após beijar coleguinha na boca”; “Escola expulsa adolescente gay em Araxá (MG)”; “Estudante transexual de 14 anos ameaçado de expulsão de colégio em São Paulo”; “Escola proíbe aluno de usar brinco em Goiânia”; “Em Jundiaí, estudante de 10 anos é obrigado a desfilar com cartaz escrito ‘Eu sou gay’”.

Essas frases não são roteiro de filme de terror nem foram coletadas no Irã dos aiatolás, onde ainda hoje persiste a pena de morte na forca para os homossexuais. São manchetes publicadas na imprensa brasileira nos últimos anos, demonstrando o quanto ainda estamos mergulhados

no “hetero-sexismo”, essa truculenta ideologia machista, modernamente chamada de “heteronormatividade”, que reprime de forma violenta toda manifestação de afeto, sexo ou mesmo qualquer inversão do papel de gênero macho-fêmea que não siga o figurino heterossexual. “Os efeminados não entrarão no reino dos céus”, repetem algumas traduções malfeitas do Novo Testamento, e o papa e os pastores fundamentalistas continuam pregando que a homossexualidade é intrinsecamente má, fornecendo munição aos que odeiam os praticantes do “amor que não ousava dizer o nome”. A cada dois dias um LGBT – lésbica, gay, bissexual ou transexual – é barbaramente assassinado no Brasil vítima da homofobia. Daí ser vital e urgente educar nosso povo para a diversidade – respeitando não só negros, índios, deficientes físicos e idosos, mas também os homossexuais. Para que pais e mães nunca mais repitam “Prefiro um filho ladrão do que bicha” ou “Antes uma filha prostituta do que sapatão!”. Qual é o brasileiro que nunca ouviu essas absurdas declarações ou não conheceu pessoalmente algum gay assassinado? Pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo encontrou 90% de brasileiros que reconheceram a existência de preconceito anti-homossexual no Brasil, uma verdadeira calamidade pública. Não é sem razão que o Brasil é o campeão mundial de crimes de ódio contra as minorias sexuais.

Parafraseando livremente Simone de Beauvoir, podemos dizer que todos nascemos machos e fêmeas, a sociedade é que nos faz homens e mulheres. Não basta nascer com um pênis para gostar de futebol ou sentir-se “naturalmente” atraído pelo sexo oposto. Não basta nascer com útero e ovário para desenvolver “naturalmente” o instinto materno, como muito bem nos ensinou a historiadora Elizabeth Badinter na obra *O Mito do Amor Materno*. Tais princípios, referendados pela antropologia, pela psicologia, pela história e por outras ciências, podem ser confirmados “a olho nu”: basta observar a maneira diversa como homens e mulheres de diferentes culturas, ou em gerações diversas, vivenciam sua sexualidade. Os homens russos se beijam na boca, enquanto para os japoneses o beijo é ato sexual, trocado apenas entre amantes no escurinho da alcova. Mulheres afegãs são obrigadas a esconder todo o corpo dentro da burca, ao passo que mulheres indígenas, antes do contato com os civilizados, viviam praticamente nuas.

Este é não apenas um dos princípios básicos da antropologia, da ciência da humanidade, mas regra fundamental da boa convivência entre os seres humanos: no caso da sexualidade, cada povo, cada grupo social tem suas próprias regras, sua própria cultura erótico-sexual. Não existe moral sexual universal, e o certo e errado, a virtude e vício em questão de sexo, é extremamente variável e dialético. A sabedoria acumulada ao longo desses vários milênios de civilização sinaliza que o respeito às diferenças torna as relações humanas muito mais tranquilas, felizes e verdadeiramente humanas. Em vez de entendermos a história e nosso comportamento dominado pela maldição de que “o homem é o lobo do homem”, no célebre – e pessimista! – ditado do filósofo renascentista Thomas Hobbes (1588-1679), a experiência e o bom senso nos ensinam o contrário: não há mais lugar no mundo contemporâneo para a regra “olho por olho, dente por dente” ou para a repetição de práticas segregacionistas, como a escravidão, o massacre de minorias – como aconteceu com judeus, armênios, palestinos, povos indígenas e, agora, no Brasil do século XXI, com os homossexuais. Fomos o último país a abolir a escravidão, que não fiquemos na rabeira em alforriar os homossexuais da condição de sub-humanos. Nesse sentido, eis as palavras do ex-bispo metropolitano de Florianópolis dom Eusébio Oscar Sheid: “O homossexualismo é uma tragédia. Gay é gente pela metade. Se é que são gente!”.

A defesa e a universalização dos direitos humanos se tornaram agenda prioritária de muitos governos democráticos e de importantes instituições do mundo civilizado. Cresce dia a dia, em muitos países, não só a aprovação de leis que punem a discriminação a qualquer grupo minoritário – mulheres, negros, índios, homossexuais, deficientes físicos, idosos etc. –, como também a implementação de ações afirmativas visando compensar as desvantagens históricas responsáveis pela manutenção de tais minorias em situação de inferioridade ou apartadas da plena cidadania.

Algumas minorias sociais conseguiram sensibilizar há mais tempo e com mais vigor a opinião pública da urgência de erradicar todo e qualquer tipo de discriminação e da necessidade de implementar tratamento igualitário e compensatório – as famosas cotas – para seus membros. No Brasil, desde a Constituição de 1988, mulheres, negros, idosos e índios foram contemplados com importantes ações visando à melhor e mais justa integração desses grupos e indivíduos em nosso corpo social: aprovação de leis penalizando o racismo e a violência machista, garantindo territórios às nações indígenas, obrigando a construção de rampas de acesso e outras comodidades básicas aos portadores de necessidades especiais. Produziu-se igualmente, nos últimos anos, material informativo e instrucional para campanhas educativas visando universalizar informações cientificamente corretas sobre tais minorias, ensinando que a mulher tem as mesmas potencialidades que os homens, que negros, índios, ciganos e brancos formamos uma única espécie/raça humana, desconstruindo-se as prenoções desqualificadoras baseadas na superioridade do macho branco. Palmas para tais campanhas e legislação afirmativa e punitiva, e nossa expectativa que tais intenções se convertam, no curto prazo, em mudanças efetivas, fazendo do preconceito e da discriminação peças obsoletas do museu dos horrores.

Por que os/as homossexuais continuam sendo a “última fronteira”, discriminados em escolas, igrejas, no Exército, dentro de casa, nas novelas da televisão e até dentro dos três Poderes?

Ninguém nasce naturalmente heterossexual. Nem mesmo os animais irracionais, que são regidos pelo instinto de procriação: os zoólogos documentaram comportamentos homossexuais em mais de 300 espécies, dos percevejos às baleias, dos veados às tartarugas e aos pinguins. Portanto, a homossexualidade é tão natural, universal e saudável quanto a heterossexualidade ou a bissexualidade. Aquele velho mito de que os homossexuais ameaçariam a sobrevivência de nossa espécie é tão ridículo quanto dizer que a Aids foi castigo divino contra a libertação gay. Ou que os homossexuais são potencialmente molestadores de crianças. Respeitadas pesquisas científicas revelam que, mesmo em épocas ou em povos que respeitavam os amantes do mesmo sexo – 64% das sociedades humanas! –, nunca o homoerotismo suplantou o heterossexualismo, inexistindo, portanto, base científica para atribuir aos amantes do mesmo sexo a pecha de ameaçadores da perpetuação da humanidade. O mesmo equívoco em relação à pedofilia: a grande maioria dos pedófilos é heterossexual – pais, padrastos, irmãos, primos, tios, vizinhos, que abusam sexualmente de meninas e adolescentes de suas famílias. Mitos baseados no preconceito, na ignorância, na homofobia. Mentiras históricas que a educação para a diversidade deve desmascarar, desconstruir e substituir por verdades científicas e politicamente corretas.

Dois outros mitos ultrapreconceituosos são repetidos acriticamente pelos que se opõem à luta dos LGBT pelo direito de se casar: dizem, sobretudo os líderes religiosos fundamentalistas, que a aprovação da união civil entre pessoas do mesmo sexo vai destruir o casamento tradicional. E que a permissão de os gays e as lésbicas adotarem crianças levará à homossexualização dos filhos adotivos. Duas inverdades: o matrimônio tradicional “papai + mamãe = filhos” sempre conviveu com instituições alternativas, como o desquite, o divórcio, o concubinato, o celibato eclesástico, a poligamia informal, as amizades coloridas, e nem por isso perdeu seu respeito e sua hegemonia na maior parte das sociedades contemporâneas. O mesmo em relação à adoção de crianças por homossexuais: pesquisas comprovam que filhos adotivos de gays e lésbicas, além de ser muito bem cuidados e equilibrados, não serão mais homossexuais do que os educados por pais biológicos heterossexuais. Crianças não copiam automaticamente os hábitos ou as tendências de seus preceptores; tanto é verdade que travestis, gays e lésbicas não seguiram a mesma orientação sexual de seus pais e mães heterossexuais. Só com a inclusão dessas verdades científicas no currículo escolar – nos cursos de educação sexual e humanidades – e sua divulgação na mídia para atingir cidadãos comuns é que serão superados tantos preconceitos que ainda hoje são acriticamente repetidos nos púlpitos, em sala de aula, em conversas na mesa de jantar de nossas famílias.

Com base em tais pressupostos, avancemos no tema de nossa reflexão: o que seria educar para a diversidade tanto no contexto formal quanto no informal da educação e da cultura?

Infelizmente, o Brasil, enquanto parte da tradição ocidental judaico-cristã, herdou certos traços culturais que a experiência histórica comprovou à saciedade que são altamente maléficos, destrutivos e que temos urgentemente de substituir por sentimentos e condutas mais justas, igualitárias e cordiais. A *Bíblia* foi usada durante milênios para justificar a superioridade do macho branco, a inferiorização das mulheres, a subjugação dos índios e dos negros à escravidão, a perseguição dos homossexuais, a condenação das demais religiões etc. O patriarcalismo, a escravidão, o machismo, a homofobia, a intolerância religiosa, o etnocentrismo, o confinamento em guetos, o apedrejamento da adúltera, a diabolização das religiões tribais – todas essas barbaridades foram inspiradas em interpretações tendenciosas das Sagradas Escrituras e abençoadas pelos donos do poder eclesiástico e civil. A cruz e a espada sempre estiveram unidas para manter sua hegemonia, seus privilégios e seu protagonismo ideológico. Quando um moleque diz de norte a sul do Brasil “Viado tem mais é que morrer!” ou quando um bando de neonazistas mata a pontapés um gay negro, como aconteceu na última parada LGBT de São Paulo, estão obedecendo cegamente, mesmo sem saber, a uma suposta ordem de Javé, “o Deus dos exércitos!”, prescrição velha de 4 mil anos, que assim dizia: “O macho que se deitar com outro macho como se fosse mulher deve ser apedrejado!”.

Destarte, quando o Movimento Homossexual luta pela aprovação do Projeto de Lei nº 122/2006, que equipara a homofobia ao racismo, nosso objetivo é também impedir que os fundamentalistas, sobretudo evangélicos, continuem divulgando mensagens de ódio contra os “sodomitas/homossexuais”, do mesmo modo como não podem repetir, sem relativizar com os ensinamentos da etnohistória, a inaceitável ordem do apóstolo Paulo (que completou 2 mil anos em junho de 2009), “As mulheres não devem falar em público”, ou que o candomblé e o umbanda são religiões do diabo. Da mesma forma, não se pode impunemente repetir nos púlpitos ou na televisão que “Sodoma e Gomorra foram destruídas por causa dos homossexuais”, já que competentes exegetas dizem que é tão equivocado acreditar que Deus criou o universo em sete dias como associar “sodomia” à “homossexualidade”. Portanto, já que as religiões judaico-cristãs estão na origem de muitas das infelicidades que desgraçam a vida de milhares, milhões de “mulheres adúlteras”, “sodomitas”, “feiticeiros”, “ateus”, “divorciados” etc., é urgentíssimo que tais religiões respeitem nossa condição de Estado laico minúscula que protege constitucionalmente a diversidade de todas as minorias sociais: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...] Todos são iguais perante a lei, ‘sem distinção de qualquer natureza’”.

Como ensinou um dos maiores humanistas da modernidade, o saudoso papa João XXIII, faz-se necessário um imediato e total “aggiornamento”, uma atualização, modernização, humanização, de todas as religiões do mundo, respeitando a alteridade e o relativismo cultural, já que apenas os fundamentalistas ignorantes defendem e querem impor suas crenças como verdade absoluta. Tais religiões têm uma dívida histórica com o sofrimento milenar das minorias sexuais e, do mesmo modo como suas lideranças hierárquicas reconheceram o erro de seus antecessores, pedindo perdão pela maneira cruel e desumana como desrespeitaram negros, índios, judeus e Galileus da vida, assim também devem transformar sua intolerância vis-à-vis os divorciados, o preservativo, os amantes do mesmo sexo, em postura acolhedora e fraterna, já que o “mestre do divino amor” estabeleceu como lei áurea do cristianismo o “Amai-vos uns aos outros” sem fazer nenhuma acepção de pessoas. Que a educação informal divulgada nos catecismos, nos púlpitos, nos programas religiosos nas emissoras de rádio e televisão respeitem a alteridade, substituindo a doutrinação homofóbica por sentimentos de tolerância e inclusão. Sem discriminar nenhum segmento social, pois, como muito bem insiste a Anistia Internacional, “direitos humanos são universais e indivisíveis”, incluindo todos os seres humanos, sem nenhuma exclusão baseada na cor, na raça, na etnia, no sexo e na orientação sexual.

Além das religiões e das Igrejas, cabe papel fundamental aos intelectuais, aos caciques do saber erudito, aos cientistas, à academia na substituição da intolerância às minorias sexuais por sentimentos e comportamentos mais fraternos e inclusivos. Com o fim da Inquisição (1821), que mandava para a fogueira hereges, sodomitas, feiticeiros, bigamos, coube aos “doutores” a repressão aos “desviantes sexuais”, rotulando como patologia toda conduta não heterossexual/reprodutiva, colaborando diretamente com a polícia na repressão a tais grupos. Como tão bem sintetizou a psicóloga Evelyn Hooker (1907-1996), os médicos assumiram o infame papel de “cães de guarda da moral dominante”. Felizmente, contudo, nas últimas décadas, também no Brasil importantes associações científicas, além de transmitir informações corretas que alforriaram a homossexualidade da equivocada condição de “desvio e transtorno sexual”, hoje se posicionam claramente contra qualquer tipo de preconceito e discriminação, considerando e punindo como quebra dos respectivos códigos de ética aqueles profissionais – notadamente médicos e psicólogos – que antiquadamente insistem em “patologizar” ou mesmo transformar gays e lésbicas “egosintônicos” em heterossexuais.

Outra área fundamental na superação da homofobia por meio da educação tanto formal quanto informal remete-nos ao que o filósofo Michel Foucault chama de “aparelho de Estado”. Como emblematicamente defendeu o ministro Celso Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal, “não adianta comemorar o cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos se práticas injustas que excluem os homossexuais dos direitos básicos continuam ocorrendo em nosso país. É preciso que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tomem consciência e tenham percepção de que é necessário enfrentar essa situação de grave adversidade por que passam os integrantes desse grupo extremamente vulnerável”.

Foi somente em 1996, no Plano Nacional de Direitos Humanos, que pela primeira vez um documento governamental reconheceu oficialmente que os homossexuais deveriam também ser incluídos entre os grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, e somente em 2002 um presidente da República falou publicamente a palavra “homossexual”, ao defender a união entre pessoas do mesmo sexo. Dos três Poderes, o Judiciário é o que tem sido mais sensível à cidadania da comunidade LGBT, especialmente reconhecendo o direito de herança ao viúvo homossexual e autorizando a mudança de nome das transexuais. O Legislativo é a instância mais omissa, não tendo aprovado sequer uma lei que garanta qualquer direito civil aos gays e às lésbicas, nem mesmo a equiparação óbvia e irrefutável da homofobia ao racismo. O Executivo promulgou em 2004 o Programa Brasil sem Homofobia, em 2008 realizou a 1ª Conferência Nacional LGBT e em 2009 lançou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com 50 ações afirmativas e diretrizes envolvendo 18 pastas, com vistas à elaboração de políticas públicas de curto e médio prazo voltadas para a inclusão social e para o combate às desigualdades. Entre tais medidas estão o reconhecimento dos direitos civis de casais homossexuais, a criação de dispositivos legais e jurídicos que garantam o direito do casal homossexual de adotar filhos e a modificação da legislação do imposto de renda para que parceiros do mesmo sexo possam ser incluídos como dependentes. Não há como não reconhecer as boas intenções do atual governo na promoção da cidadania de 10% de nossa população representada pelos LGBT; contudo, poucas, pouquíssimas dessas resoluções se tornaram realidade. Direitos iguais, nem menos nem mais, já!

Tratamos até aqui da importância da família, da Igreja, da religião, da academia, do governo como instâncias fundamentais na educação formal e informal com vistas a superar a odiosa discriminação que continua pesando contra os homossexuais. Concluímos com a escola, por se tratar de locus privilegiado de transformação cultural, já que é no espaço escolar que ocorrem manifestações gravíssimas de intolerância anti-homossexual, sobretudo por parte dos professores que discriminam e transmitem informações preconceituosas relativamente à homossexualidade. Ou, pior ainda, mestres e funcionários escolares que se omitem ou são coniventes quando os próprios alunos discriminam, ofendem, agredem colegas transexuais, lésbicas ou

gays. É vital que professoras e professores, de todos os níveis, do maternal à pós-graduação, estejam atualizados na questão homossexual, a fim de transmitir informações corretas com vistas a superar o preconceito que os alunos trazem de casa, das Igrejas, da rua, da televisão. Que as escolas disponham, em suas bibliotecas, de livros científicos que sirvam de subsídio a cursos regulares de educação sexual, a fim de substituir a homofobia por informações corretas sobre orientação sexual, papel de gênero, respeito à diversidade. Pesquisas recentes da Unesco e da Secretaria da Educação do Distrito Federal revelam que os homossexuais são o grupo que mais sofre discriminação em nossas escolas: 63,1% dos entrevistados, numa amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores, declararam já ter visto homossexuais sofrerem preconceito. Mais da metade dos professores afirmou ter presenciado cenas discriminatórias contra LGBT nas escolas; 44% dos meninos e 15% das meninas disseram que não gostariam de ter um colega homossexual na sala de aula.

Concluo essas reflexões com as maravilhosas palavras do bispo negro sul-africano Desmond Tutu, da Igreja Anglicana, ganhador do Prêmio Nobel da Paz: "Penalizar alguém por causa de sua orientação sexual é como fizeram contra nós, negros, quando fomos penalizados por algo que não podíamos fazer nada, que era nossa raça. Deus deve chorar quando vê sua Igreja condenar gays e lésbicas enquanto tantas pessoas passam fome ou morrem de Aids em todo o mundo. O que há com a Igreja? Como é possível as pessoas irem contra o racismo e não contra a homofobia?!".

Luiz Mott

Luiz Mott, de 63 anos, é bacharel e licenciado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em etnologia pela Sorbonne, doutor em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor titular aposentado do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação do Ministério da Justiça. Fundador do Grupo Gay da Bahia e decano do movimento homossexual brasileiro. Autor de 18 livros e mais de 200 artigos sobre a Inquisição, etno-história da homossexualidade, relações raciais e religiosidade no Brasil Colonial. Principais livros: *O Sexo Proibido*; *O Lesbianismo no Brasil*; *Gays, Virgens e Escravos nas Garras da Inquisição*; *Rosa Egípcia: uma Santa Africana no Brasil*; *Violação dos Direitos Humanos dos Homossexuais no Brasil*; *Crônicas de um Gay Assumido*; *A Cena Gay em Salvador em Tempos de Aids*; e *Homossexualidade: Mitos e Verdades*.